



16ª Plenária Estadual da CUT-SP - João Felício 27 e 28 de Agosto de 2021

"Unidos/as e organizados/as, somos mais fortes"
SP por trabalho, saúde, direito, democracia e vidas preservadas!

Caderno de Resolução



**16ª Plenária Estadual
da CUT-SP - João Felício
27 e 28 de Agosto de 2021**

"Unidos/as e organizados/as, somos mais fortes"
SP por trabalho, saúde, direito, democracia e vidas preservadas!

**Caderno de
Resolução**

Direção Estadual da CUT-SP

Gestão 2019/2023

Presidente: Douglas Martins Izzo (Educação)

Vice-Presidente: Luiz Claudio Marcolino (Financeiro)

Secretário-Geral: Daniel Bispo Calazans (Metalúrgico)

Secretário de Administração e Finanças: Renato Carvalho Zulato (Químico)

Secretário de Comunicação: Belmiro Aparecido Moreira (Financeiro)

Secretária de Combate ao Racismo: Rosana Aparecida da Silva (Educação)

Secretária de Formação: Telma Aparecida Andrade Victor (Educação)

Secretária da Juventude: Priscila dos Passos Silva (Metalúrgico)

Secretário de Saúde do Trabalhador: José Freire da Silva (Químico)

Secretária da Mulher Trabalhadora: Márcia Regina Gonçalves Viana (Vestuário)

Secretária de Políticas Sociais: Kelly Benedita Domingos (Comércio e Serviços)

Secretário de Relações do Trabalho: Wagner Menezes (Marrom) (Transportes)

Secretária de Meio Ambiente: Solange Cristina Ribeiro (Municipais)

Secretário de Organização e Política Sindical: Hércio Aparecido Marcelino (Saúde e Seguridade Social)

Secretária de Assuntos Jurídicos: Vivia Alves Martins (Municipais)

Secretária de Mobilização: Joice Jaqueline Lopes dos Santos (Transportes)

Secretário de Cultura: Carlos Eduardo Fabio (Índio) (Urbanitário)

Direção Executiva: Juliana Salles de Carvalho (Saúde e Seguridade Social)

Direção Plena

Aline Molina Gomes Amorim (Financeiro)

Alexandre Gerolamo de Almeida (Comércio e Serviço)

Almir Rogério da Silva (Mizito) (Saúde e Seguridade Social)

Auzélio Pereira Alves (Químico)

Cleide Maria de Jesus (Educação)

Edinaldo Henrique Ferreira (Metalúrgico)

Ivone Maria da Silva (Financeiro)

Inês Granada Pedro (Serviço Público)

Marcelo Ferreira dos Santos (Construção Civil e Madeira)

Maria do Amparo Travasso Ramos (Metalúrgico)

João Batista Nazareth Júnior (Educação)

Jose Justino Deziderio Filho (Zezinho) (Rurais)

Kátia Aparecida dos Santos (Saúde e Seguridade Social)

Maciel Silva Nascimento (Municipais)

Nilcéa Fleury Victorino (Educação)

Ariana de Cassia Rasmstain (Municipais)

Rosana Gazzola Favaro (Urbanitários)

Sérgio Ricardo Antiqueira (Municipais)

SUMÁRIO

Apresentação.....	06
Regimento Interno.....	07
Conjuntura Estadual.....	17
Balanço das Secretarias da CUT-SP e Plano de Ações.....	22
Balanço das Subsedes da CUT-SP.....	40
Contribuições dos Ramos.....	49
Plano de Lutas Estadual.....	66
Plano de Lutas da CUT Nacional aprovado na 16ª Plenária Estadual “João Felício”.....	68
Estratégia.....	69
Moções aprovadas na 16ª Plenária Estadual “João Felício”.....	83

ANEXOS

- **Contribuição ao Debate - CUT Independente e de Luta.....**86
- **Propostas de emendas da CUT-SP e sindicatos ao texto-base da 16ª Plenária Nacional da CUT.....**88
- **Expediente.....**97

Apresentação

A realização da 16ª Plenária Estadual “João Felício” da CUT-SP ocorre em um cenário que impõe inúmeros desafios para a classe trabalhadora. Desde o golpe contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, o governo federal tem ordenado diversos ataques que reduzem direitos, congelam salários, fecham postos de trabalho, privatizam serviços e excluem programas sociais, aumentando ainda mais a desigualdade social no país.

Como não bastasse, estamos ainda em meio à pandemia de covid-19, que continua a matar brasileiras e brasileiros diariamente.

No estado de São Paulo, a população vem sofrendo pelas medidas do governador João Doria (PSDB) que, assim como Bolsonaro, aprovou a redução dos investimentos em áreas como saúde, educação e saneamento; além da redução de direitos dos servidores e servidoras, de cortes de verbas em programas sociais; retrocessos na área da habitação e a extinção de órgãos públicos de prestação de serviços importantes à população.

A verdade é que o governador de São Paulo transformou o estado num balcão de negócios e, desse modo, se diverte privatizando as empresas e os serviços públicos.

É nesse contexto que iremos realizar a 16ª Plenária Estadual que, além de tudo, precisará driblar as limitações que os formatos de videoconferência impõem a um evento dessa grandeza. Pois, a utilização de recursos tecnológicos e plataformas de comunicação digitais são ferramentas que ainda exigem maior domínio da nossa militância.

Porém, diante da situação brutal em que estamos atravessando, se faz necessária a realização dessa plenária para o conjunto da CUT-SP e, para isso, estamos empenhados (as) em executar de maneira coletiva, um método que garanta o debate mais democrático possível.

Nesse sentido, a 16ª Plenária estadual da CUT-SP tem por objetivo discutir a estratégia política e organizativa da central e aprovar um plano de lutas e ações coerentes com nossos desafios mais imediatos, além de promover o debate sobre as questões fundamentais que também devem ser debatidas na 16ª Plenária Nacional da CUT.

O texto-base que os leitores e leitoras encontrarão aqui expressa a discussão realizada pela coordenação da plenária e direção da CUT-SP. Tratou-se sobre a conjuntura, o balanço das secretarias e subsedes da CUT-SP, a estratégia estadual, contribuições dos ramos e o Plano de Lutas estadual.

Somos fortes, somos CUT!

**COORDENAÇÃO DA 16ª PLENÁRIA - CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO E EXCLUSIVO DA CUT-SP**

Regimento Interno

16ª PLENÁRIA ESTATUTÁRIA CUT ESTADUAL SÃO PAULO - “João Felício”

Tema: "Unidos (as) e organizados (as), somos mais fortes"
SP por trabalho, saúde, direito, democracia e vidas preservadas!

27 e 28 de agosto de 2021 - formato em videoconferência

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS DA PLENÁRIA

Artigo 1º A Plenária Estadual da CUT tem como objetivos:

- a) Encaminhar as resoluções aprovadas no 13º CONCUR e 15º CECUT, definindo tarefas e atribuições às instâncias da CUT-SP que compõe a Plenária.
- b) Discutir e aprovar resoluções sobre o temário constante neste Regimento.
- c) A plenária Estadual se intitulará: “Plenária Estadual Professor João Antonio Felício”.

CAPÍTULO II DA REALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Artigo 2º A Plenária Estatutária da CUT Estadual São Paulo realizar-se-á nos dias 27 e 28 de agosto de 2021, através da plataforma de videoconferência Zoom.

Parágrafo Único: A abertura dos trabalhos dar-se-á às 17 horas do dia 27 de agosto de 2021, com encerramento previsto para as 18 horas do dia 28 de agosto de 2021.

Artigo 3º A Direção Executiva da CUT Estadual São Paulo será a responsável pela organização da Plenária.

CAPÍTULO III DOS DELEGADOS E DAS DELEGADAS

Artigo 4º São delegados e delegadas com direito à voz e voto:

- a) Todos os membros da Direção da CUT Estadual São Paulo;
- b) Os coordenadores e as coordenadoras das subsedes da CUT-SP;
- c) Todos os membros da Executiva Nacional da CUT, do Estado de São Paulo;
- d) Todos os membros da Direção Executiva das Confederações/Federações Nacionais e Interestaduais da CUT, do Estado de São Paulo;
- e) Os membros das Direções Executivas das Federações Estaduais e Interestaduais orgânicas, eleitos na proporção estatutária;
- f) Os delegados e as delegadas das Federações Estaduais e Interestaduais filiadas, eleitos nos

- respectivos Conselhos de suas diretorias;
- g) Os delegados e as delegadas das entidades filiadas, em dia com a Central, eleitos diretamente nas instâncias das categorias e dentro dos prazos estabelecidos pela CUT Estadual São Paulo;
 - h) Os delegados e as delegadas das oposições sindicais reconhecidas, de acordo com os critérios estatutários.

Parágrafo Único: os delegados e as delegadas natos e os (as) eleitos (as) em assembleia pela sua entidade de base, deverão estar em dia com as obrigações estatutárias.

CAPÍTULO IV DO CREDENCIAMENTO

Artigo 5º O credenciamento será realizado exclusivamente nos dias da Plenária, para delegados e delegadas e observadores(as) com início no dia 27 de agosto de 2021, às 12 horas, encerrando-se neste dia, às 21 horas. Será reaberto no dia 28 de agosto de 2021, às 9 horas, e encerrado às 12 horas para os delegados e delegadas efetivos. Às 12 horas do dia 28 de agosto de 2021 será iniciado o credenciamento para os delegados e as delegadas suplentes, com término às 16 horas deste mesmo dia.

Parágrafo 1º Não haverá credenciamento após o período e horários estabelecidos.

Parágrafo 2º Os delegados e as delegadas serão credenciados eletronicamente, pois a plenária será em formato virtual.

Parágrafo 3º Os suplentes somente serão credenciados de forma antecipada mediante apresentação de autorização assinada pelo delegado ou delegada efetivo ou pelo responsável da delegação, ou ainda, através de autorização dos coordenadores adjuntos da Plenária.

Artigo 6º Caberá à Direção da CUT Estadual São Paulo decidir sobre o credenciamento de convidados (as) e observadores (as). Os (as) observadores (as) não terão direito à voz e nem a voto.

Artigo 7º O credenciamento se dará mediante a comprovação da inscrição regular do delegado e da delegada em uma listagem previamente preparada pela Coordenação da 16ª Plenária Estadual.

CAPÍTULO V DO TEMÁRIO DA PLENÁRIA

Artigo 8º O Temário da Plenária Estatutária da CUT-SP

- a) Conjuntura: Estadual e Nacional.
- b) Balanço do mandato.
- c) Relação de trabalho e movimento sindical.
- d) Estratégia
- e) Plano de luta
- f) Estatuto
- g) Recomposição da Direção Estadual
- h) Eleição dos delegados e das delegadas para a 16ª Plenária Nacional da CUT

CAPÍTULO VI DOS ORGANISMOS DA PLENÁRIA

Artigo 9º A Plenária será composta pelos seguintes órgãos:

- a) **Plenário;**
- b) Executiva da CUT-SP – que é a comissão organizadora;
- c) Direção da CUT-SP.

CAPÍTULO VII DO PLENÁRIO

Artigo 10º O Plenário será o órgão máximo de deliberação da Plenária Estatutária da CUT-SP e será composto pelos delegados e delegadas credenciados (as), tendo a mesma competência para discutir, aprovar ou rejeitar as propostas a ele apresentados, observando-se o temário, o Regimento Interno e a Ordem do dia.

Artigo 11º As sessões Plenárias serão dirigidas por uma mesa composta de 01 (um/uma) presidente (a), 01 (um/uma) secretário (a), 01 (um/uma) relator (a) e 01 (um/uma) assessor (a) para auxiliar a mesa nos trabalhos de relatoria.

CAPÍTULO VIII DAS PRERROGATIVAS DA DIREÇÃO EXECUTIVA DA CUT-SP

Artigo 12º A Coordenação da Plenária será exercida pelo secretário-geral, que é o coordenador geral da Plenária e, pelo o coordenador-adjunto, que é o secretário de Administração e Finanças da CUT-SP.

Artigo 13º Compete à Executiva da CUT Estadual:

- a) Orientar e coordenar os trabalhos;
- b) Assegurar o cumprimento do Regimento Interno;
- c) Preparar as pautas e o expediente da Plenária;
- d) Formar as mesas de Direção da Plenária;
- e) Preparar os documentos e textos de apoio para os trabalhos nas plenárias;
- f) Coordenar a Eleição de Delegados e Delegadas para a 16ª Plenária Nacional;
- g) Promover a sessão de encerramento da Plenária e preparar o relatório final dos trabalhos;

CAPÍTULO IX DA COORDENAÇÃO ORGANIZADORA DA PLENÁRIA

Artigo 14º A organização da Plenária ficará a cargo da Coordenação Organizadora, que será composta pelo conjunto da Executiva da CUT Estadual São Paulo.

Artigo 15º Compete à Comissão Organizadora:

- a) Criar as condições para a realização da Plenária;
- b) Organizar todos os trabalhos e documentos necessários;
- c) Credenciar os delegados e as delegadas, suplentes, observadores (as) e os convidados (as);
- d) Organizar as assessorias necessárias;
- e) Produzir o relatório final.

CAPÍTULO X DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES

Artigo 16º Cada delegado e delegada credenciado (a) terá direito a 01 (um) voto, não sendo permitido voto por procuração.

Artigo 17º As votações serão realizadas por enquetes. Por critério da mesa diretora dos trabalhos.

Parágrafo 1º As discussões e votações serão realizadas tendo como referência o texto base publicado pela Direção Nacional da CUT à 16ª Plenária Nacional. As emendas serão apresentadas ao Plenário.

Parágrafo 2º As emendas apresentadas na Plenária devem obrigatoriamente tratar do temário definido no artigo 8º deste Regimento, devendo ser encaminhadas à Coordenação Organizadora para sua inscrição. O encerramento do prazo de inscrição das emendas ocorrerá até o término da apresentação do texto base referente ao tema, nas mesas especificadas no artigo 23º deste Regimento. A apresentação de emendas deve ser realizada em formulário específico, disponibilizado pela coordenação dos trabalhos. Na inscrição a emenda deve conter anexo ao texto um mínimo de 20% de assinaturas dos delegados e das delegadas credenciados (as). A emenda deve alcançar a votação em plenário também em 20%, para seguir para a Plenária Nacional. A Coordenação irá definir o prazo para indicação e coleta de assinaturas.

Parágrafo 3º As moções devem ser encaminhadas em formulário próprio à Coordenação Organizadora em arquivo aberto, com o encerramento do prazo de inscrição no dia 28 de agosto de 2021, às 14 horas. Na inscrição, as moções devem conter anexo ao texto um mínimo de 10% de assinaturas dos delegados e das delegadas credenciados (as). A Coordenação irá definir o prazo para indicação e coleta de assinaturas.

Artigo 18º As deliberações de Plenário serão tomadas por maioria simples.

Artigo 19º No Plenário somente será permitido as discussões das matérias constantes do temário e na ordem do dia.

Artigo 20º Todo delegado e delegada que desejar intervir no Plenário deverá se inscrever previamente junto à mesa e o fará segundo a ordem de inscrição.

Artigo 21º Nenhuma intervenção poderá ultrapassar o tempo de 3 (três) minutos, compreendido o tempo de eventuais à parte, exceto a apresentação e defesas das propostas sobre os temas constantes na ordem do dia.

Parágrafo 1º Para cada proposta sobre os temas constantes na ordem do dia, referente ao texto base da Direção Nacional, haverá um tempo de 3 (três) minutos para apresentação.

Parágrafo 2º Terminada a exposição, seguir-se-á o regime de apresentação ao Plenário e votação das emendas sobre o respectivo tema.

Parágrafo 3º Para o tema “Conjuntura Estadual e Nacional”, constante no caderno de texto base, haverá excepcionalmente um tempo de 20 (vinte) minutos para apresentação. Não haverá apresentação de emendas para este tema.

Artigo 22º Será vedado à cessão de tempo de um delegado ou delegada a outro ou outra.

CAPÍTULO XI DO FUNCIONAMENTO DA PLENÁRIA

Artigo 23º Para alcançar os objetivos previstos no Capítulo I, a Plenária terá o seguinte programa:

Programação:

Dia 27 de agosto de 2021 12h

Início do credenciamento de delegados e delegadas efetivos (as)

1ª Mesa:

17h - Apresentação, votação e aprovação do Regimento Interno; Apresentação de recursos ao Plenário;

2ª Mesa:

18h - Abertura solene e conjuntura

Convidado: Fernando Haddad

Dia 28 de agosto de 2021

8h - Continuação do credenciamento de delegados e delegadas efetivos (as) e suplentes

3ª Mesa:

9h - Homenagem ao Professor João Antonio Felício e aos (as) dirigentes, funcionários (as) e militantes do movimento sindical que faleceram durante a pandemia de covid-19.

4ª Mesa:

9h30 - Vídeo de balanço da Direção da CUT-SP

5ª Mesa:

10h30 - Conjuntura Nacional e Estadual;

11h30 - Projeto organizativo da CUT – Quem e como representar os (as) trabalhadores (as). 13h - Almoço

14h - Apresentação e apreciação das emendas

6ª Mesa:

15h - Plano de Lutas – emendas ao Plano de Lutas 16h30 - Moções

7ª Mesa:

17h - Recomposição da Direção e eleição de delegados e delegadas para a 16ª Plenária Estatutária Nacional

18h - Encerramento

CONJUNTURA

O Brasil resiste a uma sucessão de retrocessos desde o golpe parlamentar, de 2016, que tirou do poder a então presidenta eleita Dilma Rousseff (PT). Em seguida, vivenciou a armação judicial e midiática que, em 2018, culminou na prisão do ex-presidente Lula (PT), com o objetivo político de impedir que ele disputasse as eleições presidenciais daquele ano. O pior resultado do golpe, seguido das artimanhas políticas de determinados grupos e de notícias falsas, foi a eleição que levou Jair Bolsonaro à presidência da República.

Esse cenário tornou tudo ainda pior. De imediato, houveram muitos desdobramentos desde a plenária do 15º Congresso Estadual da CUT São Paulo, em fevereiro de 2020, quando deliberou-se por ações voltadas ao fortalecimento da defesa da democracia, dos direitos sociais e trabalhistas e da liberdade do ex-presidente Lula, a partir da aprovação de um amplo calendário de lutas.

Os ataques aos direitos sociais e trabalhistas, iniciados com ações do governo ilegítimo de Michel Temer (MDB) e, agora, sob a gestão de Jair Bolsonaro (ex-PSL), vêm se aprofundando com planos e projetos neoliberais que avançam ferozmente para reduzir o papel do Estado, bem como os direitos dos trabalhadores (as) e de todo o povo brasileiro.

Desse modo, hoje vivemos um momento desafiador para o movimento sindical, os movimentos sociais, a classe trabalhadora e para a maioria da população brasileira.

Pandemia

Paralelamente a isso, a pandemia do novo coronavírus (Sars-CoV-2) mexeu com toda economia, com o cenário político e social do Brasil e do mundo. Certamente, levaremos alguns anos para recuperar os danos econômicos provocados por essa pandemia – que ainda não acabou – e nos exigiu adotar uma série de medidas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como o uso de máscaras, higienização das mãos com álcool em gel e distanciamento social.

Infelizmente, até o momento, mais de 4,2 milhões de famílias em todo o mundo não terão de volta seus entes queridos que foram vitimados pelo vírus. Somente no Brasil, a covid-19 já foi responsável pela morte de mais de 570 mil pessoas que eram pais, mães, esposo, esposa, filhos, filhas, irmãos, irmãs, avôs, avós, tios, tias etc. Entre as vítimas, muitos eram companheiros e companheiras de luta. E, certamente, esse número seria bem maior não fosse a política pública de saúde implementada por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) e do empenho dos profissionais de saúde que atuam no enfrentamento à pandemia.

O mais impactante é que, mesmo diante da maior crise sanitária deste século, temos um presidente da República que despreza a gravidade da doença e, ainda, estimula a contaminação ao defender, de forma criminosa, a tese da 'imunidade de rebanho', segundo a qual a superação da pandemia viria após alto número de infectados (as), o que resultaria em grande parcela dos brasileiros (as) imunizados, modelo que é ineficiente para a covid-19 e constantemente rebatido por especialistas em saúde.

Desse modo, Bolsonaro segue espalhando mentiras, com ajuda de seus seguidores e apoiadores. Sua política se demonstra, por exemplo, ao forçar o Ministério da Saúde a indicar medicamentos sem eficácia comprovada como a cloroquina, a ivermectina e a azitromicina para o chamado "tratamento precoce". Ainda, incentiva e promove aglomerações, desestimulando o uso de máscaras e o distanciamento social.

Assim, quem deveria organizar, prevenir e cuidar da população optou por uma estratégia política de propagação do novo coronavírus, como comprovou uma pesquisa apresentada no início de 2021

pelo Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (Cepedisa) da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP) e a Conectas Direitos Humanos.

E a situação se agravou ainda mais com as sucessivas ausências de ação do governo federal que culminou com a falta de oxigênio – principalmente no estado do Amazonas – e também com a falta de medicamentos necessários para a intubação de pacientes graves.

Não bastasse isso, com a descoberta de vacinas contra a covid-19, enquanto vários países iniciaram a imunização ainda em 2020, no início da pandemia, no Brasil, Bolsonaro, incredivelmente, optou criminosamente ao negacionismo e ao uso de notícias falsas, as chamadas fake news, ao desacreditar propositalmente a ciência, e desestimular a população a não usar máscaras e a não tomar vacina. De tal forma, começou esse processo fazendo uma disputa política insana com prefeitos e governadores.

Entre idas e vindas, finalmente a população brasileira começou a ser vacinada, ainda que num processo lento e confuso. Nesse momento, estamos longe de atingir a meta de imunizar 90% da população brasileira, tendo, inclusive, o governo federal represando a entrega de doses da vacina aos estados.

Embora a vacinação já demonstre resultados com a redução dos óbitos por covid-19, a contaminação ainda é alta e segue produzindo variantes e perpetuando a cadeia de contágio como, por exemplo, a variação Delta (B.1 617.2). Isso influencia a retomada das atividades em alguns setores, como na educação, com a volta às aulas presenciais, por exemplo, que ainda é questionada, por pais e mães, educadores e especialistas.

Agravamento das crises e dos ataques

Se o país já vivia as crises política e econômica – que não foram superadas com a eleição de Bolsonaro –, com a crise sanitária advinda da pandemia da covid-19 o cenário se agravou ainda mais. E pior! Tanto o governo como alguns setores da economia vêm se aproveitando da situação para aprofundar os ataques aos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, além de avançar com a política de privatizações e de desmonte dos serviços públicos.

Em meio às denúncias sobre parlamentares – incluindo filhos do presidente da República, que mais adiante envolveu ele próprio -, nas chamadas “rachadinhas”, com a demora para a aprovação e compra de vacinas, o impacto da pandemia sobre a economia mundial e a falta de ação do governo federal brasileiro para frear o aumento da inflação que provocou a alta nos preços dos produtos da cesta básica (em especial o arroz, óleo de soja, feijão e carnes) e dos combustíveis (com destaque para o gás de cozinha), sentimos a queda da renda e do poder de compra dos trabalhadores e das trabalhadoras, além do aumento do desemprego.

Sem uma política efetiva de preservação dos empregos e com pouca vontade de se promover um programa para garantia de renda aos mais necessitados, o governo adotou medidas que mais favoreceram as grandes empresas do que os trabalhadores (as) e os pequenos comerciantes. Somente após muita pressão da CUT, demais centrais sindicais, movimentos populares e da articulação dos partidos de oposição no Congresso Nacional, é que foi aprovado um auxílio emergencial que, inicialmente, foi de R\$ 600, tendo sua abrangência e valores reduzidos posteriormente.

Em relação aos trabalhadores e trabalhadoras do campo, a concessão do auxílio emergencial foi vetada por Bolsonaro, agravando ainda mais a situação da agricultura familiar.

Na medida em que as políticas de abastecimento e segurança alimentar e nutricional (SAN) foram radicalmente abandonadas a partir do golpe de 2016, o estímulo à produção e os estoques públicos de alimento foram diminuindo. Desde 2017, os estoques do governo de diversos produtos alimentares estão zerados ou em nível crítico, incluindo itens que compõem a cesta básica, como feijão, arroz, farinha de mandioca, açúcar e leite em pó. Assim, as cestas básicas de alimentos que seriam tão necessárias nesse momento, sobretudo para a população mais pobre e vulnerável aos impactos econômicos da pandemia, não existem nos armazéns governamentais.

Como medida emergencial para enfrentar o agravamento da fome com os impactos da pandemia do novo coronavírus, foi apresentada a Lei Assis Carvalho (Projeto de Lei nº 735/2020), resultado de um amplo processo de esforço, unidade e mobilização das organizações do campo, preocupadas com o risco de desabastecimento, de alta dos preços e de agravamento da crise alimentar.

A lei teve como objetivo mitigar a situação da fome e, conseqüentemente, restabelecer o sistema produtivo das unidades familiares e recebeu o apoio da quase totalidade dos partidos na Câmara e no Senado, que aprovaram o PL 735/2020, que foi depois vetado por Bolsonaro. Para agravar ainda mais a situação, além de perderem as políticas públicas, trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar estão endividados, pois contraíram crédito para investir na produção e não puderam comercializar os seus produtos.

Para piorar, iniciamos 2021 com a informação de que a montadora de automóveis Ford – que já havia fechado sua fábrica em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, decidiu encerrar de vez suas atividades no Brasil, o que implicou no fechamento das fábricas de Taubaté (SP), Camaçari (BA) e da fábrica Troller em Horizonte (CE). Outra empresa, a LG Eletrônicos, também decidiu encerrar as atividades na fábrica localizada no Vale do Paraíba, no interior paulista. São ações que, além de impactar os trabalhadores e as trabalhadoras, governos locais e o movimento sindical, aprofunda o processo de desindustrialização que o país enfrenta.

São decisões que colaboraram para o aumento do desemprego e não se pode tirar a reponsabilidade dos governos federal e estadual pela incapacidade de apresentar à nação e ao estado um programa de manutenção da indústria nacional e, conseqüentemente, de preservação dos empregos.

Registramos, hoje, desemprego recorde, que já atinge 14,8 milhões de brasileiros e brasileiras, ou 14,6% no trimestre encerrado em maio, conforme dados divulgado em 30 de julho de 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mostra ainda o aumento para 40% do número de trabalhadores e trabalhadoras informais, atuando em situações cada vez mais precárias sem nenhuma proteção social (ou 34,7 milhões) e ainda 5,7 milhões de desalentados e desalentadas - pessoas que desistiram de procurar emprego.

E o governo Bolsonaro contribui para aprofundar a crise do emprego. Um exemplo é o plano de reestruturação do Banco do Brasil, anunciado no começo de 2021, que prevê o fechamento de 361 unidades do banco com encerramento de mais de 5 mil postos de trabalho diretos.

Além disso, as várias medidas tomadas durante a pandemia aprofundaram a retirada de direitos como, por exemplo, a suspensão do contrato de trabalho, a redução da jornada e dos salários, a imposição do teletrabalho e do banco de horas, jogando o custo da crise sobre os ombros da classe trabalhadora, o que impacta cada vez mais no processo de adoecimento e das condições de vida dos trabalhadores (as) e de seus familiares.

Isso, somada à sanha privatista do ministro da Economia, Paulo Guedes, e sua equipe, que não medem esforços para aprofundar cada vez mais os ataques ao patrimônio e aos serviços públicos, seja com as privatizações de empresas estratégicas como a Eletrobrás, Petrobrás, Caixa Econômica Federal e os Correios ou com as reformas Administrativa e Tributária que tramitam na Câmara dos Deputados.

Nesse contexto, sabemos que a população pobre é a que mais sofre com a escalada dos preços de itens da cesta básica, como arroz, feijão e óleo de soja e também dos combustíveis, do gás de cozinha e da energia elétrica. E com Bolsonaro no governo, vemos a situação piorar a cada dia.

A inflação acumulada nos últimos 12 meses (até julho/2021), divulgada pelo IBGE no dia 10 de agosto de 2021, foi de 8,99%, segundo o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) – registrando a maior alta para o acumulado no período desde maio de 2016.

O relatório “Focus”, divulgado em 9 de agosto de 2021 pelo Banco Central, mostra que analistas do mercado financeiro elevaram para 6,88% a estimativa média de inflação em 2021. Embora também tenham mantido a previsão de crescimento de 5,30% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, para a taxa básica de juros da economia (Selic), que no começo de agosto subiu para 5,25% ao ano, o tal “mercado” elevou a estimativa da taxa de juros para 7,25% em 2021.

Para piorar, às vésperas do Dia Internacional da Juventude, em 12 de agosto, foi aprovado o texto-

base da Medida Provisória (MP) 1045, de 2021, que ataca o direito da juventude trabalhadora que não possui vínculos trabalhistas, pois os jovens terão remuneração abaixo do salário mínimo e também serão reduzidos direitos como 13º salário, férias e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

E não para por aí! De olho nas eleições de 2022, no dia 9 de agosto, Bolsonaro entregou à Câmara dos Deputados a MP 1061/2021, que revoga o Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ambos criados em 2003 durante o governo Lula, para que sejam substituídos pelos programas Auxílio Brasil e Alimenta Brasil.

O Auxílio Brasil deve entrar em vigor a partir de novembro de 2021 e prevê nove tipos de ações de transferência de renda por meio de benefícios financeiros a famílias em situação de vulnerabilidade social. Embora o texto da MP estabeleça que os valores dos benefícios serão definidos e reavaliados pelo Executivo federal, periodicamente, o presidente já promete um aumento de, pelo menos, 50% no valor médio do Bolsa Família, que hoje é de R\$ 189,00, demonstrando sua disposição de implementar uma ação que, mesmo contrariando seu discurso e a opinião de muitos de seus apoiadores, será usada como um trunfo eleitoral como uma gigantesca 'compra' de votos da população mais pobre.

E, para bancar o novo programa social, concomitante a essa MP, Paulo Guedes enviou ao Congresso a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 23/2021, que estende o pagamento dos precatórios judiciais por até 10 anos, o que prejudicará muitos trabalhadores como os que ingressaram com ações na Justiça para revisão de aposentadorias, ganharam e aguardam pelo pagamento dos valores correspondentes à diferença salarial. Por isso, é a PEC do Calote, que tem sido muito criticada por especialistas do meio jurídico e também do meio econômico. Além disso, apontada como uma proposta que abre espaço para oficialização de um orçamento paralelo, ao propor a criação de um fundo que anteciparia o pagamento de dívidas fora da regra do teto de gastos, que não deixa de ser uma “pedalada” fiscal que, no passado, serviu de argumento para o impedimento da ex-presidenta eleita Dilma Rousseff.

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19

O avanço dos trabalhos no Senado, com base nos depoimentos já feitos até o momento, vai deixando evidente o porquê do Ministério da Saúde do governo Bolsonaro ter protelado a compra de vacinas.

Por trás dessa demora, se revela na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que havia inúmeros atores mais interessados em se beneficiar com 'propinas' ou em favorecer intermediários do que em zelar pela saúde da nossa população.

São questões graves que podem levar à responsabilização do ex-ministro da Saúde, o general Eduardo Pazuello, de integrantes de sua equipe e do próprio presidente.

Os generais respondem à investigação com ameaça aos membros da CPI e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), faz vistas grossas. O que é inaceitável! Num país sério seriam afastados, demitidos, mas Bolsonaro dá todo aval a essas bravatas. Isso tudo na linha da tutela militar que está prevista no artigo 142 da Constituição Federal, mas as instituições são covardes diante dos ataques.

Centrão

Não é novidade que o bloco de partidos que possuem bancada no Congresso Nacional denominado “centrão” se aproveita dos momentos de crise para conquistar ou ampliar seu espaço no governo.

Prática condenada por Bolsonaro que pregava uma nova forma de se fazer política para governar, bastou apertar o cerco com os altos índices de desaprovação demonstrados nas pesquisas de opinião e o crescimento dos atos de rua, mesmo em meio à pandemia, pedindo o impeachment do

presidente e, mais recentemente, os desdobramentos da CPI da covid-19 no Senado, para esse discurso cair por terra.

A recente reforma ministerial, incluindo a recriação do Ministério do Trabalho, para manter quem já estava no governo, em especial os ministros oriundos das forças militares, e abrindo espaço para nomes dos chamados partidos de centro, mostra que Bolsonaro está nos braços do “centrão” e, para pagar a conta, faz esses arranjos. E, para justificar, chegou a afirmar que sempre foi do “centrão”. Mas quem ele quer enganar?

Ameaças à democracia

Bolsonaro nunca escondeu seu desprezo pela democracia. A desconfiança de que a falta de ações do governo era parte de sua estratégia de criar o caos social no país para justificar um golpe também aparece em muitos textos sobre a nossa conjuntura.

Em vários momentos, Bolsonaro atacou o Supremo Tribunal Federal (STF) e o próprio Congresso, sem falar dos constantes ataques aos profissionais de imprensa. Vale lembrar que desde a campanha eleitoral que culminou com sua eleição, Bolsonaro mantém uma grande rede para espalhar notícias falsas (fake news), seja contra adversários ou para justificar suas ações ou a falta delas.

Mas, torna-se preocupante a escalada de atos fascistas, prisões arbitrárias e, principalmente, a reação dos integrantes das Forças Armadas. E, mais recentemente, a revelação pela imprensa de que o general Walter Braga Netto, ministro da Defesa, se declarou contrário à realização de eleições em 2022 caso não haja aprovação do voto impresso.

Sobre essa polêmica, militares da reserva também manifestaram apoio a Bolsonaro diante das sucessivas discussões entre o presidente da República e o ministro Luiz Roberto Barroso, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A mais recente tentativa de Bolsonaro foi um desastrado desfile de veículos militares da Marinha na Esplanada dos Ministérios, em 10 de agosto de 2021, quando a Câmara dos Deputados votou e rejeitou a PEC do Voto Impresso.

Apesar das explicações do comando da Marinha, para muitos parlamentares, magistrados, jornalistas e comentaristas políticos a ação tinha o objetivo de demonstrar que Bolsonaro teria respaldo das Forças Armadas, ou seja, uma tentativa de intimidar membros do Legislativo e do Judiciário, mas, ao final, o tal desfile rendeu críticas ao governo brasileiro no cenário internacional, além de uma centena de piadas nas redes sociais.

Em contrapartida, o Senado aprovou na mesma data o Projeto de Lei (PL) 2108/2021 que revoga a Lei de Segurança Nacional (LSN), usada pelo governo Bolsonaro para investigar opositores. O STF também usou a lei contra apoiadores do atual presidente da República. Criada em 1983, ainda no período da ditadura militar, a LSN contém regras, consideradas ultrapassadas depois da promulgação da Constituição de 1988.

O projeto substitui as normas da LSN com a inclusão de um novo título no Código Penal (Decreto Lei nº 2.848, de 1940) para tratar dos crimes contra o Estado Democrático de Direito, mas tais mudanças dependem da sanção do presidente da República.

Por outro lado, o Congresso Nacional retomou a discussão da PEC 125/2011, que busca promover uma minirreforma eleitoral para o pleito de 2022. Em primeira votação na Câmara, o textobase da PEC foi aprovado por 339 votos favoráveis e 123 contrários. Mas os deputados e deputadas rejeitaram o modelo conhecido como 'distritão' (35 votos favoráveis e 423 contrários), considerado um dos pontos mais polêmicos da proposta.

Esse modelo, se adotado para eleição de parlamentares (deputados estaduais, federais e vereadores), passaria a eleger somente os candidatos mais votados – sem proporcionalidade dos votos recebidos pelos partidos, ou seja, uma medida que enfraquece as legendas e favorece

candidaturas de famosos e endinheirados, sem contar que prejudica a pluralidade das candidaturas e enfraquece candidatos que representam minorias.

Mas, a Câmara aprovou, entre outras medidas, a volta das coligações (333 votos favoráveis a 149 contrários), que haviam sido proibidas em 2017, mas somente a partir do pleito de 2020. Após a votação em segundo turno, a matéria seguiu para o Senado, onde deve enfrentar resistência. Para as regras valerem para a disputa do ano que vem, a Emenda Constitucional tem de ser promulgada até o dia 1º de outubro – um ano antes das eleições de 2022.

Conjuntura estadual

Avaliar especificamente a conjuntura do nosso estado também não é tarefa fácil, haja vista a proximidade que temos com as pautas nacionais. No plano estadual, o governo de João Doria (PSDB), pouco se diferencia da gestão federal de Jair Bolsonaro (ex-PSL).

Abem da verdade é que, com Doria no governo de São Paulo, houve redução dos investimentos em áreas como saúde, educação e saneamento; cortes de verbas em programas sociais; na habitação, na cultura, além de obras paralisadas, incluindo hospitais, escolas e moradia, extinguindo órgãos importantes.

Para avançar com as privatizações, como no setor de transporte, o dinheiro investido pelo governo se destinou a obras de rodovias, do metrô e da malha ferroviária que, na verdade, estão no radar para serem vendidas ao setor privado. Isso após aplicação de dinheiro público. E, assim como Bolsonaro, observa-se que Doria também quer privatizar presídios e a Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo).

Com a aprovação do fatídico projeto de lei (PL) 529/2020, aprovado pela maioria dos deputados e das deputadas estaduais na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), até maio de 2023 empresas públicas importantes como a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU/SP) e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) - moradia popular, Fundação Parque Zoológico de São Paulo; Instituto

Florestal; Superintendência de Controle de Endemias (Sucen) e Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo (Daesp) deixarão de existir. Sancionada em outubro de 2020, a lei oriunda do PL 529 autoriza o governo do estado a promover mais de 5 mil demissões.

Além disso, nesse projeto objetivou-se fechar a Fundação para o Remédio Popular (Furp), maior fabricante de medicamentos popular do país, e ainda incluiu o aumento de tributos que afetam diretamente a população paulista como o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotor (IPVA).

Não bastasse isso, retirou a isenção de impostos para veículos de pessoas com deficiência. Mas, em contrapartida não fez a revisão das renúncias fiscais concedidas a grandes empresas (estimada em cerca de R\$ 40 bilhões) que seria suficiente para cobrir – com folga - o rombo de R\$ 10,4 bilhões previstos pelo governo paulista para o próximo ano.

São fatos que reforçam que João Doria prioriza mais os negócios do Lide (Grupo de Líderes Empresariais), uma das seis empresas que compõe seu grupo empresarial, em detrimento do setor público. Aliás, se formos buscar bem a fundo o histórico sobre a “vida empresarial” de Doria, fica fácil compreender o seu interesse em fazer com que o estado de São Paulo se transforme num grande balcão de negócios para os grandes empresários e banqueiros. Por isso, deseja privatizar tudo.

Sua política de 'entrega tudo o que é público', em especial na saúde, para as OSs (Organizações Sociais), não para. Temos que continuar na luta para barrar isso, buscando as condições para revogá-las. Não é uma tarefa fácil desde que o STF considerou a atuação dessas organizações constitucional, mas não podemos admitir que verbas públicas sejam destinadas para o setor privado, que os serviços públicos sejam sucateados, abrindo portas à corrupção.

Organizações sociais às quais Doria entregou os hospitais de campanha no combate ao novo coronavírus e onde há indícios de desvios de contratos, desperdício de verbas públicas, contratações irregulares de médicos.

Destaca-se aqui a CPI das Quarteirizações que demonstrou a precarização da pejetização (PJ) de trabalhadores (as), sem direitos nem ao afastamento remunerado pela covid-19. E a falta de coordenação no combate à pandemia com o esquartejamento da saúde pública pelas OSs no município de São Paulo, fruto da política de entrega às OSs dos governos Doria/Covas e Covas/Ricardo Nunes. E que segue em várias cidades da Grande São Paulo, litoral e interior.

Não podemos esquecer que Doria também cogitou privatizar o Instituto Butantã, referência na produção de vacinas e que ganhou destaque ao desenvolver, em parceria com a chinesa Sinovac, a vacina contra a covid-19, batizada de CoronaVac, com a qual o governador não poupou esforços para atrair os holofotes da mídia e protagonizar episódios insanos de disputa política com o presidente que ele ajudou a eleger.

E, embora Doria até tenha tomado medidas de controle da pandemia no estado, seu governo nada fez para auxiliar os pequenos comerciantes e empreendedores sociais - ou para criar uma renda emergencial com recursos do estado.

Sem contar que antes de decretar a pandemia, o governo estadual já tinha aprovado na Alesp a reforma da Previdência dos servidores (as) estaduais, já colocada em prática com o aumento da alíquota de contribuição previdenciária de 11% para 14% sobre os salários defasados dos servidores da ativa e também dos aposentados (as) e pensionistas.

Diante desse cenário, houve a luta dos professores e das professoras e dos servidores da educação contra o retorno às aulas presenciais num momento de agravamento da pandemia no estado de São Paulo e em defesa da vacinação de toda comunidade escolar. Inicialmente, o resultado dessa luta foi a manutenção das aulas remotas e a inclusão dos educadores (as) nos grupos prioritários para receber a imunização. Apesar de muita resistência, mesmo diante do risco de contágio com a circulação de variantes, o governo estadual e muitas prefeituras decidiram pela retomada das aulas presenciais.

Mas se tratando do governo Doria, sempre pode piorar! Recentemente, o governador encaminhou à Alesp o projeto de lei complementar (PLC) 26/2021 sob o pretexto de “aprimorar a estrutura administrativa do Estado e alterar temas pertinentes ao regime jurídico dos servidores públicos”. Na verdade, a proposta é mais um ataque ao funcionalismo estadual. Mais um projeto enviado em regime de urgência para promover mudanças e retirar direitos sem ouvir os trabalhadores e as trabalhadoras, os sindicatos e entidades que representam cada categoria, ou seja, sem diálogo algum com a sociedade.

Um projeto que não apenas antecipa a reforma Administrativa do governo federal, flexibilizando os direitos dos servidores (as) estaduais, mas também aprofunda os ataques às políticas públicas, aos serviços públicos, pois, no fundo, o governo quer privilegiar ainda mais o setor privado.

Importante registrar que a CUT São Paulo, junto com o Macrossetor do Serviço Público e demais centrais sindicais e entidades de representação do funcionalismo, têm mobilizado e organizado ações em defesa dos serviços públicos, dos servidores (as), das empresas públicas e contra as privatizações.

Para isso, além de produzir materiais contra a PEC 32/2020, foram realizadas lives com a participação do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), parlamentares e um encontro com servidores (as) municipais, estaduais e federais de todo o estado que culminaram em um encontro nacional e o Dia Nacional de Paralisação e Luta, com ato na Praça da República e caminhada até a Praça Clóvis Beviláqua, no centro de São Paulo.

Para além das lutas no serviço público, o estado de São Paulo carece de uma política industrial com geração de emprego decente e renda. Há vários anos, muitas empresas estão saindo do nosso estado.

Se antes migravam da capital para o interior paulista, nos últimos anos elas foram para outros estados, a exemplo das várias empresas do setor químico e farmacêutico, da alimentação e outros seguimentos que foram para o estado de Goiás. Também ao longo dos anos, o estado deixou de receber novas empresas. Grandes polos industriais em regiões como ABC, Campinas, Ribeirão Preto, Vale do

Paraíba, entre outras, estão fechando com a saída de empresas como a Ford ABC, Ford Taubaté, LG Eletrônicos e Bayer. Este quadro se agravou, a partir de 2020, com a pandemia de covid-19, onde tanto o governo federal como o governo do estado de São Paulo adotaram medidas paliativas que não evitaram o fechamento e a falência de várias empresas, em especial de pequeno e médio portes.

Os governos do PSDB, partido que está à frente do estado de São Paulo há várias gestões, adotando políticas neoliberais, não apresentaram em nenhum momento uma proposta de política industrial que viesse a evitar o aumento do desemprego. Também não gerou empregos aliados à preservação do meio ambiente, com a transmissão de energia. Essa falta de ações promoveu a desindustrialização.

Não houve qualquer medida voltada à reconvenção industrial, principalmente no período que estamos vivendo com a pandemia, onde verificamos a fragilidade da indústria nacional em produzir respiradores artificiais, álcool em gel, insumos para medicamentos e outros, nos tornando reféns da importação desses produtos.

Também pouco foi promovido para o desenvolvimento industrial regional de apoio às pequenas e médias empresas para geração de emprego decente com promoção da igualdade de gênero, racial e geracional frente ao grande número de trabalhadores (as) que estão fora do mercado de trabalho. Portanto, o grande desafio do próximo governo do estado é ter o compromisso em adotar uma política industrial que venha atender todas essas preocupações.

Na segurança pública, não há investimentos e tem só aumentado os índices de violência e mortes contra a população preta e pobre de São Paulo. É importante reforçar que a violência ocorre, de maneira inaceitável, pela própria mão do estado, a partir do aparato da Polícia Militar (PM), que funciona como uma máquina de repressão, com 'licença para matar'. Desse modo, a PM atua em operações violentas e racistas, torturando os corpos da população negra do estado, como aconteceu na favela de Paraisópolis, na zona sul da capital.

Prova disso, são os resultados da política implementada em algumas cidades do estado, que obriga diversos grupos de policiais militares a utilizarem câmeras nas ações. Esses equipamentos gravam a integralidade de um turno de 12 horas e enviam as imagens das operações diretamente para uma central, que registra a ação.

A partir da implementação dessa política, a Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota), um dos grupos de policiais mais letais de todo o Brasil, reduziu os números de letalidade a zero, em apenas uma semana de uso do equipamento. A PM do estado de São Paulo foi a força de segurança que mais assassinou pessoas no Brasil em 2019, segundo levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que mostrou que 80% dos mortos pela polícia em todo o país eram negros.

Além disso, não podemos deixar de citar o uso das forças de segurança pública, em especial da PM, para reprimir de modo desproporcional atos, greves e manifestações organizadas pelos movimentos sindical e/ou social, sem falar do modo brutal e violento com que policias militares costumam cumprir ordens de reintegração de posse em ocupações, por exemplo, onde sempre há muitas mulheres, idosos e crianças.

Também é preocupante o aumento de feminicídio e dos casos de violência contra as mulheres no estado de São Paulo. Diante dessa realidade, o governo Doria vetou a concessão da ajuda emergencial previsto no PL 350/2020, que reunia diversas ações para mitigar os efeitos negativos da pandemia, entre elas, o auxílio que seria destinado às mulheres de baixa renda e já beneficiadas por medida protetiva, ou com o registro do Boletim de Ocorrência por motivos de violência doméstica.

Há ainda o crescimento dos crimes motivados pelo racismo e pela LGBTQIA+fobia, como nos casos que aconteceram nas redes dos supermercados Carrefour, Extra, Koch, Ricoy e, mais recentemente, no Assaí.

É preciso tomar providências em relação à conduta dessas empresas, que são responsáveis por contratar seguranças que matam, humilham e acumulam ataques racistas, principalmente a homens e jovens negros, classificando-os como ameaça e perigo e não como consumidores.

É urgente e necessária a formação antirracista com os trabalhadores(as) que prestam serviços de segurança, pois, sabemos que muitas vezes eles são contratados por empresas de exmilitares e transportam para esse ambiente a prática utilizada pela PM.

Cenário eleitoral no estado

Diante desse quadro, nos deparamos agora com as motivações que agitam o cenário para a disputa eleitoral de 2022. Doria demonstra que deve mesmo deixar o governo do estado de São Paulo para disputar a presidência da República, mas terá de disputar as prévias no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), já que o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, também manifestou a intenção de ser presidenciável tucano.

Nesse jogo, Doria tirou seu vice, Rodrigo Garcia, do Democratas (DEM), e o filiou no PSDB paulista para que ele seja o candidato ao governo de SP, mas é um nome que ainda não emplacou, pois, nas pesquisas, aparece atrás do ex-governador Geraldo Alckmin, que deixou o ninho tucano e migrou para o Partido Social Democrático (PSD) do ex-prefeito paulistano Gilberto Kassab.

Além desse racha no PSDB, a direita demonstra que a divisão será maior que em outras eleições. Representante da extrema-direita, o deputado estadual Arthur do Val (Patriota), conhecido como 'Mamãe Falei', já se coloca como o candidato desse campo, mas parece que Bolsonaro também quer uma candidatura alinhada ao seu governo no maior colégio eleitoral do país que deve vir por indicação do braço militar que o apoia.

Enquanto isso, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) pode tentar mais uma vez lançar Paulo Skaf e a já colocada pré-candidatura do ex-governador Márcio França pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), mas com possibilidade de ele ser vice na chapa encabeçada por Alckmin.

Em meio ao racha interno no PSDB - que há mais de três décadas comanda o governo - e essa possível divisão da direita, os nomes da esquerda apontados para a disputa do governo do estado aparecem bem nas pesquisas de opinião pública divulgadas até agora.

Tratam-se do ex-prefeito da capital paulista e ex-ministro dos governos Lula e Dilma, Fernando Haddad (PT), e do coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Guilherme Boulos, candidato do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) à Prefeitura de São Paulo e que chegou ao segundo turno nas eleições de 2020. Isso coloca, de forma inédita, dois nomes da esquerda entre os primeiros colocados nas pesquisas.

Não há dúvidas de que a unidade da classe trabalhadora, da esquerda e de todos os setores progressistas da nossa sociedade, será fundamental para levarmos novamente o projeto da classe trabalhadora com Lula à presidência da República e também para chegarmos ao segundo turno e conquistarmos, pela primeira vez, o governo do estado de São Paulo, e ainda garantir a eleição de parlamentares estaduais e federais CUTistas que possam realmente representar a classe trabalhadora, seja na Alesp ou na Câmara dos Deputados.

Para isso, temos de acompanhar atentamente a discussão da minirreforma eleitoral no Congresso. Não podemos admitir que a proposta de 'distritão' seja aprovada.

Tão pouco que prospere a PEC do semipresidencialismo, que propõe um modelo híbrido entre o atual presidencialismo e o parlamentarismo, mantendo a figura do presidente da República 2103 como chefe de Estado, mas criando o cargo de primeiro-ministro como chefe de governo, cuja nomeação seria aprovada pelos parlamentares. Essa é uma proposta do deputado federal Samuel Moreira (PSDB-SP), protocolada no ano passado, que ganhou projeção recentemente ao receber o apoio do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Fora Bolsonaro

As mobilizações para pedir o fim do desgoverno de Jair Bolsonaro começaram ainda no ano passado, diante dos inúmeros pedidos de impeachment protocolados na Câmara dos Deputados. Mas, foi no início de 2021, que os atos ganharam impulso. Primeiro com carreatas realizadas na capital e em várias cidades do estado e do Brasil.

O agravamento das crises política, econômica e sanitária após o país ultrapassar 500 mil mortes por

covid-19, aliado ao avanço da imunização (que ainda é baixa), levou a CUT, outras centrais sindicais, partidos de oposição e movimentos populares, organizados nas Frentes Brasil Popular, Povo Sem Medo, Coalizão Negra por Direitos, entre outros, a convocar manifestações presenciais, mediante o cumprimento dos protocolos sanitários (uso de máscaras, álcool em gel e distanciamento social).

Entre maio e agosto, foram seis atos. A cada um deles, notamos o aumento da adesão popular e também de outros segmentos que defendem o impeachment de Bolsonaro, ainda mais após as revelações da CPI da covid-19. Destacam-se, em 2021, as mobilizações do Dia do Estudante (11/08) e do Dia Nacional de Paralisação do Funcionalismo (18/08).

Além disso, a CUT, junto aos movimentos de mulheres, promoveu o 8 de Março descentralizado em 2021, que mobilizou as mulheres CUTistas num esforço de denunciar o desgoverno com mote em defesa da vida das mulheres: “Fora Bolsonaro, vacinação imediata a toda população e a garantia do auxílio emergencial”. Elas organizaram, além de atos, faixas, panfletagens e carros de som para dialogar com a população, e contou com a mobilização de seus sindicatos e das subseções da CUT-SP garantindo atos em todo o estado.

Somado a isso, os atos pelo Fora Bolsonaro têm reforçado as lutas em defesa da vida, do Sistema Único de Saúde (SUS), da vacinação para todos e todas, da garantia do auxílio emergencial de R\$ 600 até o fim da pandemia, dos serviços públicos, de mais investimento na ciência e na pesquisa, por geração de empregos e renda e recuperação de direitos trabalhistas.

E também as lutas contra o retorno das aulas presenciais sem a garantia de segurança sanitária para toda comunidade escolar (alunos, professores (as), funcionários (as), pais e mães ou responsáveis) e também contra as demissões, a fome e a miséria, a carestia, as privatizações, a reforma Administrativa e o teto de gastos.

Isso mostra que há duas importantes tarefas: o primeiro é organizar a classe trabalhadora para enfrentar os ataques dos governos de Bolsonaro, Doria e de muitos prefeitos e prefeitas de nosso estado que avança para retirar direitos e para promover o desmonte dos serviços públicos.

O segundo é consolidar a unidade de todas as entidades que representam os servidores (as), as centrais sindicais, os movimentos populares, os partidos políticos e parlamentares de oposição, além dos que defendem os interesses do funcionalismo e a manutenção dos serviços públicos para unificar as forças democráticas e progressistas frente a essa batalha.

Balanço das Secretarias da CUT-SP e Plano de Ações

NOVEMBRO DE 2019 A JULHO DE 2021

PRESIDÊNCIA

As ações realizadas pelo conjunto da Central, subsedes, ramos e sindicatos ao longo de 2020 até o primeiro quadrimestre de 2021, mostram que a CUT-SP se manteve firme na luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora e da população brasileira, mesmo frente a maior crise sanitária do século com a pandemia do novo coronavírus (Sars-CoV-2), que nos trouxe inúmeros desafios.

Acompanhamos a atuação das diversas categorias em várias regiões do estado que resultaram em importantes conquistas para os (as) trabalhadores (as). Muitas lutas foram travadas nesse período e não houve hesitação na defesa dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Lutas que contaram, contam e sempre contarão com o apoio incondicional da CUT São Paulo, que tem, reiteradamente, reforçado seu posicionamento intransigente em defesa da vida.

Com ação nas ruas e também nas redes sociais, com muita responsabilidade e adotando sempre todas as medidas de proteção sanitárias (uso de máscaras, distanciamento social e álcool gel), importantes mobilizações em defesa dos direitos da classe trabalhadora e da população brasileira foram realizadas e contaram com a participação do movimento sindical.

Houve firme atuação contra a reforma da Previdência do presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL) e para reverter os efeitos das medidas provisórias da Carteira Verde e Amarela, além de outras que o governo Bolsonaro criou, se aproveitando da crise para aprofundar os ataques aos direitos trabalhistas.

A luta foi também contra os ataques do governador João Doria (PSDB) aos servidores e servidoras estaduais e aos serviços públicos. Antes da crise sanitária, fizemos o embate contra a reforma da Previdência estadual e, já na pandemia, a luta foi contra o Projeto de Lei (PL) nº 529, de 2020, que autorizou a incorporação e a extinção de institutos, autarquias e fundações responsáveis por serviços públicos relevantes para sociedade nas áreas como transporte, habitação, saúde, pesquisa, preservação ambiente etc.

Destaque também para as lutas por garantia de condições necessárias de proteção para quem atua nos setores essenciais, como os profissionais da saúde, dos transportes, os professores e trabalhadores e trabalhadoras da educação, de todo o estado.

Registrou-se também a atuação da CUT-SP na organização e na mobilização da base CUTista em todo o estado paulista para atos simbólicos ou virtuais e carreatas em defesa da vida, da vacinação para todos e todas, da manutenção dos empregos, do auxílio emergencial de R\$600 até o fim da pandemia e pelo impeachment de Bolsonaro.

Com a crise econômica, agravada pela pandemia, assistiu-se ao aumento acelerado do desemprego, da inflação e da volta da fome e da miséria. Por isso, é fundamental citar o empenho dos nossos sindicatos que, diante desse cenário catastrófico, vêm promovendo e apoiando ações de solidariedade a quem mais precisa.

Paralelamente às nossas lutas, realizaram-se importantes atividades políticas e culturais por meio das redes sociais, como lives de debates, entrevistas, seminários e também de apresentações musicais para animar a nossa militância, os trabalhadores e trabalhadoras e a nossa população.

Teve destaque a participação da Presidência da Central em várias edições do programa “CUT-SP em Ação”, ao longo de 2020; o lançamento do programa “Conversa com o Presidente”, em fevereiro de 2021; a 4ª Roda de Samba da Resistência em 2020; o webnário sobre o Carnaval em 2021 e o Seminário Internacional CUT-SP e da CGIL Lombardia, em maio de 2021, entre outras importantes ações.

Cabe aqui ressaltar as programações do 1º de Maio de 2020 e de 2021 que foram muito positivas, em especial o empenho da CUT-SP na organização das carreatas do Dia do Trabalhador e da Trabalhadora em 2021, momento em que a Presidência teve atuação destacada na construção da unidade com outras centrais e na mobilização das carreatas na capital e na região do Alto Tietê, na Grande São Paulo.

Existem, porém, muitas lutas e desafios pela frente. É preciso ampliar a organização dos servidores e das servidoras públicos federais, estaduais e municipais, além da população brasileira na batalha contra a PEC 32, de 2020, que promove a reforma Administrativa e se destaca como mais uma proposta do governo Bolsonaro que não combate privilégios. Pelo contrário, ataca a base do funcionalismo, ou seja, os que mais trabalham e menos ganham, e promove um verdadeiro desmonte dos serviços públicos.

Além disso, é preciso seguir na luta por vacina no braço, comida no prato e contra todos os desmandos e toda negligência na condução do país no enfrentamento à pandemia, pelo fim do desgoverno genocida de Jair Bolsonaro, uma luta que vem crescendo, tornando-se em um movimento que ganha força nas ruas, mas sempre seguindo todos os protocolos sanitários contra a covid-19.

VICE-PRESIDÊNCIA

O debate sobre o ramo rural está como prerrogativa da vice-presidência, portanto, entendemos que é preciso repensar a atuação da Central em defesa das políticas do campo e, através da vice-presidência, trabalhar propostas para a organização desse segmento em todo estado de São Paulo, pontuando os problemas e debatendo junto às entidades locais abrangentes nas subsedes da CUT-SP, criando estratégias e ações para o fortalecimento e a unificação das lutas dos meios rural e urbano.

Sobre a estratégia do campo, em relação à pandemia, a vice-presidência se somou aos movimentos sociais e representou a CUT-SP na construção e no lançamento da Plataforma Emergencial do Campo, das Florestas e das Águas, em defesa da vida. Diante do descaso por parte do governo, a CUT se posicionou a respeito da importância de pressionar, divulgar e apoiar a aprovação do PL 886, de 2020. Esse PL tinha o propósito de assegurar medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil, para mitigar os impactos socioeconômicos da pandemia do covid-19, mas foi posteriormente vetado.

Além da questão do campo, debatemos sobre outros temas como a reforma da Previdência, que colocou a classe trabalhadora num cenário de destruição de políticas públicas e de direitos sociais.

Na esfera eleitoral, o pleito em 2020 representou a importância de se eleger candidatos e candidatas comprometidos (as) com o perfil progressista e, com isso, ajudou na elaboração da plataforma para as eleições municipais. Apresentou-se aos candidatos as pautas da classe trabalhadora e, mesmo diante da baixa representatividade eleita, percebeu-se um enfraquecimento entre forças da direita neoliberal.

A vice-presidência marcou presença na luta contra a aprovação da reforma da Previdência para servidores e servidoras estaduais na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), na fatídica ação truculenta da Polícia Militar (PM), que deixou dezenas de pessoas feridas. Participou também da luta pela manutenção e ampliação do auxílio emergencial que garante, minimamente, a sobrevivência da população mais carente.

A solidariedade em tempos de pandemia também se fez presente por meio da participação constante nas arrecadações e na distribuição de alimentos e nas carretas realizadas em toda capital pelo “Fora Bolsonaro” e por “Vacina Já”.

SECRETARIA-GERAL

São atribuições da secretaria-geral da CUT-SP garantir a aplicação dos direitos, deveres e sanções aos filiados e filiadas e o cumprimento do estatuto da CUT; organizar as reuniões da Executiva estadual, da direção estadual, da Plenária Estadual e do Congresso Estadual; encaminhar as resoluções das instâncias estaduais e nacionais, acompanhar sua aplicação e organizar as atividades deliberadas; elaborar planos gerais integrados; coordenar as atividades do conjunto das secretarias estaduais; e organizar e administrar o arquivo geral, as atas, documentos legais e a agenda estadual.

A CUT-SP hoje representa 334 entidades filiadas no estado, com 869.196 trabalhadoras e trabalhadores associados e 4.358.204 de trabalhadoras e trabalhadores na base, presente em todos os ramos de atividade econômica do país, organizada em 20 subsedes.

Como desde sua fundação, no último período as mobilizações da CUT-SP foram intensas e sempre se pautaram pelos princípios da autonomia e independência em relação ao governo e partidos políticos, defendendo de forma aguerrida os direitos da classe trabalhadora.

Sempre na luta em defesa da democracia, da liberdade de expressão e dos direitos, contra todo tipo de violência, por direitos iguais para as mulheres, contra homofobia, pela inclusão de jovens, contra o racismo, pela questão geracional e pessoas com deficiência. Além da defesa de um modelo de desenvolvimento sustentável, pelo meio ambiente e por política agrária, agricultura familiar, moradia, cultura e educação. Defesa da vida, defesa dos direitos, democracia e soberania.

A CUT-SP já realizou 15 congressos e irá realizar a sua 16ª plenária estatutária.

Em novembro de 2019, a CUT-SP realizou na cidade de Praia Grande (SP) seu 15º CECUT (Congresso Estadual da CUT-SP), quando foi eleita a direção para o período de 2019 a 2023.

Durante a realização do congresso, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve a liberdade concedida, depois de ficar 580 dias no cárcere em Curitiba (PR), e ser condenado num julgamento parcial e criminoso. Diante dessa notícia da sua liberdade, toda a delegação decidiu que deveria ir para a cidade de São Bernardo do Campo, aguardar a chegada de Lula no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Em 28 e 29 de fevereiro de 2020 foi realizado o planejamento da CUT-SP, momento em que foram definidas as ações prioritárias para o próximo período, que se concentraram em seis eixos definidos na Plenária do 15º CECUT, ações e estratégias políticas para o período de um ano. Além disso, foram incluídas atividades no calendário de lutas aprovado na plenária para o primeiro semestre.

Os eixos definidos foram:

- 1. Reformas: acompanhamento de todas as reformas, avaliação e enfrentamento dos impactos das reformas no mundo do trabalho;**
- 2. Ampliação da representação dos trabalhadores e trabalhadoras na CUT: políticas públicas de organização dos desempregados, informais, PJ's, MEI's e cooperativas – desafio:** Criar condições para organizar e representar os trabalhadores e trabalhadoras informais;
- 3. Filiação de associações à CUT – desafios:** filiação de associações que não criem disputas de base com sindicatos CUTistas;
- 4. Plataforma da Classe Trabalhadora – desafios:** Evidenciar apoio a candidatos e candidatas que se comprometam com a nossa plataforma;
- 5. Defesa dos Servidores (as) e dos Serviços Públicos:** federal, estadual e municipal e contra o desmonte das empresas e das políticas públicas;
- 6. Defesa da democracia, dos sindicatos e seu papel na sociedade.**

Vale ressaltar que a CUT-SP, em março de 2020, em decorrência da pandemia, definiu pela

preservação da saúde e a vida de seus trabalhadores e trabalhadoras e dirigentes, passando a executar as suas ações no modelo home office. Apesar disso, a CUT-SP manteve sua presença constante nos atos de rua, cumprindo os protocolos de segurança exigidos.

Passando a realizar todas as atividades e mobilizações de forma remota, a Secretaria-Geral da CUT-SP passou a administrar a plataforma de reuniões, plenárias, lives e outras ações que têm ocupado boa parte do tempo da assessoria nessa ação. Desse modo, a secretaria tem feito a assessoria e colaborado com todas as secretarias e subsedes da CUT-SP e sindicatos filiados, quando solicitada.

A secretaria-geral tem dado o suporte em todas as ações realizadas pela CUT-SP e, com a pandemia, as ações da CUT-SP têm sido cada vez mais abrangentes com o objetivo de fortalecer a organização e a luta da classe trabalhadora por qualidade de vida, salário, vacina para todos e todas.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Após o 15º CECUT-SP, em novembro de 2019, a Secretaria de Administração e Finanças fez um planejamento administrativo e financeiro para o quadriênio 2019/2023, apresentado em fevereiro de 2020 durante o Planejamento da Direção Plena da CUT-SP, realizado no Instituto Florestan Fernandes, em Guararema, no interior de São Paulo.

A partir de março de 2020, vivenciou-se a eclosão da pandemia do novo coronavírus (SarsCoV-2). Nos meses subsequentes, identificou-se queda nas contribuições estatutárias para a Central, aumentando o número de inadimplência. Após isso, vieram as medidas provisórias (MPs) que suspenderam os contratos de trabalho, promoveram a redução de salários e de jornada de trabalho, permitindo a antecipação de férias e também aumentando o número de demissões em diversos seguimentos.

Vários sindicatos que já vinham sofrendo com as suas receitas, a partir da reforma Trabalhista do governo de Michel Temer (MDB), viram aumentar o fechamento de vários postos de trabalho, tanto na indústria como no comércio e serviços, no setor financeiro e em outros setores. Como resultado, os sindicatos viram o número de sindicalizados reduzirem, aumentando ainda mais as suas dificuldades financeiras, situação esta que teve um impacto nas suas receitas e nas receitas da Central, tanto na CUT Nacional como nas estaduais e nas confederações dos ramos.

Diante desse cenário, iniciamos um estudo de reestruturação interna e contingenciamento de nossas receitas, que foi apresentado e aprovado pela Direção Executiva da CUT-SP. Reduzimos as despesas numa margem de 25%, tomamos algumas medidas para a prevenção e a proteção dos nossos funcionários, funcionárias e dirigentes. Os nossos trabalhos passaram e estão sendo até hoje por teletrabalho, com os prédios da sede central e das subsedes fechados.

Fizemos ajustes no nosso quadro de funcionários e funcionárias, tanto na sede central como nas subsedes; fizemos ajustes em vários contratos de fornecedores, deixamos de confeccionar material impresso e material de divulgação e reduzimos várias outras despesas.

Com relação às subsedes, mantivemos a nossa forma organizativa, mas tivemos que fazer mudanças em alguns espaços físicos. Assim, essas subsedes passaram a ocupar um espaço solidário dentro de um sindicato na região onde a mesma está localizada.

Quanto ao momento atual, com relação à situação especificada acima, identificamos o aumento da inadimplência de vários sindicatos com a CUT, tendo como consequência a não participação desses sindicatos na 15ª Plenária Estatutária pelos critérios aprovados pela direção nacional.

Hoje temos 334 sindicatos filiados. Desses, 95 estão aptos com as resoluções financeiras estatutárias em condições de participar da plenária, e 239 se encontram inadimplentes e não participarão da plenária com representação de delegados e delegadas. No período pré-plenária, ocorreram várias atualizações cadastrais, momento em que os sindicatos que vêm sofrendo ataques brutais pelos governos federal, estaduais e municipais tiveram baixas nos seus números de filiados, reduzindo ainda mais as suas receitas e, conseqüentemente, o seu repasse estatutário à Central.

O contingenciamento e os ajustes que fizemos, com apoio das nossas subsedes, dos nossos sindicatos de base e das nossas federações de ramo, é que têm nos permitido realizar e subsidiar nossas lutas, dando apoio com materiais visuais, bandeiras, bonés, coletes e outros materiais, nas atividades das subsedes, das secretarias, no enfrentamento contra a reforma da Previdência do estado de São Paulo, nas atividades contra as privatizações e na defesa dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, combatendo iniciativas dos governos em todos os âmbitos.

Realizamos as atividades do 1º de Maio e seguimos realizando as atividades contra a reforma Administrativa, a PEC 32/2020, as carreatas e atividades dos atos “Fora Bolsonaro”, entre outros.

Nesse momento, faz-se fundamental promover reflexões, pois mesmo com as dificuldades apresentadas até aqui, tem sido possível à direção manter um equilíbrio das nossas despesas e receitas. Contudo, não podemos deixar de ter um olhar para o presente e para o futuro, caso a situação piore, fazendo avaliações permanentes, a fim de que possamos priorizar e ter condições de mantermos os nossos enfrentamentos.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

A comunicação sindical desempenhou papel fundamental nas lutas enfrentadas no último período. O clima politicamente incerto disseminado por discursos de ódio e fake news desde as últimas eleições à Presidência (2018), somado à promessa de reformas que viriam impactar direitos fundamentais, alcançou patamares assustadores.

Diante da ausência de um projeto político plural, com justiça social, inclusão e geração de empregos e frente a um governo que optou em reduzir o papel do Estado, aumentar encargos e impostos que prejudicam os mais pobres e retirar direitos trabalhistas e sociais, a comunicação sindical precisou fortalecer seu trabalho de disseminação de informações em tempo real e de construção de narrativas focadas nos impactos à vida da classe trabalhadora.

Junto a isso, desde a pandemia da covid-19 (Sars-CoV-2), tivemos que reinventar nossas formas de comunicação a distância. Com efeito cascata aos estados e municípios, a postura negacionista do governo federal frente à ciência e a obstrução de direitos, junto a declarações polêmicas de Jair Bolsonaro (ex-PSL), só intensificaram a crise sistêmica.

Tivemos que usar todas as nossas ferramentas comunicacionais para nos contrapor a um presidente que deixou a população à própria sorte, a partir de uma escolha política de desestimular o isolamento social, o uso de máscaras, além da defesa de “métodos” como o “kit covid-19”, sem eficácia científica. Para cada ataque, uma informação sob o ponto de vista dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Promovemos, em parceria com a Secretaria de Formação e a de Cultura, oficinas educacionais para o uso de redes sociais para funcionários e funcionárias, dirigentes e coordenadores de subsedes, visando o fortalecimento e o bom uso de nossos canais oficiais da Central.

A partir desta conjuntura desastrosa, com milhares de mortes, fome e desemprego que segue presente, o papel estratégico da comunicação sindical ganhou destaque e teve protagonismo. Neste sentido, é tarefa central dos sindicatos CUTistas fortalecer a nossa comunicação popular e classista, assim como nossos canais estratégicos como a Rede Brasil Atual, a Rádio Brasil Atual e a TVT.

Lembramos que a comunicação sindical é instrumento tático na luta por democracia, por direitos e pela saída imediata do presidente Jair Bolsonaro do poder, assim como no enfrentamento ao governo paulista de João Doria (PSDB) e aos governos municipais do estado de São Paulo que caminham na contramão das garantias que tanto defendemos. Devemos ainda ter consciência de que a democratização da comunicação continua como pauta fundamental em nossas ações e que as redes sociais precisam ser fortalecidas nas entidades sindicais. Assim, traçamos objetivos cruciais ao trabalho que devemos desempenhar como movimento sindical no próximo período.

Plano de ações:

- a) Utilizar a ferramenta da comunicação sindical para fazer o enfrentamento aos governos federal, estadual e municipais que atuam na contramão da garantia de direitos fundamentais e da democracia;
- b) Investir nas equipes de comunicação, na atualização diária do site, nos equipamentos de trabalho, nas redes sociais, na segurança e na tecnologia da informação;
- c) Ampliar ações solidárias junto a rádios comunitárias no estado de São Paulo;
- d) Fortalecer a relação com sindicatos, subsedes, mídias com parcerias nacionais e internacionais, fóruns de comunicação e movimentos sociais para a expansão da comunicação popular, sindical e democrática no estado de São Paulo;
- e) Promover encontros formativos, oficinas, seminários, expandindo as ações da Rede de Comunicação da CUT São Paulo envolvendo jornalistas, sindicatos e subsedes;
- f) Manter o jornalismo classista, com olhar voltado à raça e ao gênero, com respeito à transversalidade, à pluralidade e à diversidade.

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

A pasta é responsável por implementar a política da Secretaria Jurídica da CUT-SP pelas atividades de representação, assessoria e consultoria, exames de aspectos legais e jurídicos.

Trata de todos os processos em trâmite da Central, realiza as defesas judiciais de interesse dos sindicatos e de outras entidades filiadas. Outorga procuração em nome dos sindicatos e representa a entidade em juízo e fora dele ativa e passivamente, atuando na prática de quaisquer atos processuais administrativos e judiciais.

Promove atividades como seminários e debates para instruir e informar sindicatos e ramos sobre leis que tramitam na Câmara dos Deputados e elabora estratégias para ações em conjunto.

Dá-se, neste balanço, destaque em duas importantes atividades promovidas pela Secretaria. Em primeiro lugar, em julho de 2020, a pasta promoveu um seminário sobre a reforma sindical e os rumos do sindicalismo no Brasil. Neste evento, tivemos a participação de mais 150 pessoas, em uma atividade representativa onde se discutiu possíveis cenários para as entidades sindicais com propostas que tramitavam no Congresso Nacional. Foram apontados desafios para aperfeiçoar instrumentos de atuação da classe trabalhadora.

Em segundo lugar, em abril de 2021, a Secretaria promoveu um debate muito importante sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que tem o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Orientou-se, na ocasião, sindicatos e ramos diversos no tratamento do banco de dados dos seus associados e associadas para preservá-los de futuras ações judiciais.

SECRETARIA DE COMBATE AO RACISMO

O racismo mata: ao tratar de direitos humanos, discutimos direitos que conferem a todas e todos condições dignas de existência, do ponto de vista material, bem como político, social e cultural. O Brasil, como nação que intenta construir uma sociedade caudatária desses direitos, não pode tolerar e coexistir com o racismo que cotidianamente mata a população negra do nosso país.

A pandemia na vida das negras e dos negros: segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), somente no primeiro semestre de 2020, em nosso país, mais de 6,4 milhões de homens e mulheres negras perderam o emprego. Entre brancos, esse

número é 2,4 milhões. Segundo a Rede de Observatórios da Segurança (2020), 75% das vítimas fatais em ações policiais são negras, 61% das vítimas de feminicídio são mulheres negras. No quesito educação, 8,9% da população negra acima de 15 não é alfabetizada, mais que dobro da taxa de analfabetismo da população não negra de mesma idade 3,6% – conforme dados do IBGE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) de 2020.

A pandemia de covid-19 ampliou as desigualdades sociais evidenciando o racismo. Racismo este que é o causador e o responsável pela perpetuação do processo histórico de desigualdades entre brancos e negros, pelo genocídio de pessoas negras, o encarceramento em massa que segrega uma determinada população, a pobreza e a violência contra as mulheres negras.

Ante o exposto, a secretaria de Combate ao Racismo desenvolveu no último período diversas ações e debates, buscando trazer para a pauta do dia a situação de sobrevivência do povo preto na pandemia e quais seriam as estratégias de enfrentamento a serem construídas para o próximo período.

É um desafio urgente que todo o movimento sindical compreenda que o combate ao racismo e a ação sindical devem coexistir. Para tanto, a Secretaria de Combate ao Racismo tem o papel de lutar por um local de trabalho livre de racismo. Desse modo, convoca as lideranças que militam e/ou defendem a construção de uma sociedade antirracista para fortalecermos as ações da secretaria e ampliarmos a luta antirracista no meio sindical paulista por meio das seguintes ações:

- a) Debater a história da África é fundamental para que o mundo a conheça e a reconheça, assim como reconhece a história ocidental/eurocêntrica;
- b) Fortalecer os coletivos existentes e criar novos coletivos nos sindicatos e subseções da CUT-SP, ação para a qual a Secretaria estadual de Combate ao Racismo está se estruturando para garantir material de suporte, orientações e acompanhamento para os novos coletivos que vierem a se formar. Já contamos com a participação de indígenas em nossos encontros, o que nos acresce conhecimentos e amplia o debate antirracista na CUT;
- c) Divulgar e potencializar o Canal de Denúncias, ação que envolve o acompanhamento de uma equipe de advogados que prestarão atendimento gratuito, recebendo denúncias de racismo ocorridas no local de trabalho, dando desdobramento e cobrando respostas das instâncias necessárias. É vital uma ampla adesão de todas as categorias para que implementemos esta importante ação;
- d) Construir o ato remoto para o Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro de 2021, ação para qual estamos nos preparando, através do Coletivo Estadual. Entendemos que, diante da lentidão no processo de vacinação nacional contra a covid-19, que impede a ampla imunização da população, acreditamos ser inviável um ato presencial;
- e) Permanecer em luta pela implantação das cláusulas da OIT (Organização Internacional do Trabalho), da Convenção 100, que trata da igualdade de remuneração de homens e mulheres por trabalho de igual valor, e Convenção 111, que afirma que as empresas, os governos e a sociedade civil devem combater o racismo e todas as formas de discriminação. Em primeiro lugar, combatendo e proibindo as atitudes de discriminação. E em segundo, promovendo e estimulando relações de igualdade e de respeito entre os grupos;
- f) Atuar decisivamente na diretoria executiva do Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (CPDCN), da Secretaria da Justiça e Cidadania, na qual a CUT-SP tem assento na gestão 2020-2024. Conselho este que tem como objetivo desenvolver estudos relativos à condição da comunidade negra e propor medidas que visem defender seus direitos, eliminar as discriminações e inseri-la de forma plena na vida socioeconômica, política e cultural.

Concluimos afirmando que o dever de lutar pela eliminação da discriminação racial e pelo respeito e promoção dos direitos humanos como uma questão de sobrevivência é um imperativo ético e político. Basta de racismo, no trabalho e na vida!

SECRETARIA DE CULTURA

O setor cultural, um dos primeiros a parar com o início das restrições da pandemia de covid19 (Sars-CoV-2) e, provavelmente, será um dos últimos a retornar ao “normal”, sofre para se manter e continuar a produzir. Para este setor, termos como a Lei Aldir Blanc (14.017/2020) são um novo vocábulo em seu léxico a dividir espaço com projetos, ensaios, apresentações e captação de recursos.

A Secretaria de Cultura da CUT-SP acompanha a jornada da classe pelo devido reconhecimento, não apenas pelo poder público, mas também de toda a sociedade que não consegue enxergar o fazer artístico como um trabalho árduo tanto quanto outro qualquer.

A luta da Secretaria se inicia no final de 2019, quando foi criada durante a 15º CECUT, que ocorreu na Praia Grande (SP), marcada pela liberdade frente à prisão injusta do ex-presidente Lula.

Assim que criada, a Secretaria marcou presença importante em audiência pública na Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo), em dezembro de 2019, debatendo o fomento à cultura no estado de São Paulo e se somando à luta contra os cortes no Proac Editais, um importante programa estadual de fomento que abrange todo o estado paulista e que, com muita luta de artistas do interior, especialmente, esse recurso passou a ter maior capilaridade, não se concentrando somente na capital do estado.

Na sequência, a pasta participou e apoiou o 12º Fórum de Artistas (FLIGSP) em Campinas, assim como artistas e o movimento “Artigo Quinto” na Semana de Arte contra a Barbárie, na luta contra a censura que sofrem os artistas neste tempo de retrocessos. A Secretaria também apoiou a manifestações de outras pastas da Central como, por exemplo, no Dia Internacional das Mulheres.

Chegado o período carnavalesco, a pasta organizou, em 2020, o bloco “O Pinto do Visconde”, cujo tema foi “Democracia, Diversidade e Resistência”, abrindo oficialmente o calendário das festividades na capital paulista. Mas, com o avanço da pandemia, a Secretaria interrompeu o encontro presencial que estava organizando.

No decorrer do período, os encontros e lives virtuais se tornaram comum entre todos e todas. A Secretaria de Cultura realizou, em parceria com a Comunicação e a Presidência da Central, a sua primeira atividade virtual, por meio do programa “CUT São Paulo em Ação”. O tema em debate foi “Cultura em Época de Pandemia – A Situação dos Trabalhadores do Setor”, momento em que foi possível discutir a conjuntura com diversos artistas e com o Sindicato dos Artistas e Técnicos de Espetáculos e Diversões do Estado de São Paulo (Sated), abordando o momento em que atravessa o setor com a ausência de políticas públicas de apoio e emergenciais.

Em 19 de junho de 2020 ocorre outra transmissão pelo programa “CUT São Paulo em Ação”. Dessa vez, o entrevistado foi o artista, músico e militante Don Ernesto, que vivenciou a ditadura militar de 1964, precisando, inclusive, se exilar com a família. Ele trocou essa experiência com a família CUT, com os internautas e partilhou sobre a sua arte cantando.

Na sequência, em 14 de agosto de 2020, ocorreu a live com o tema “Lei Aldir Blanc – Entender, Mobilizar e Agir”, com as presenças da deputada estadual Maria Izabel Noronha, a Bebel (PT), da deputada federal, Jandira Feghali (PCdoB), e de Tião Soares, do Fórum das Culturas Populares Tradicionais, para debater sobre a lei, importante conquista do setor cultural, que animou os artistas de todo o país com a possibilidade de, enfim, também receberem auxílio para continuarem as suas atividades, apesar de toda a burocracia e atrasos vivenciados.

Já em 2021, o carnaval é cancelado devido ao agravamento da pandemia. E agora? Esta é a pergunta clamada pelos foliões e, principalmente, pelos artistas e trabalhadores e trabalhadoras que vivem e respiram o carnaval: e foi com isto em mente que a Secretaria junto com a Presidência realizaram o webnário: “Carnaval Cancelado, e Agora? Desemprego? Economia?”. E em comemoração ao mês das Mulheres, depois de um mês repleto de atividades realizadas pela Secretaria da Mulher Trabalhadora, a Secretaria de Cultura compartilha a realização do Sarau Virtual

das Mulheres da CUT, um riquíssimo exemplo da pluralidade das mulheres de nossa Central.

Diante disso, podemos afirmar que a Cultura, em toda a sua complexidade, é fundamental para a sociedade, e não difere no movimento sindical. Como já aprovado no nosso último congresso, o 15º CONCURTO, é importante o ingresso de associações, coletivos, cooperativas e outras organizações do gênero. A Secretaria da Cultura da CUT-SP está na luta para regulamentar o texto que será apreciado e debatido na próxima plenária estatutária, permitindo, assim, que trabalhadores e trabalhadoras da cultura possam ingressar em nossa Central e que possamos representar este setor com maior afinco e legitimidade.

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

Oficina Pedagógica – Florianópolis: a Secretaria de Formação e a Escola Sindical São Paulo participaram da oficina pedagógica realizada pela Secretaria Nacional de Formação, em julho de 2019, para atualização dos programas formativos e troca de experiências.

Diante dessa nova conjuntura nacional, a Secretaria de Formação da CUT Nacional sentiu a necessidade de pensar uma nova política de formação à luz dos novos desafios enfrentados pela classe trabalhadora, tanto em nível conjuntural como estrutural, principalmente compreendendo as transformações aceleradas na dinâmica do mundo do trabalho.

Assim, fez-se necessário realizar a 4ª Conferência Nacional de Formação, que teve como objetivo atualizar o Plano Nacional de Formação a partir – e reforçando – os princípios presentes no projeto político e organizativo da CUT.

Para um maior enraizamento das discussões sobre o mundo do trabalho e os desafios da Formação, iniciou-se a primeira etapa com as conferências locais. Realizamos, assim, 33 conferências e tivemos um total de 813 participantes advindos de diversos ramos, sindicatos, sedes e coletivos.

Na etapa estadual da 4ª Conferência Nacional de Formação, estiveram presentes 201 delegados e delegadas. Desses, foram 108 delegadas e 93 delegados e delegadas de 58 sindicatos de todos os ramos.

Por fim, na etapa nacional da 4ª Conferência Nacional de Formação, realizada em Belo Horizonte (MG), nossa delegação contou com a participação de 41 delegados e delegadas, que estiveram presentes para definir os rumos da formação para a próxima gestão.

FDA (Formação de Dirigentes Avançado): a Secretaria de Formação da CUT-SP, por meio da CUT Nacional, em parceria com o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), finalizou o curso de FDA, com duração de 2 anos.

Congresso da CUT-SP: a Secretaria de Formação teve papel ativo na organização e na elaboração do caderno de texto do 15º Congresso.

2020 - Planejamento CUT-SP: a Secretaria de Formação, por meio da Escola Sindical São Paulo, elaborou e desenvolveu o Planejamento da nova direção Executiva da CUT-SP, para a gestão 2019-2023.

Reunião do Coletivo de Formação: ao longo do ano, tivemos mensalmente reuniões do Coletivo de Formação da CUT-SP.

Enafor: a Secretaria de Formação participou da elaboração e contribuição para a realização do Enafor (Encontro Nacional de Formação), e também de sua etapa regional.

Quartas Freireanas: atividades de diálogo em homenagem ao centenário do pedagogo Paulo Freire, onde a Secretaria de Formação participou das etapas preparatórias e da realização das atividades. Neste ano de 2021, o Coletivo está preparando a atividade, em reuniões realizadas semanalmente.

Juventude/DGB/Formação: aproximar o sindicalismo CUTista da juventude trabalhadora e ampliar a participação de jovens nas estruturas sindicais. Contribuir com uma sociedade mais igualitária e justa, em que os jovens tenham suas demandas específicas atendidas, direitos garantidos e ampliados para a classe trabalhadora.

2021: algumas atividades de 2020 terão continuidade e serão desenvolvidas neste ano, como o projeto de juventude da CUT com a central sindical alemã DGB, Quartas Freireanas e as reuniões do Coletivo de Formação.

SECRETARIA DA JUVENTUDE

As juventudes, repletas de sonhos e anseios, têm vivido uma mescla de medos e incertezas. Sempre querendo estar na vanguarda do mundo, se veem reféns da sordidez e da dureza dos tempos atuais: sombrio, frio, isolado, precarizado.

A Secretaria da Juventude continua, desde a sua criação, a dialogar e trabalhar com os jovens que estão em suas jornadas de luta. Antes de o Brasil ser assombrado pela pandemia e pelas medidas de isolamento social, a Secretaria realizou sua reunião do Coletivo da Juventude, no mês de fevereiro de 2020.

Durante os preparativos para a participação do 3º Encontro Nacional da Juventude, ocorreu a necessidade do distanciamento social em virtude da covid-19 (Sars-CoV-2) e o encontro presencial foi suspenso até segunda ordem.

Passado o impacto inicial, em agosto de 2020, ocorreu o 2º Encontro Regional CentroOeste e Sudeste do “Projeto Educação Sindical e Organização de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil”, firmado entre a CUT e a central alemã DGB (Confederação dos Sindicatos Alemães, em livre tradução). Nesses encontros, foram debatidos com a juventude trabalhadora a precarização do trabalho, que já era forte antes do período pandêmico, mas que ganha força no pós-pandemia.

Ainda no mesmo mês de agosto, acontece o 3º Encontro Nacional da Juventude, que havia sido adiado, aglutinando as secretarias da Juventude da CUT de todo o Brasil e a juventude trabalhadora. Importantes debates e a certeza que sem luta não há vitória, sabe-se que a juventude precisa derrubar muitos obstáculos ainda no ambiente de trabalho, bem como conquistar mais espaço no ambiente sindical.

Finalizando as ações, em outubro de 2020, a Secretaria da Juventude, com a Secretaria de Formação e outras secretarias de Juventude da região Sudeste do país, realizaram o Encontro da Juventude da CUT – Região Sudeste, dando continuidade aos debates sobre o mercado de trabalho e a juventude trabalhadora, a precarização do trabalho e o período pandêmico.

Sendo assim, faz-se importante ressaltar a importância da luta da juventude em ter melhores condições de trabalho, garantir os direitos conquistados e ampliar ainda mais os que existem, possibilitando aos jovens sonhar além das fronteiras do tempo. Lutando, assim, contra as forças opressoras, contra o fascismo e o recrudescimento de uma sociedade conservadora e servil que atua em prol dos interesses do capital.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

No Brasil, têm-se pandemia de causas ambientais que empobrece e mata milhares de pessoas; o aumento vertiginoso no desmatamento da Amazônia; queimadas e a liberação do plantio de cana-de-açúcar no Pantanal; genocídio dos povos indígenas; ausência de punição dos responsáveis pelos crimes de Brumadinho (MG) e do derramamento de petróleo no Nordeste; liberação desenfreada de agrotóxicos no Brasil; abandono da Política Nacional de Resíduos Sólidos e tentativas de retrocesso da legislação ambiental como, por exemplo, com relação ao PL 510/2021 – chamado de “PL da Grilagem”, que visa estimular o roubo e desmatamento de terras; o PL 3729/2004, que visa

enfraquecer o licenciamento ambiental e estimular mais a degradação do meio ambiente e o PL 191/2020, que libera a mineração em terras indígenas.

No estado de São Paulo, temos tentativas de privatização de nossos sistemas de água e de saneamento, bem como de unidades de conservação e o enfraquecimento e a redução do sistema estadual de proteção ambiental com a fusão das antigas secretarias de Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos e de Energia e Mineração, dando origem à atual Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado (Sima).

Tal cenário de retrocessos socioambientais exige reflexão, articulação e luta para frear a crise ambiental. Nesse sentido, a Secretaria de Meio Ambiente da CUT-SP propõe as seguintes ações:

1) Organização do Fórum Popular da Natureza:

- a) Apoiar este espaço de articulação, que envolve organizações, movimentos e pessoas interessadas, para a consolidação de um amplo movimento de resistência à destruição planetária e, ao mesmo tempo, de construção de alternativas econômicas, sociais e culturais ao modelo produtivista dominante;
- b) O Fórum Popular da Natureza (FPN) deverá ser o principal aglutinador das ações e temáticas do plano de lutas da Secretaria de Meio Ambiente, descrito abaixo, já que o FPN é um espaço de articulação de atores, entidades e movimentos.

2) Potencialização da ação de dirigentes sindicais na temática ambiental com:

- a) Realização de Seminários, encontros e rodas de conversa que levantem problemáticas socioambientais estaduais e regionais a serem enfrentadas pela Secretaria de Meio Ambiente e que dissemine o conceito de “Transição Ecológica Justa para os trabalhadores e as trabalhadoras”;
- b) Articulação do Coletivo de Meio Ambiente da CUT-SP;
- c) Estímulo à criação de secretarias de meio ambiente nos sindicatos e entidades CUTistas.

3) Enfrentamento à situação de desgovernança ambiental no estado de São Paulo:

- a) Perante à fusão das antigas secretarias de Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos e Energia e Mineração, dando origem à atual secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado (Sima);
- b) Frente à exclusão do assento dos trabalhadores e das trabalhadoras no Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema);
- c) Perante a privatização das unidades estaduais de conservação da natureza (permitindo, inclusive, a exploração madeireira em seu interior) e o ataque às populações tradicionais que vivem em seu interior.

4) Mitigação aos impactos dos resíduos sólidos:

- a) Retomar o “Projeto Eita”: Campanha sobre o uso consciente de recursos e reciclagem de resíduos na CUT e em entidades CUTistas.

5) Enfrentamento à política mercadológica de “gestão da água” no estado de São Paulo:

- a) Continuidade da parceria com o Coletivo de Luta Pela Água, bem como na coordenação estadual do Fórum Alternativo Mundial da Água para fazer frente às tentativas de privatização da Sabesp e às grandes obras de transposição de águas.

6) Combate ao uso de agrotóxicos:

- a) Apoio à “Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida” e o “Fórum Paulista de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos”;

b) Apoio a ações de sensibilização/mobilização dos trabalhadores e das trabalhadoras e da população em geral sobre os males/riscos associados ao uso de agrotóxicos.

SECRETARIA DE MOBILIZAÇÃO

A Secretaria foi criada em 2015 para atender as demandas de mobilizações da conjuntura. No final de 2019, após o Congresso Estadual, assumimos o compromisso de dar continuidade ao trabalho que estava sendo realizado.

Destacou-se no período de balanço o protesto ocorrido no dia 3 de março de 2020 na cidade de São Paulo, na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), quando da votação da reforma da Previdência proposta pelo governo de João Doria (PSDB). O governador, mesmo diante de um protesto pacífico, mandou a Tropa de Choque da Polícia Militar para atacar os servidores e as servidoras, utilizando-se de bombas de efeito moral e repressão. Na ocasião, parlamentares governistas votaram para ampliar ainda mais o tempo de acesso dos trabalhadores e das trabalhadoras à aposentadoria, além de redução no valor a ser recebido.

Em março do mesmo ano, explodiu o número de contágios pela covid-19 (Sars-CoV-2), iniciando, então, as medidas de isolamento social. O que resultou em um grande impacto à Secretaria de Mobilização por conta dos protestos e mobilizações nas ruas.

Visando proteger a militância, passamos a fazer atos simbólicos, sempre buscando o controle em relação à quantidade de pessoas para evitar aglomeração e contágio da militância. Abaixo destacamos algumas ações:

a) Ato em Memória dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Vítimas da covid-19, na Praça Campo de Bagatelle, na zona norte de São Paulo, organizado pelo Macrossetor do Serviço Público da CUT-SP no dia 20 de junho de 2020;

b) Ato pelo “Fora Bolsonaro”, na Praça do Patriarca, no centro de São Paulo, no dia 10 de julho de 2020;

c) Ato simbólico na Praça da Sé, no centro da cidade de São Paulo, em memória às 100 mil vidas perdidas pela covid-19 e contra o descaso do governo Bolsonaro, no dia 7 de agosto de 2020;

d) Grito dos Excluídos em São Paulo para lembrar as vítimas da covid-19 e repudiar as políticas de morte do governo federal e estadual, em 7 de setembro de 2020. Atos em São Paulo e Campinas reuniram movimentos populares, centrais e sindicatos;

e) Ato contra o PL 529, de 2020, do governador João Doria em frente à Alesp, no dia 16 de setembro de 2020;

f) Panfletagem em defesa dos serviços públicos: o Sindsep (Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo) realizou ato e panfletagem contra a reforma administrativa proposta pelo governo Bolsonaro e em defesa dos serviços e servidores (as) públicos, na Praça do Patriarca, na capital paulista, no dia 30 de setembro de 2020;

g) Ato contra a reforma Administrativa de Bolsonaro no centro de São Paulo;

h) Manifestação na Praça do Patriarca, como parte da agenda de lutas que ocorreu por todo o país, no dia 28 de outubro 2020;

i) Ato e panfletagem do Dia Nacional de Luta em Defesa dos Serviços Públicos, em 10 de dezembro de 2020, em frente à Prefeitura de São Paulo. Diálogo com a população sobre os perigos do Projeto de Lei Complementar (PLP) 101, de 2020, que endurece normas do Plano de Auxílio Fiscal aos estados e ataca diretamente os servidores (as) públicos;

j) Movimentos sindical e sociais ocupam ruas de São Paulo, no dia 23 de janeiro de 2021, em carreata pela saída de Bolsonaro do governo;

k) Carreata e bicicletada pelo “Fora Bolsonaro” ocorre em vários municípios do estado de São Paulo, no dia 20 de fevereiro de 2021.

Frente à conjuntura, passamos a fazer carreatas como meio de enfrentamento seguro contra as políticas de desmonte dos governos federal, estadual e municipais. Reforçamos, então, o pedido de engajamento nas redes sociais, ferramenta essa que passou a ser utilizada no mundo todo com mais intensidade.

SECRETARIA DA MULHER TRABALHADORA

Não há democracia sem a inclusão das mulheres: a população brasileira é composta por 51,8% de mulheres, de acordo com dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) 2019.

Apesar de as mulheres serem maioria, convivem cotidianamente com a sub-representação na política e nos espaços de poder. Essa realidade explica a dificuldade de combatermos as desigualdades de gênero, a violência, o feminicídio, os ataques aos direitos sexuais e reprodutivos - temas tão caros às mulheres.

A vida das mulheres está ameaçada pelo governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL), que só fez aumentar as desigualdades de classe, raça e de gênero – aprofundadas ainda mais com a pandemia. São as mulheres as mais impactadas pelo desemprego, a alta no preço dos alimentos, o aumento da miséria, bem como o aumento da sobrecarga do trabalho produtivo e reprodutivo. Nesse sentido, se faz necessário discutir a regulamentação do teletrabalho e as implicações na questão de gênero, afinal, o “novo normal” não pode continuar sendo a velha forma de exploração sem medidas da força de trabalho das mulheres.

O estado de São Paulo - o mais rico da federação, comandado hoje por João Doria (PSDB), vem promovendo desmontes de equipamentos públicos, privatização de serviços e cortes de verbas para as políticas públicas. No caso das políticas para mulheres, isso não é diferente.

O estado tem registrado o aumento da violência contra a mulher, no entanto, não possui uma rede ampla de apoio e atendimento eficaz no combate à violência contra a mulher. Vale dizer que os estados e municípios têm autonomia e responsabilidades na execução dessas e outras políticas, porém, o governo paulista escolhe fechar os olhos para essa realidade. Doria deseja ser candidato à Presidência e, por isso, afasta-se de Bolsonaro e finge ser muito diferente dele.

Já sabemos que com a pandemia, metade das brasileiras passou a cuidar de alguém, além disso, elas representam a esmagadora maioria das profissionais que atuam diretamente no combate à covid-19. Por essa e outras razões, as mulheres deveriam estar envolvidas em todos os níveis das respostas de saúde, dos esforços de recuperação e de políticas de enfrentamento à pandemia. No entanto, não há atendimento e respaldo dedicado a quem se ocupa a cuidar.

Assim, dizemos: pelo direito de viver sem violência! Não é nenhum exagero afirmar que a violência age como uma barreira, para evitar o acesso das mulheres nos espaços de poder. Todos os tipos de violência, física, psicológica, sexual, patrimonial etc., atingem de modo particular as mulheres, que passam a conviver num ambiente de violação da dignidade da pessoa humana.

É fundamental ressaltar que a violência age como um dos principais instrumentos de subalternização das mulheres negras, da população LGBTQIA+ e das pessoas com deficiência.

Diante disso, a Secretaria da Mulher Trabalhadora da CUT-SP, junto ao Coletivo de Mulheres, lançou a campanha “#CutSpSororidade – basta de violência contra a mulher”. A campanha tem o objetivo de mapear e divulgar os canais, equipamentos e redes de apoio disponíveis em todas as regiões do estado de São Paulo, para que as mulheres possam pedir socorro ao sofrer algum tipo de violência.

Mulheres em Luta: para o Coletivo de Mulheres da CUT-SP, o movimento sindical precisa se transformar e romper as barreiras que impedem as mulheres de avançar na luta e de estarem representadas nas entidades, é necessário compreender os motivos que dificultam a sua

participação, entre eles, existe o fato de que muitas mulheres foram excluídas do mercado de trabalho formal. Nesse sentido, quando a CUT aprovou em seu congresso nacional a representação de associações e de trabalhadoras e trabalhadores que vivem na informalidade, ela dá um passo importante rumo à inclusão também das mulheres.

Por outro lado, é tarefa dos sindicatos garantir e ampliar a participação das mulheres nas direções, bem como estabelecer uma política de ações que priorize a formação e a participação nos espaços de representação e nas mesas de negociações, já que são elas que vivenciam as piores condições de trabalho. Além disso, precisamos fortalecer as lutas e o trabalho transversal, com as demais secretarias da CUT. Enfim, todas as frentes de luta das mulheres devem construir pautas conjuntas, como forma de ampliar cada vez mais a luta. Somos diversas, mas não dispersas.

Portanto, continuaremos na linha de frente na luta e na resistência, construindo ações e estratégias de enfrentamento à situação de catástrofe humanitária que o estado de São Paulo e o país vivem. Fora Doria! Fora Bolsonaro!

Desafios:

- a) Fortalecer a Campanha “#CutSpSororidade – Basta de Violência contra a Mulher”;
- b) Fortalecer os Coletivos existentes e criar de novos coletivos nos sindicatos e nas subseções da CUT-SP.
- c) Trabalhar a luta das mulheres de maneira plural, em parceria com as demais secretarias da CUT-SP;
- d) Implementar o “Protocolo de prevenção e ação em casos de discriminação, assédio e violência por razões de gênero no âmbito da Central Única dos Trabalhadores”, instrumento por meio do qual assume a decisão de adotar mecanismos nítidos de abordagem das violências como parte de seu compromisso para a defesa e a promoção dos direitos humanos;
- e) Garantir que os sindicatos implementem uma rede mínima de proteção, principalmente nos municípios onde não existem equipamentos de atendimento à mulher. Esse é o papel do sindicato cidadão;
- f) Fortalecer a participação das mulheres nos conselhos municipais e estaduais, onde os sindicatos e as subseções possam auxiliar no acompanhamento da atuação e garantir a representação sindical das mulheres;
- g) Lutar pela implementação das convenções 100 e 111 da OIT (Organização Internacional do Trabalho): sobre igualdade de remuneração e a discriminação em matéria de emprego e profissão;
- h) Lutar pela implementação da Recomendação Suplementar 90 da OIT – Sobre Igualdade de Remuneração de Homens e Mulheres Trabalhadores por Trabalho de Igual Valor.
- i) Lutar pela ratificação da Convenção 190 e pela implementação da Recomendação 206 - sobre a Eliminação da Violência e o Assédio no Mundo do Trabalho;

Que sejamos todas e todos feministas, que possamos praticar a interseccionalidade, capaz de transbordar alianças entre os grupos diversos. Que sejamos capazes de lutar contra todo o tipo de opressão às mulheres e de construir espaços permanentes de formação feminista. Não vão nos calar!

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO E POLÍTICA SINDICAL

O final do ano de 2019 trazia várias expectativas para a política de organização da CUT-SP. Os debates que precederam o congresso fomentaram o aparecimento de várias iniciativas de trabalhadores e trabalhadoras espalhados (as) por todo o estado paulista, no intuito de entender

melhor a alteração estatutária que seria feita no congresso e de absorver entidades não “sindicais” ao quadro de sócios da maior central sindical de nosso país.

A pandemia de covid-19 (Sars-CoV-2) que chegou ao país pós-carnaval de 2020 operou um recuo necessário nessas iniciativas. Não somente isso, a pandemia e a necessidade de evitar aglomerações impuseram à secretaria e aos sindicatos a tarefa imediata de nos reinventarmos com bastante ousadia, para cumprirmos as práticas democráticas que sempre nortearam nossos processos decisórios, assembleias, reuniões, congressos e eleições e impuseram a todos nós a incorporação de métodos e ferramentas que, sequer, imaginávamos incorporar no nosso cotidiano.

Com muitas dificuldades e várias dúvidas, os sindicatos de nossas bases foram paulatinamente avançando no sentido de realizar reuniões de diretorias de forma remota, por meio de aplicativos de videoconferências. Nossas subsedes seguiram o exemplo e também adotaram tal método para realização de suas plenárias.

Plataformas eletrônicas foram testadas para a realização de assembleias remotas. Vale salientar as experiências exitosas como a dos bancários de São Paulo que, inclusive, chegaram a realizar congresso por meio de plataformas digitais, e do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, que realiza lives e assembleias mensais. Algumas dezenas de sindicatos se viram obrigados, por conta do fim dos mandatos, a também operarem suas eleições de forma eletrônica, quando em eleição de chapa única, com resultados bastante satisfatórios. Outros preferiram adiar eleições e prorrogar seus mandatos.

O grande desafio colocado hoje é como fazer a eleição com mais de uma chapa garantindo a democracia, efetividade e legitimidade de forma remota. Na falta de uma resposta adequada para o problema, algumas eleições acabaram ocorrendo de forma presencial e contaram com o devido acompanhamento da Secretaria e apoio no que foi demandado à pasta.

Vale também apontar que, durante o encaminhamento dos vários métodos citados, a Secretaria esteve presente acompanhando, apoiando e, por vezes, orientando os sindicatos, inclusive presencialmente.

SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS

Diante da pandemia de covid-19 (Sars-CoV-2), a Secretaria de Políticas Sociais teve que se reinventar. De um cenário com mobilização calorosa e presencial, foi preciso fortalecer novas formas de mobilização por outros meios, como em ambientes virtuais com lives, vídeos, entre outros canais.

Mesmo com as dificuldades, pode-se dizer que houve um crescimento na participação do movimento LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexo e assexuais), apesar de ser marcado pelas diversidades de pauta e de demandas.

A CUT fez pressão em diversas esferas, exigindo respeito, reconhecimento e garantia de direitos. Porém, podemos dizer que existe uma grande distância entre o discurso e a prática em relação aos direitos das minorias. São muitas as opressões vivenciadas e a situação só piora frente a um governo desumano e preconceituoso que incita a população ao ódio.

Em quase dois anos, foram inúmeros os desafios vivenciados pela população e por coletivos LGBTQIA+ e de pessoas com deficiência, sem falar que, junto a isso, ainda vivenciamos a retirada de direitos trabalhistas. Como não bastasse o sofrimento da população, o governo Bolsonaro comete crimes a cada dia, ignorando os direitos humanos.

Mesmo com tantas dificuldades, a Secretaria pretende realizar, ainda neste mandato, em parceria com outras secretarias:

- a) Criar coletivos LGBTQIA+ e de Pessoas com Deficiência (PCD) nas subsedes;
- b) Estruturar conteúdos e subsidiar para que subsedes e o coletivo estadual possam realizar palestras, debates, seminários nos vários sindicatos sobre as pautas LGBTQIA+ e PCD nos

ramos da CUT;

c) Incentivar a inserção dos militantes LGBTQIA+ e PCD da CUT em estruturas de representação como conselhos, grupos de trabalho governamentais e agrupamentos sociais, como representação política aos LGBTQIA+ e PCD;

d) Realizar cursos de formação com a temática LGBTQIA+ e PCD para dirigentes da base CUTista;

e) Elaborar uma pesquisa para identificar as demandas específicas e a extensão da comunidade LGBTQIA+ e PCD nas bases;

Por fim, além das lives sobre PCD e LGBTQIA+ realizadas durante o período, tivemos o lançamento da publicação: Mundo do trabalho e direitos das pessoas LGBT (Resistir para existir) que está registrada na biblioteca nacional.

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

A Secretaria esteve presente, atuando e coordenando a participação em diversos conselhos e fóruns que discutem a questão de relações do trabalho em seu âmbito.

Cabe à CUT, por meio da Secretaria, o papel de interferir nas discussões abordando os temas relacionados ao mundo do trabalho e a valorização das ações coletivas.

Os impactos sofridos com a reforma Trabalhista levaram a um aumento de desempregados e desempregadas, além do crescimento dos trabalhadores e trabalhadoras informais e precarizados (as).

As negociações coletivas tiveram queda mostrando que, individualmente, trabalhadores e trabalhadoras estão sendo obrigados a renunciar alguns direitos garantidos pelos acordos e convenções coletivas.

A pandemia da covid-19 (Sars-CoV-2) teve um impacto profundo no mercado de trabalho, afetando, principalmente, os trabalhadores e as trabalhadoras com menor proteção social e baixa escolaridade e, mesmo antes de pandemia no Brasil, o desemprego já alcançava patamares elevados. Afinal, a economia não estava indo bem há um tempo.

Além do forte impacto negativo da pandemia no mercado de trabalho no curto prazo, já existem indicativos que mostram que seus efeitos também serão graves a médio e longo prazos.

Diante disso, a CUT-SP, junto com os ramos de atividade e macrossetor CUTista, apresentou um conjunto de propostas, na intenção de promover o debate sobre a retomada do desenvolvimento, com garantia de emprego e de renda em São Paulo. Assim, fica evidente a importância das ações coletivas e cumprimentos dos acordos firmados.

Nesse cenário em que vivemos de pandemia, de trabalhos precários, sem vínculo e sem garantias mínimas de direitos, sabemos que a saída é coletiva, pois somente juntos (as) iremos organizar a resistência e avançarmos em novas conquistas para toda a classe trabalhadora, inclusive buscando minimizar os impactos da pandemia no mundo do trabalho.

SECRETARIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR

Saúde e Segurança no Trabalho: essa direção, iniciou o seu mandato em novembro de 2019, e já na elaboração de seu planejamento estratégico, no tocante ao tema saúde e segurança no trabalho, apontou como prioridade de ação combater os acidentes e o adoecimento no trabalho, principalmente considerando o avanço da precarização em razão das reformas realizadas pelo governo federal como: a regulamentação da terceirização na atividade-fim, ampliação do trabalho temporário, a pejetização, a uberização do trabalho etc.

De posse do planejamento, realizamos a primeira reunião do Coletivo de Saúde, para definirmos a implementação das ações. Em fevereiro de 2020, a pasta produziu um vídeo sobre o Dia Mundial de Combate às Lesões por Esforços Repetitivos (LER) ou Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) relacionados ao trabalho.

Porém, no mês de março de 2020, tivemos o impacto da covid-19 (Sars-CoV-2) e a CUT-SP, então, de maneira acertada, passou a fazer o debate sobre a defesa da vida, pois, desde o início da pandemia era nítido que se tratava de uma doença grave, de um vírus letal, vide o que já acontecia em países da Europa naquele momento.

Iniciamos nossas ações de orientação com a publicação de documentos, em consonância com o que dizia a ciência e a partir dos protocolos de segurança definidos pela OMS (Organização Mundial da Saúde para que pudéssemos criar parâmetros e garantir o mínimo de segurança aos trabalhadores e trabalhadoras, principalmente, aos que atuariam na linha de frente, nas chamadas atividades essenciais.

Fizemos o diálogo com as demais centrais sindicais e com a assessoria técnica do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), tivemos uma negociação com o governo estadual e, na ocasião, foi elaborado um protocolo de segurança.

A CUT, de imediato aprovou o isolamento social interno, até que fossem encontradas formas seguras para a realização de atividades presenciais.

Orientamos as entidades na criação de comitês de gestão da crise com a participação dos sindicatos em canais de denúncias, para os casos de descumprimentos das medidas de segurança, monitoramento da saúde de todos e todas que necessitassem continuar atuando durante a pandemia, com testagens e aferição da temperatura; afastamento de todos (as) considerados (as) como grupo de risco, a exemplo de trabalhadores e trabalhadoras idosos (as) ou com comorbidades; o afastamento imediato de todo e qualquer caso suspeito, assim como o distanciamento social, uso de máscaras e de álcool gel; exigimos, ainda, o escalonamento de horários para evitar aglomeração no transporte público, cabines de desinfecção, pulverização etc. Embora, apenas uma pequena parte tenha, posteriormente, integrado o então Plano São Paulo, elaborado pelo governo estadual.

Passamos a tratar o tema “em defesa da vida” em todos os fóruns onde houvesse atuação da Central. Em São Paulo, podemos citar o Conselho Estadual de Saúde, a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CISTT) e o Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (Diesat).

Na CISTT, por meio da Secretaria de Saúde, tivemos contato com um fluxograma elaborado pela Frente Ampla em Defesa da Saúde no Trabalho, que indica a possibilidade de contaminação por covid-19 em razão do trabalho, ou seja, como caracterizar onexo entre trabalho e a covid-19.

A partir desse fluxograma, foi possível realizar a discussão no Conselho Estadual de Saúde e aprovar uma recomendação para que entidades públicas e privadas adotassem os meios para a notificação da covid-19 como doença do trabalho, o que foi trazido à direção executiva da Central, que imediatamente fez o mesmo a seus sindicatos filiados (recomendação consta no site da CUT-SP).

Dada a gravidade do momento, consideramos que seria fundamental aprofundar o debate com a base dos sindicatos CUTistas e definimos por isso, pela realização de lives sobre a temática trabalho e adoecimento.

Tivemos o lançamento da Campanha em Defesa do SUS, em 7 de abril de 2020. Por conta do dia 28 de abril de 2020, produzimos o artigo intitulado “Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho”. Realizamos diversas reuniões do coletivo, sempre de maneira formativa, trazendo temas como LER/DORT – em debates construídos em fevereiro de 2021; também reforçamos a importância das pesquisas por meio de questionários eletrônicos e o papel do Diesat, em março de 2021.

Construímos lives temáticas na “Semana Mundial da Saúde em Defesa da Vida”, em 2021; e tratamos sobre o aumento dos desligamentos do trabalho por óbitos no período da pandemia – debate realizado em 28 de abril de 2021.

SECRETARIA-EXECUTIVA

O combate da CUT-SP na pandemia: quando essa Executiva da CUT-SP assumia, em 2019, o atual mandato, não imaginava os desafios contidos na jornada. Em 2020, uma pandemia (Sars-CoV-2) global atingiu o país, medidas urgentes e de enfrentamento passaram a ser necessárias, e o desgoverno de Jair Bolsonaro (ex-PSL), desde o início, negou a gravidade e se omitiu a tomar medidas de enfrentamento à crise sanitária. Vivemos um 2020 na luta pela defesa da sobrevivência da classe trabalhadora, contra a redução dos direitos, pela manutenção de empregos, sem demissões.

No início da pandemia, a Central propôs um conjunto de medidas que seriam essenciais, como a suspensão do teto dos gastos, os investimentos na saúde e na proteção social, suspensão do pagamento da dívida pública e utilização dos recursos para fortalecer a seguridade social; suspensão das PECs (Proposta de Emenda à Constituição) emergenciais, entre outros.

Os sindicatos da saúde e de servidores, junto com a CUT-SP, estiveram à frente de atos e representações defendendo os trabalhadores e as trabalhadoras da saúde e dos serviços essenciais. Além de estarem expostos, esses trabalhadores e trabalhadoras tiveram falta de equipamentos de proteção individual (EPI), condições extenuantes de trabalho, além de maior risco de adoecimento e mortes.

Ressaltam-se atos em defesa dos serviços públicos e servidores públicos, e contra a reforma Administrativa (PEC 32/2020) de Bolsonaro e de João Doria (PSDB) no estado de São Paulo (PLC 26/2021). É por esse motivo que não podemos aceitar que as centrais sindicais se reúnam com esse governador, para prestar qualquer tipo de solidariedade.

Os governos assistiram ao aumento do número de contaminações e óbitos durante todo o tempo, o que demonstra o descaso com a classe trabalhadora. Não houveram medidas de apoio e incentivo ao isolamento e, sem políticas públicas que garantissem renda, afastamento remunerado, alimentação, transporte e moradia adequada, a população ficou desamparada e jogada à própria sorte.

Os governos Doria - Covas até impuseram uma estratégia de isolamento, mas, ao mesmo tempo, não garantiram condições para a grande maioria da classe trabalhadora aderir ao isolamento, ao mesmo tempo em que avançaram na sua política privatista, com projetos como o PL 529, de 2020, e na política de terceirizações de serviços públicos – como funerária e saúde.

Estamos vivenciando vínculos de contratos de trabalho mais precários e sem direitos, aprofundados desde a reforma Trabalhista, e os trabalhadores e as trabalhadoras não tiveram assegurados nem afastamento por covid-19, nem garantia de sobrevivência, no caso de adoecimento.

Não há enfrentamento à pandemia com a manutenção dos governos Bolsonaro e Doria: é necessário fazer o combate junto com nossas bases, fortalecendo as reivindicações dos trabalhadores e das trabalhadoras, inclusive em defesa das condições de trabalho afetadas pela pandemia. Precisamos lutar pela população que mais sofre com os efeitos da crise sanitária, que são os mais pobres e que, agora, sem o auxílio emergencial de R\$ 600, estão sendo também acometidos pela doença da fome.

É preciso organizar a luta nas bases, pois não há políticas públicas que garantam aos trabalhadores e as trabalhadoras o isolamento. Sem a organização no local de trabalho, um dos pilares da CUT desde a sua fundação, a sobrevivência da nossa Central está ameaçada.

Para esse combate, a CUT deve, no próximo período, avançar na luta com a filiação de sindicatos e associações de tipo sindical (organizações coletivas); deve favorecer a livre organização sindical – para além das "categorias profissionais" – de todos aqueles que trabalham num determinado setor da economia, respeitando as tradições de organização existentes, avançando na fusão de sindicatos afins e ampliando a sindicalização e representação.

Só dessa forma avançaremos e derrotaremos esses governos, que atuam de forma genocida, liquidando a classe trabalhadora, que foi submetida à morte pela covid-19 e, agora, é submetida à fome.

BALANÇO DAS SUBSEDES DA CUT-SP

CUT-SP NO ABC

A subsede da CUT-SP no ABC paulista iniciou o ano de 2020 com a realização de uma plenária geral, momento que elegeu o coordenador da subsede. Na ocasião, a subsede e sindicatos da região realizaram dois atos em frente aos prédios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) nas cidades de Santo André (SP) e São Bernardo do Campo (SP), reivindicando a manutenção dos institutos.

No mês de março de 2020, realizou-se atividade na Praça da Matriz, em São Bernardo do Campo, organizada pelo Sindserv SBC (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais e Autárquicos de São Bernardo do Campo). A manifestação contou também com a participação do Coletivo de Mulheres da CUT ABC em comemoração ao Mês de Luta das Mulheres.

Com a pandemia de covid-19 (Sars-CoV-2) em todo mundo, passamos a adotar as medidas de segurança de saúde orientadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), realizando o isolamento social. A partir desse momento, a subsede da CUT-SP no ABC participou e continuou participando virtualmente de diversas atividades e lives, realizadas pela CUT São Paulo e pelos sindicatos da região.

Os sindicatos, em conjunto com a subsede, com o intuito de amenizar os impactos da pandemia, promoveram diversas ações solidárias, tais como doações de cestas básicas, máscaras, álcool gel e produtos de higiene para associações de bairro e a população mais carente.

Em 2021, a subsede, os sindicatos da região, movimentos sociais e partidos progressistas se unificaram para realizar carreatas em Santo André e São Bernardo do Campo pelo “Fora Bolsonaro”, em defesa da vacinação e pela manutenção do auxílio emergencial. Em março, o Coletivo de Mulheres da CUT ABC participou da live especial da CUT São Paulo em comemoração ao 8 de Março.

Diante dessas ações, a subsede da CUT-SP no ABC reafirma o seu compromisso com as bandeiras de luta da nossa Central, fortalecendo os nossos sindicatos da região, em prol da população e dos nossos trabalhadores e das trabalhadoras.

CUT-SP EM ARAÇATUBA E REGIÃO

A subsede da CUT-SP em Araçatuba vem desempenhando suas atividades na região em consonância à direção estadual e nacional da CUT, implementando e debatendo com os sindicatos CUTistas, movimentos sociais, partidos progressistas, Frente Brasil Popular dos municípios e o movimento sindical não CUTista (agendas pontuais e comuns) a garantia de melhores condições de trabalho e renda nos dias atuais aos trabalhadores e das trabalhadoras, frente a um vírus (Sars-CoV2) devastador que atinge principalmente a classe trabalhadora.

A região é composta por sindicatos, em sua maioria, de base estadual como a Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), Afuse (Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação de São Paulo) e Sindsaúde-SP (Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde de São Paulo), mas também possui sindicatos de servidores e servidoras municipais e de agricultura familiar que, juntos, organizam as ações e a defesa da classe trabalhadora frente ao capital para manter e conquistar direitos e garantir uma representação regional.

São realizadas diversas ações com frentes progressistas e sindicatos CUTistas como carreatas, panfletagens, reuniões de organização e mobilizações dos trabalhadores e das trabalhadoras em atos de reivindicações.

Além das ações conjuntas, a subsede atua na formação dos (as) dirigentes e militantes para auxiliar e interagir junto aos seus sindicatos na organização e na luta.

A subsede tem coletivos de formação, de comunicação, de combate ao racismo, sindical e de mulheres, que contribuem com as ações que a subsede desempenha junto aos sindicatos,

fortalecendo também suas organizações internas.

Desde maio de 2020, realizamos a campanha solidária para recolher e organizar a distribuição de alimentos e produtos básicos de higiene que se destinam a famílias em situação de vulnerabilidade.

Em meio à pandemia de covid-19, a subsede acompanha as plenárias e reuniões da direção para poder implementar suas decisões na região.

Também são promovidas pela subsede reuniões virtuais e lives temáticas para debater e organizar ações em meio à pandemia, o que ajuda nas articulações em uma região extremamente conservadora e retrógrada, que ficou ainda pior após o golpe (2016) contra a ex-presidenta Dilma Rousseff. Observam-se ações de cunho fascista em diversas cidades, com adesões significativas na maioria delas.

A estrutura solidária da subsede é custeada 100% pelos sindicatos da casa e CUTistas da região, garantindo, assim, que a região possua um espaço de lutas e de organização sindical.

CUT-SP EM BAURU E REGIÃO

A partir da realização do 15º CECUT, em novembro de 2019, a subsede da CUT-SP em Bauru continuou implementando o calendário de lutas definido pela Central, de acordo com as orientações da direção executiva da CUT-SP.

Em conjunto com partidos de esquerda, sindicatos CUTistas e entidades ligadas a outras centrais sindicais com atuação na cidade de Bauru, pautas como a defesa do serviço público, garantia de direitos frente aos desmontes promovidos pelos governos de Jair Bolsonaro (ex-PSL) e de João Doria (PSDB), e, mais tarde, pelo enfrentamento da pandemia, foram amplamente debatidas.

Plenárias, atos públicos e panfletagens foram realizados até o início da fase crítica da pandemia no país.

Em março de 2020, foi promovida uma série de atividades no calçadão da Rua Batista de Carvalho, principal centro comercial popular na região. Além das pautas por igualdade de gênero, foram levantadas bandeiras por emprego, democracia, direitos trabalhistas e sociais, habitação, saúde, educação, dentre outras.

No dia 16 de março de 2020, realizou-se um ato público que integrou o Dia Nacional de Luta, previsto originalmente para o dia 18 de março de 2020.

Solidariedade: a partir do mês de maio de 2020, a subsede promoveu uma agenda de arrecadação de alimentos, produtos de higiene pessoal e máscaras. Os produtos foram organizados em cestas e distribuídos para professores e professoras da categoria “O”, que tiveram suas aulas e remuneração suspensas, bem como para famílias vulneráveis indicadas pelas entidades participantes da campanha que perdurou até o mês de agosto, contemplando cerca de 40 famílias.

Militantes da Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), em Cerqueira César (SP), também realizaram uma campanha semelhante, que contou com o apoio da subsede da CUT-SP.

Também foi realizada uma parceria com a Prefeitura de Bauru em que a CUT-SP cadastrou famílias para o fornecimento de cestas básicas pelo poder público.

Em Jaú (SP), uma parceria com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e sindicatos CUTistas da cidade possibilitou a distribuição quatro toneladas de alimentos à população.

Fora Bolsonaro: entre fevereiro e março de 2021, foram realizadas três carreatas em conjunto com a Frente Brasil Popular. As carreatas foram denominadas “Fora Bolsonaro: Trabalhadoras e Trabalhadores pela Vida”.

A pauta das carreatas se contrapôs a uma organização negacionista sob comando do Sincomércio Bauru (sindicato patronal) e da prefeita Suellen Rosin (Patriota) que realizaram comício sem

respeitar as regras da fase vermelha do Plano São Paulo, ao lado do empresário Luciano Hang (Lojas Havan), do senador Major Olímpio (que se tornaria vítima fatal da covid-19) e da deputada estadual Valéria Bolsonaro (ex-PSL).

A terceira carreta, realizada no dia 13 de março de 2021, pautou a agenda das mulheres. Uma campanha de arrecadação de alimentos e de produtos de higiene pessoal foi promovida junto aos sindicatos e pessoas que participaram das carretas. Os materiais foram encaminhados para o Projeto “De Grão em Grão”. A Campanha continua em curso.

Covid-19: na região, a doença tirou a vida de dois lutadores. No dia 4 de setembro de 2020, o dirigente histórico da CUT e do ramo de transportes, o companheiro Roque Ferreira, teve sua vida interrompida pela pandemia. Menos de 20 dias depois, o companheiro Reinaldo Soreano, dirigente do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo (Sifuspesp), faleceu vítima de covid-19. A eles e a todos os dirigentes CUTistas que perderam suas vidas para a pandemia, nossa homenagem e compromisso na luta pela “Vacina Já” e pelo fim do maior responsável por milhares de mortes decorrentes do novo coronavírus no Brasil: Jair Bolsonaro.

CUT-SP EM CAMPINAS E REGIÃO

Sempre alinhada às deliberações da Direção Executiva da CUT-SP e ao calendário de lutas da Central, a subsede da CUT-SP em Campinas exerce papel fundamental na articulação e na mobilização dos vários sindicatos regionais em lutas conjuntas com diversos movimentos populares, reafirmando seu compromisso com a luta imediata e histórica pelos direitos da classe trabalhadora.

Desde 2019, a subsede promoveu diversas ações, presenciais e virtuais, formativas e de protestos, realizando plenárias, debates, panfletagens e atos públicos, com pautas por igualdade racial e de gênero, bandeiras pela educação, luta pela democracia, garantia de direitos sociais e trabalhistas, por emprego e renda, em defesa dos serviços públicos, em memória das vítimas da covid-19 (Sars-CoV-2), em defesa da vida e do SUS (Sistema Único de Saúde), com destaque para o papel fundamental que ele exerce no enfrentamento à pandemia, e contra os desmontes promovidos pelos governos nas esferas municipal, estadual e federal.

Em abril de 2020, a subsede lançou a Campanha de Solidariedade pela Vida que está promovendo – desde então e incessantemente – arrecadação de alimentos, produtos de higiene e limpeza e ajuda financeira. Tudo destinado às comunidades em situação de pobreza, contando com a parceria das frentes Brasil Popular, Povo Sem Medo, Pela Vida em Defesa do SUS, além de diversas organizações populares.

Encabeçada pelo Coletivo de Mulheres da CUT-SP em Campinas, a campanha “Natal Sem Fome” foi pioneira na arrecadação financeira e a maior já organizada pela subsede em 2020.

Essas duas importantes campanhas solidárias promovidas pelas frentes de esquerda resultaram na reunificação de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, fortaleceram as lideranças das comunidades e do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) na região, contaram com o engajamento dos sindicatos e permitiram a reaproximação social com as comunidades de base.

Contra o genocídio: a postura negacionista e genocida do desgoverno Bolsonaro (ex-PSL), que sempre desprezou as medidas preventivas de combate ao contágio do novo coronavírus, e que continua desrespeitando o pagamento do auxílio emergencial, durante a maior crise sanitária e econômica brasileira, só agrava a situação de milhões de brasileiros e brasileiras, aprofundando a miséria e a pobreza. Já as posturas dos governos estadual e municipal contra o lockdown também contribuíram para o aumento de mortes e de contágio da covid-19.

Nesse cenário, pautadas pela defesa da vida e dos direitos da classe trabalhadora, contra o negacionismo e o genocídio, é que aconteceram três carretas com participação da subsede da CUTSP em Campinas, consideradas um sucesso. Com o mote “Fora Bolsonaro - Vacina para Todos e Auxílio Emergencial”, reforçada por campanha de arrecadação de alimentos, as carretas

contaram com adesão também da população.

Disputa eleitoral: a atuação de resistência da subsede se estendeu também durante a campanha eleitoral do ano passado quando, pela primeira vez, PT e PSOL fecharam aliança para compor uma dobradinha com candidatura para concorrer à prefeitura de Campinas.

Foi um momento de fortalecimento político do campo democrático-popular, em tempos de intensificação das medidas antipopulares, das tentativas de desmonte do movimento sindical, da precarização do trabalho e do próprio Ministério do Trabalho e Emprego.

Essa aliança resultou no fortalecimento da esquerda progressista na disputa eleitoral de 2020, com avanço também da unidade nas lutas do nosso campo, fomentando, a partir de então, de forma mais incisiva e capilarizada, ações conjuntas decisivas para se contrapor ao projeto neoliberal do governo municipal. A região elegeu seis vereadores do campo popular e progressista, sendo três mulheres eleitas, fato inédito em Campinas.

Destaque importante: para finalizar, é importante destacar ainda que, embora Campinas tenha protagonizado os principais momentos da luta política nesse período, essas ações também foram realizadas em muitas cidades da nossa área de abrangência, demonstrando as forças dos sindicatos filiados da região na mobilização dos trabalhadores e das trabalhadoras.

CUT-SP EM GUARULHOS E REGIÃO

A luta e o apoio aos sindicatos: a subsede da CUT-SP em Guarulhos esteve sempre à frente das atividades na região, acompanhando e apoiando eleições e o trabalho de sindicatos em uma caminhada conjunta.

Lutamos pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras e seus direitos que, infelizmente, têm sido destruídos por um governo que precariza a mão de obra, em sintonia com os patrões.

Com o constante ataque do governo federal aos sindicatos e aos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, a nossa luta ficou muito mais difícil. Vemos, assim, a importância do trabalho de base para ganhar e ampliar a confiança da classe trabalhadora em seus sindicatos.

A covid-19 e suas consequências: Vemos na pandemia (Sars-CoV-2) um aumento do desemprego, levando a classe trabalhadora ao empobrecimento. Mesmo assim, algumas pessoas ainda confiam no governo. Diante desse cenário, continuaremos lutando em nossa região.

CUT-SP EM ITAPEVA E REGIÃO

A subsede da CUT-SP em Itapeva manteve uma postura de diálogo permanente, ouvindo sindicatos e movimentos sociais em suas conquistas e dificuldades na caminhada. Desde novembro de 2019 e, posteriormente, com a pandemia de covid-19 (Sars-CoV-2), desenvolveu e participou de atividades em consonância às orientações da central.

Em 2020, participamos do ato contra a reforma da Previdência, na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Ajudamos a organizar uma caravana para participar da atividade na cidade de São Paulo.

Participamos também da atividade “O Brasil que temos é acessível à população com pessoas com deficiência”, realizada pela secretaria de Políticas Sociais.

Em Itapeva, realizamos também um dia pelo “Fora Bolsonaro”, que contou com toda a militância da região. No protesto, cobramos vacina, auxílio emergencial que atenda às necessidades da população e o isolamento social. Ainda, por melhores condições de trabalho e prevenção da covid19, notificamos, junto às diretorias de ensino, nossa posição contrária à volta às aulas presenciais.

CUT-SP EM JUNDIAÍ E REGIÃO

Desde o início da pandemia (Sars-CoV-2), em março de 2021, a maioria dos dirigentes dos sindicatos filiados à Central em nossa região permaneceram em regime de home office, seja por conta da idade avançada ou por causa de comorbidades existentes. No entanto, as atividades da subsede ficaram basicamente restritas às campanhas salariais, que foram minimamente organizadas, guardadas as devidas precauções de distanciamento e uso de máscaras.

Os sindicatos filiados à federações e confederações seguiram os calendários propostos como, por exemplo, os bancários (as), gráficos (as) e professores (as), que acompanharam os calendários de mobilizações e de lutas das respectivas categorias. Percebe-se que a maioria dos sindicatos ficou muito mais focada em prevenir os trabalhadores e as trabalhadoras de eventuais contágios, além de medidas reivindicando providências às pessoas infectadas.

Dessa forma, devido a incertezas, ao crescimento da pandemia na região e à limitação dos sindicatos, muito da capacidade de organização para além das entidades sindicais ficou comprometida.

No entanto, algumas atividades foram realizadas, tais como a Campanha de Arrecadação de Alimentos, em abril de 2021, além de carreatas realizadas em Jundiaí, como parte da Campanha Nacional dos Bancários em 2020.

A Campanha de Arrecadação de Alimentos arrecadou mais de meia tonelada. As doações foram feitas a entidades assistenciais de apoio às famílias. Esta campanha se estenderá para além das categorias e tem a intenção de arrecadar também nos bairros. A campanha também visa a sensibilização da população e, por isso, carros de som dos gráficos e bancários percorreram toda a região.

No período pré-eleitoral, foi realizada uma reunião virtual, que contou com a participação de candidatos e candidatas à prefeitura das cidades de Jundiaí, Várzea Paulista, Campo Limpo Paulista, Caieiras, Itupeva e Cajamar, transmitida por meio do Facebook. A atividade contou com a participação de vários setores da sociedade e teve mais de 6.000 visualizações. Os candidatos (as) se comprometeram publicamente com a Carta Compromisso da CUT e debateram sobre temas pertinentes à região.

A subsede da CUT-SP em Jundiaí, com o auxílio da subsede de Campinas, contribuiu na organização da eleição do Sindae (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos de Jundiaí), em março de 2021. Tivemos também a filiação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Papelão e Cortiça de Jundiaí ao final de 2020, que foi acompanhado pela subsede. Mediada pela subsede, houve, ainda, a retomada das mensalidades à CUT-SP por parte de alguns sindicatos que estavam inadimplentes – por conta da conjuntura desfavorável.

Após o fechamento da sede física, o atendimento foi dificultado, pela falta da funcionária que organizava as partes burocráticas e ajudava na organização. Este problema foi resolvido pela secretaria-geral da CUT-SP, que compartilhou o trabalho da assessoria da subsede da CUT-SP em Campinas, colaborando na organização da região.

A subsede e seus sindicatos também têm se envolvido com atividades suprapartidárias, integrando o “Comitê Pela Vida”, cujo objetivo é organizar atividades seguras, contra o governo Bolsonaro, pela vacinação em massa, contra a carestia de alimentos e pelo aumento do auxílio emergencial. Também, estamos reorganizando os coletivos da subsede, ampliando assim a participação nos diversos temas.

Recentemente, a subsede esteve em conversas com oposições sindicais na região, cujo trabalho está sendo desenvolvido junto às respectivas federações para que se chegue a um consenso sobre o andamento destes desafios.

CUT-SP EM MOGI DAS CRUZES E REGIÃO

A subsede da CUT-SP em Mogi das Cruzes vem desempenhando suas atividades na região em sintonia com as orientações da direção da Central, implementando e debatendo junto aos sindicatos CUTistas, movimentos sociais, partidos progressistas, Frente Brasil Popular e entidades sindicais não CUTistas a necessidade de garantir aos trabalhadores e as trabalhadoras melhores condições de trabalho, de renda e de vida, frente a um vírus (Sars-CoV-2) devastador que atinge principalmente a classe trabalhadora.

A região é composta por sindicatos, em sua maioria de base estadual, como Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), Afuse (Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação de São Paulo) e Sindaúde-SP (Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde de São Paulo). Atuamos também junto aos bancários e aposentados. Em conjunto, organizamos ações em defesa da classe trabalhadora, frente ao capital, para manter e conquistar direitos, garantindo uma representação regional.

Realizaram-se ações e agendas em conjunto com frentes progressistas e sindicatos CUTistas, tais como carreatas, panfletagens, reuniões de organização e mobilizações dos trabalhadores e das trabalhadoras em atos de reivindicações, sejam relacionados às campanhas salariais ou contra os governos estadual e federal.

Em meio à pandemia, a subsede acompanhou plenárias e reuniões da Direção Executiva da CUT-SP para poder implementar as decisões da diretoria na região.

Promovemos também em nossa subsede reuniões on-line para debater e organizar ações em meio à pandemia, o que ajudou e contribuiu nas articulações frente a uma região conservadora. Com isso, conseguimos aumentar a participação dos diversos sindicatos da região.

A partir da proposta da Direção Executiva, adotamos o modelo de estrutura solidária, possibilitando que a subsede seja custeada pelos sindicatos da região.

CUT-SP EM OSASCO E REGIÃO

A partir do congresso realizado na Praia Grande (SP), a subsede organizou em 2019 mobilizações em torno do Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro, dialogando com as cidades abrangidas pela atuação da subsede da CUT-SP em Osasco. Somente as cidades de Taboão da Serra, Osasco e Cotia ainda não aderiram ao feriado da Consciência Negra.

Foram promovidos diálogos com os sindicatos filiados, no sentido de organizar os coletivos da subsede e para atuação junto aos sindicatos da nossa região. Propôs-se que os debates sobre os coletivos ocorressem junto ao planejamento da subsede.

Ainda em 2019, houve ajuda no planejamento da Feira Agroecológica que ocorre a cada quinze dias nas dependências da subsede da CUT-SP em Osasco, feira essa que se expandiu para o Sindicato dos Vigilantes de Barueri e outras feiras alternativas. O coletivo que organiza a feira chamase Trilha Orgânica.

No início de 2020, a subsede distribuiu um resumo do planejamento da CUT-SP, que ocorreu em Guararema (SP), no Instituto Florestan Fernandes, com os tópicos que deveriam ser abordados pelas subse-des.

A subsede ajudou os trabalhadores (as) bancários (as) a fazer o debate político junto à Câmara de Vereadores para que o dia 19 de fevereiro se transformasse em feriado para a categoria bancária. Auxiliamos na distribuição do material alusivo sobre o tema.

Em março de 2020, foi iniciado o debate do planejamento, mas com a pandemia (Sars-CoV2) e pelas agendas da Executiva da CUT-SP foi novamente prorrogada.

Após a decretação da quarentena, a subsede passou a acompanhar os casos de covid-19 nas

idades da região, junto aos sindicatos e coletivos que dialogam com a CUT.

Também contribuiu em duas carreatas da campanha salarial do Sindicato dos Comerciários de Osasco e Região que percorreram as ruas das cidades de Carapicuíba e Osasco. Ajudamos a fazer o debate político contra as demissões em várias categorias e contra o fechamento de agências bancárias da região.

Por fim, manteve-se o Boletim Sindical com periodicidade semanal, chegamos ao Boletim de número 432 até o início de junho de 2021.

CUT-SP EM PRESIDENTE PRUDENTE E REGIÃO

A subsede da CUT-SP em Presidente Prudente e o Diesat (Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho) realizaram o seminário intitulado “Vamos Todas (os) Juntas (os) Implementar no Estado de São Paulo a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN)”, em novembro de 2019, no Sindicato dos Bancários da região.

Em fevereiro de 2020, realizou-se a eleição do atual coordenador, com a presença de dirigentes da CUT-SP.

No final de fevereiro, a subsede participou, ao lado de dirigentes da Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), de ato em frente ao Hospital Regional de Presidente Prudente durante uma visita do governador João Doria (PSDB). No protesto, repudiou-se a reforma da Previdência estadual e reivindicou-se reajuste de salários, em equiparação ao piso salarial, e o não fechamento de escolas estaduais.

Em junho, as centrais sindicais com representação na região de Presidente Prudente se reuniram para arrecadar alimentos, fazer doações para as famílias mais necessitadas que, no momento da pandemia, tiveram ainda mais os seus recursos financeiros precarizados.

Em agosto, a subsede se somou aos bancários da região em carreata contra os ataques da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) sobre a retirada de PLR, cesta básica e gratificação dos bancários.

Em setembro, esteve na luta junto aos trabalhadores e trabalhadoras da Fundação do Instituto de Terras de Estado de São Paulo (Itesp) contra o PL 529, de 2020, que previa a extinção de 10 autarquias, entre elas o Itesp. Foi realizado um ato na Praça 9 de Julho e, depois, caminhada pelo Calçadão no centro da cidade.

Em janeiro de 2021, realizou-se a carreata em “Defesa da Vida: Pela volta do Auxílio Emergencial, Vacina Para Todos e Impeachment Já”, em parceria com centrais sindicais. Em fevereiro, uma reunião virtual foi realizada com sindicatos da região, contando com a presença de dirigentes da Executiva da CUT-SP.

CUT-SP EM SÃO CARLOS E REGIÃO

O período compreendido nesse balanço foi marcado por lutas, eventos e diálogos nas cidades que compõem a subsede da CUT-SP em São Carlos e Região.

Foram realizadas uma série de eventos, como a plenária geral para a eleição da coordenação da subsede, que reelegeu o metalúrgico Ednaldo Henrique Ferreira, reunião com servidores (as) de Ibaté e a organização dos movimentos sociais com identidade progressista e de esquerda.

Assim como em todo país, a região sofreu com a chegada e o avanço da covid-19. Especificamente em abril de 2020, quando a situação se deteriorou, deu-se início à realização de atividades virtuais, formato que continua até o momento.

Em maio de 2020, a subsede esteve na “Live Solidária, em Defesa da Democracia”, que contou com a participação dos sindicatos filiados à CUT no Brasil e demais centrais sindicais. Posteriormente, em

encontro com o prefeito de Araraquara, Edinho Silva (PT), falou-se das medidas para a preservação da saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras e o retorno das atividades presenciais.

Nesse período, mobilizamos para o ato em repúdio às demissões em massa na empresa Tecumseh. Já em setembro de 2020, em São Carlos, houve o ato em defesa dos Correios e, em outubro, a live “Reforma Administrativa e PL 529”, o ato contra a reforma Administrativa proposta por Jair Bolsonaro (ex-PSL), além de mobilizar e marcar presença em todas as atividades orientadas pela direção da CUT-SP.

De fevereiro de 2021 até o presente momento, o foco principal foi pelo respeito aos decretos de lockdown na região, a defesa da vida, a luta por uma campanha de vacinação para todos e todas, pelo aumento do auxílio emergencial e contra o retorno das aulas presenciais.

Foi realizado também, em abril de 2021, a reunião do Fórum de Araraquara e Região, com a participação do prefeito Edinho Silva, que teve como pauta a greve da educação e o balanço dos casos de covid-19 na cidade, bem como discussão sobre o decreto para uma possível volta das atividades econômicas no município tão logo o número de casos caísse.

CUT-SP EM SOROCABA E REGIÃO

A região é composta por 25 sindicatos CUTistas, mas as atividades foram também realizadas em conjunto com sindicatos não CUTistas, além da Frente Brasil Popular, movimentos sociais e partidos progressistas. A região possui diretores que fazem parte da direção estadual da CUT-SP, o que faz com que haja um poder organizativo com maior respaldo da organização local.

A subsede está em trabalho no modelo home office desde o início da pandemia de covid-19, o que faz com que as reuniões sejam realizadas por meio de plataformas on-line.

Visando fortalecer as pautas transversais e melhorar a organização, a subsede possui Coletivo de Formação, de Comunicação, de Combate ao Racismo, de Formação Sindical e de Mulheres, seguindo as deliberações do 15º CECUT (Congresso Nacional da CUT), de 2019.

A subsede de Sorocaba, representada pelo coordenador Antônio Sérgio Silvana de Moraes, deu início à agenda de visitas aos sindicatos da região em 1º de setembro de 2020, para apresentar a nova coordenação, conhecer os companheiros e as companheiras de cada sindicato e suas estruturas. Nesses momentos, foram constatados que, diante da pandemia de covid-19, houve uma perda razoável de associados na região. Também houve avaliação sobre a conjuntura e sobre as eleições municipais.

CUT-SP NO VALE DO PARAÍBA

Antes mesmo da nova coordenação assumir na região, a subsede participou do ato com a presença do Sindicato dos Servidores Municipais na sessão da Câmara Municipal, frente aos ataques do prefeito tucano de São José dos Campos, Felício Ramuth, contra a categoria do funcionalismo ativo, aposentados e pensionistas, com o intuito de acabar com a aposentadoria e trazer danos aos salários desses servidores (as) e ex-servidores (as).

Foi realizada a plenária no Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté com os sindicatos filiados à CUT-SP para eleger o novo coordenador e a coordenação da subsede da CUT-SP no Vale do Paraíba, do período de fevereiro 2020 a fevereiro 2022.

Entre as lutas e ações, houve mobilização na empresa ITW Brasil, em Taubaté, em conjunto com o Sindicato dos Papeleiros de Jacareí. A subsede e os sindicatos filiados realizaram um ato de repúdio ao assédio moral, à perseguição, à falta de segurança e saúde, à falta de convênio médico e descumprimento da Convenção Coletiva do Trabalho.

O coordenador da região, José Carlos de Souza, do ramo do transporte, junto com os coordenadores adjuntos, percorreram as cidades do Vale do Paraíba para participarem de reunião com sindicatos para tratar de assuntos referentes à aproximação dessas entidades no movimento sindical.

Essa atividade foi interrompida por conta da orientação da CUT-SP sobre o início do isolamento ocasionado pela covid-19. A agenda de visitas será retomada assim que houver nova orientação da CUT-SP.

A partir dessa comunicação da central, a subsede e os sindicatos filiados passaram a cumprir o isolamento, sem realizar atividades presenciais, para seguirem os protocolos de segurança.

Foi realizada uma carreata contra a volta às aulas presenciais e em defesa da vida em São José dos Campos. Em seguida, realizamos uma plenária da subsede da CUT Vale do Paraíba, no Sindicato dos Servidores Municipais de São José dos Campos, com a presença do presidente da CUT-SP, Douglas Izzo, para discussão de assuntos relacionados ao Sindicato da Construção Civil de São José dos Campos.

O Sindicato dos Condutores do Vale do Paraíba participou da greve da empresa Jacareí Transporte Coletivo (JTC), devido aos atrasos de pagamentos de salários dos motoristas e cobradores de ônibus.

A subsede participou junto com sindicatos CUTistas do Vale do Paraíba do ato nacional em defesa dos empregos na Ford em Taubaté, que anunciou o fechamento da planta na cidade. O Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté realizou uma grande carreata para Aparecida do Norte contra o fechamento da Ford com a participação da subsede e dos sindicatos filiados à CUT, bem como houve assembleia dos trabalhadores da montadora, que aprovaram um calendário de luta em defesa do emprego e da manutenção da fábrica.

Também estive presente nas carreatas organizadas pelo “Fora, Bolsonaro – Vacina para Todos – Contra o Retorno das Aulas Presenciais”, que contou com a participação de outras centrais sindicais, movimentos sociais e populares.

Houve mobilização para o ato em frente à Prefeitura de São José dos Campos em apoio aos professores, organizado pela Apeoesp, contra as aulas presenciais sem a vacinação e em defesa da vida. Participamos da construção do ato unificado pelo Dia Internacional das Mulheres e no Dia Nacional de Luta – Em Defesa da Vacinação Já e pelo Auxílio Emergencial! Além disso, realizamos atos simbólicos, organizou 'faixas' nos viadutos.

Também houve participação no protesto do Transporte Coletivo de São José dos Campos, organizado pelo Sindicato dos Condutores, em defesa da vacinação para a categoria do transporte e em apoio na luta pelo cancelamento das demissões na Embraer, em São José dos Campos.

CUT-SP NO VALE DO RIBEIRA

A subsede iniciou o período realizando a plenária para eleição da coordenação no Vale do Ribeira para o mandato 2019/2023 e reuniões de definição da atuação política e organizativa local.

Na agenda, foram realizadas reuniões e atividades de luta com sindicatos, movimentos e entidades parceiras, como a Frente Brasil Popular, IDESC (Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira), Marcha Mundial de Mulheres, MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), Associação de Crédito Solidário e PT (Partido dos Trabalhadores), buscando unidade na luta por melhores condições de vida frente às mazelas promovidas pelo presidente Jair Bolsonaro

CONTRIBUIÇÕES DOS RAMOS DA CUT-SP

**Os textos a seguir foram elaborados pelas representações dos ramos que compõem a base da Central Única dos Trabalhadores no Estado de São Paulo*

APOSENTADOS E APOSENTADAS

Nós – aposentados e aposentadas, pensionistas, idosos e idosas da Fenapi CUT (Federação Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Aposentadas) –, além de sermos solidários aos impactos que os trabalhadores e as trabalhadoras da ativa estão sofrendo, também estamos sendo impactados com a retirada de direitos, já que há muitos aposentados (as) e pensionistas que continuam trabalhando para complementar o orçamento familiar.

Há muitos aposentados (as) e pensionistas que são chefes de família, seguem cuidando de filhos, filhas e netos, seguem pagando aluguel e, por estarem trabalhando juntos, estão sentindo na pele os seus direitos econômicos sendo massacrados, do mesmo modo que os trabalhadores (as) da ativa.

Não houve avanços no período: ficamos estacionados e sendo ameaçados com a reforma e a privatização da Previdência Social.

Os grandes desafios da Fenapi CUT são: reunir todos e todas da diretoria plena; reunir-se com o secretário da Previdência Social e com o presidente da República; buscar alternativas para discutir sobre os nossos salários; fazer reuniões quadripartites; ter ações e planejamentos com outras associações CUTistas para criar estratégias de enfrentamento; organizar e mobilizar junto a outras entidades de aposentados (as) e pensionistas, de outras centrais sindicais, o enfrentamento aos governos federal, estaduais e municipais, bem como melhorar nossa qualidade de vida e de nossos familiares.

Neste momento de pandemia em que estamos vivendo, tivemos que mudar a nossa tática e ação, já que pertencemos a um dos grupos de risco. Desse modo, tivemos que aprender a lidar com a informática para formular documentos e encaminhar as nossas reivindicações.

Fizemos reuniões on-line e usamos recursos que ainda não conhecíamos, nós tivemos que nos adaptar e nos organizar nas novas modalidades, usando novos recursos, sem nos esquecermos das nossas atividades de rua.

Fizemos parcerias entre as secretarias da Fenapi CUT, as secretarias da CUT Nacional e estaduais para desenvolver os trabalhos conjuntamente. Nos reunimos com a juventude para a elaboração de um curso de formação para os aposentados e aposentadas, pensionistas e préaposentados (as) para que esses possam ter noção de como é a vida depois que se aposentam e de como usar o salário no orçamento familiar.

COMÉRCIO E SERVIÇOS

Apesar de tudo que estamos passando, graças ao movimento sindical e à CUT ainda possuímos férias de 30 dias - mesmo que dividida -, salário mínimo, seguridade social, 13º salário, licença-maternidade, entre muitos outros direitos. Também mantivemos outras conquistas, como o SUS (Sistema Único de Saúde), a educação pública e gratuita, entre outras, ainda que sigamos enfrentando o risco de perder todas essas conquistas no decorrer dos anos.

Desde a proliferação de covid-19, no ano de 2020, estamos atravessando uma avalanche de perdas

na categoria do comércio, pois, para contingenciar o avanço do vírus, o governo decretou estado de pandemia e de calamidade pública. Com isso, todos os segmentos do comércio tiveram que fechar as suas portas, acompanhado desse isolamento, veio também o desemprego.

Inúmeras famílias de trabalhadores (as) foram diretamente afetadas com a crise financeira causada pela pandemia, ficando sem emprego, com o aumento exacerbado de suas vulnerabilidades, precisando de solidariedade para conseguir sobreviver a esse caos instalado. Grandes eram os desafios a serem enfrentados diante do “novo normal”, com o desemprego, a falta de moradia, a privação de alimentos e, ainda, a falta de dignidade vivida pelo trabalhador (a) na luta pela garantia do sustento de sua família.

Diante de tamanhos obstáculos que surgiram no decorrer da pandemia, foi necessária a junção de todo movimento sindical em defesa do trabalhador e da trabalhadora, com campanhas de solidariedade mútuas e, assim, garantir - a duras penas - o emprego e a reabertura dos comércios.

A Contracs (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços) foi a precursora em dialogar com a Justiça do Trabalho para que cumprisse todos os protocolos de saúde e segurança dos trabalhadores, não economizando esforços para obter êxito.

Aos sermos surpreendidos pelo governo negacionista, após várias negociações com os laboratórios para a liberação da vacina, mais uma vez fomos ao enfrentamento para garantir aos trabalhadores (as) o direito de serem vacinados (as). É importante defender o bem-estar, a saúde e a segurança desses trabalhadores (as) essenciais do ramo do comércio e que prestam relevantes serviços que são fundamentais para o crescimento da economia e para o abastecimento do corpo social.

Os trabalhadores (as) essenciais do ramo de comércio se expõem ao contágio pela covid-19 no momento em que executam suas funções, pois o contato em grande escala com usuários os tornam vulneráveis e suscetíveis à contaminação. Por isso, é de extrema importância a vacinação para essa categoria que está na linha de frente para conter a propagação e cessar o elevado índice de óbitos. Chega de famílias enlutadas e sem esperanças!

Plano de lutas:

Realizar campanha salarial unificada:

- a) Iniciar os trabalhos com campanhas por estado;
- b) Realizar seminários junto às categorias para construção das pautas;
- c) Diálogo com parlamentares, buscando apoio à campanha nacional;
- d) Realizar acordos por empresas nacionais;
- e) Lutar pelo fortalecimento dos pisos estaduais/regionais.

Desenvolver as seguintes campanhas:

- a) Campanha de conscientização sobre LER (Lesões por Esforço Repetitivo) e DORT (Doença Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho);
- b) Orientação às entidades para colocarem cláusulas nas CCTs (Convenções Coletivas de Trabalho) sobre a importância da implantação da ginástica laboral;
- c) Trabalho contínuo de conscientização sobre o que é assédio moral aos trabalhadores e às trabalhadoras;
- d) Campanha de conscientização para aumentar a participação política das mulheres.

Organização por Local de Trabalho (OLT):

- a) Orientar as entidades a utilizarem os instrumentos de OLT (Organização no Local de Trabalho) disponíveis: Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), delegados e delegadas de base, entre outros; b) Mapear a existência de CIPAs;
- c) Ocupar as Cipas existentes e qualificar/formar cipeiros e cipeiras.

Formação:

- a) Cursos em negociações coletivas;
- b) Curso de formação em políticas públicas;
- c) Realizar encontros estaduais de forma política;
- d) Buscar lideranças capacitadas para a contribuição na formação.

Potencializar a comunicação:

- a) Realizar formação em comunicação por regional;
- b) Potencializar as mídias alternativas.

Organizar e ampliar as entidades sindicais da região (Organização Sindical):

- a) Visitas aos sindicatos não filiados;
- b) Criação de federações nos estados.

Campanha de filiação:

- a) Elaborar campanha unificada de sindicalização e campanhas específicas por categoria;
- b) Potencializar uma campanha de filiação: retomar e fomentar os sindicatos a retomarem.

Intensificar ações de saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras:

- a) Ações psicológicas, familiares, antirracistas e de prevenção a acidentes de trabalho;
- b) Campanhas constantes e permanentes voltadas ao tema “acidente de trabalho”;
- c) Assistência psicológica aos sócios e familiares contaminados pela covid-19;
- d) Potencializar a campanha contra o racismo.

Sustentabilidade dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Domésticos/as:

- a) Estudar uma proposta e debater com as entidades filiadas uma forma de ajudar os sindicatos a se manterem.

Estrutura regional:

- a) Fortalecer as CUT's estaduais, solicitando reuniões (online) bimestralmente; b) Fortalecimento de coletivos.

Atuação parlamentar:

- a) Organizar, em nível estadual, um trabalho coletivo no parlamento;
- b) Comissão de responsabilidade, no estado, para visita a seus parlamentares.

RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

O setor da construção civil viveu uma situação atípica com a reforma Trabalhista, pois o setor é praticamente todo terceirizado. A reforma nos prejudicou muito, na medida em que temos no ramo trabalhadores (as) pouco informados e com um número grande de migrantes.

Na questão de avanços, temos conseguido manter as Convenções Coletivas de Trabalho inalteradas, ou seja, mantemos até aqui os direitos e benefícios da classe.

Os desafios foram grandes, pois estamos num governo que busca desacreditar os movimentos sindicais.

Os aprendizados do ramo é que temos que negociar à exaustão, já que não é mais viável recorrer aos tribunais e já que não há, por parte do setor patronal, o mútuo acordo para que possamos propor as ações, sendo que, quando aceitam algum pleito, com o advento da ultratividade, os trabalhadores (as) perdem todos os benefícios conquistados.

Quanto às novas formas de atuação e organização, estamos de volta ao período anterior à criação da CLT, ou seja, quando da prevalência dos Acordos Coletivos de Trabalho, visto que as entidades sindicais patronais, com raras exceções, não estão querendo negociar ou ceder em algo.

RAMO DA EDUCAÇÃO

Para a Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), o período recente, a partir de 2019, foi extremamente desafiador, tendo em vista a sucessão de ataques do governo João Doria (PSDB) à categoria, aos servidores (as) e aos serviços públicos.

Enfrentamos a reforma da Previdência estadual e o PL 529, de 2020, que extinguiu e abriu portas para a privatização de órgãos e empresas públicas. A reforma da Previdência passou por apenas um voto além do mínimo, e o PL 529/20 conseguiu somente dois votos a mais. Hoje lutamos contra o confisco nos salários de aposentados e pensionistas, com a cobrança previdenciária feita por Doria.

A pandemia afetou a atuação da Apeoesp. Ainda assim, conseguimos sentença judicial que proíbe aulas presenciais nas escolas. O governo se recusa a cumpri-la na íntegra, mas não conseguiu tornar as aulas presenciais obrigatórias para todos.

Conseguimos a vacinação dos profissionais da educação como prioridade, o que não estava previsto no plano estadual de imunização.

Para enfrentar os desafios da conjuntura, combinamos a atuação virtual com ações presenciais, tomando os cuidados necessários, como carreatas, atos e caminhadas.

Formalizamos no estatuto as decisões tomadas em reuniões on-line e realizamos grandes encontros e assembleias deliberativas, mantendo-nos em plena atividade durante todo o período.

Apresentamos algumas atividades da Federação dos Trabalhadores na Educação Pública no Estado de São Paulo (Fete-SP) nos últimos anos:

Formação 1º semestre

Curso de Formação de Dirigentes de Entidades Sindicais e Associações Classistas dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Educação Pública do estado de São Paulo. Águas de São Pedro entre 17 e 18 de março de 2018, com 87 pessoas.

Formação 2º Semestre

Fascismo, Resistência e Combate. Auditório da Sede Central da Apeoesp, em 24 de novembro de 2018, com a participação de 40 pessoas. Certificação da Fundação Perseu Abramo.

Assembleias

Assembleia do Sindicato dos Professores Municipais de Cubatão (SindPMC);

Assembleia da Associação dos Professores de Osasco (Apos);

Assembleia do Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação de São Paulo (Afuse);

Assembleia do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Sinteps) – São Paulo;

Assembleia Sinproam – Americana;

Assembleia Sindicato dos Professores de Santa Barbara D'oeste (Sindprosbo); Assembleia dos professores municipais de Caraguatatuba (duas).

Outras atividades

Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Francisco Morato (Sinteframo);

Mesa de negociação salarial 2018; Mesa de negociação salarial 2019.

Matão

Reuniões com professores, negociação com o prefeito, reunião com procuradores do município.

Valinhos

Mesa de negociação com representantes do município (dois dias). Acompanhamento no TJ para homologação do acordo.

Plano de lutas: Associação dos Professores de Osasco (Apos)

Reunião representantes de escolas;

Congresso de Educação;

Assembleia sobre negociação salarial; Curso para concurso municipal 2019.

Araçatuba

Audiência Pública sobre projeto 'Escola sem Partido'.

Mirassol

Plano de carreira dos professores Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADIs).

Poá

Audiência Pública – Greve dos Professores; Reuniões de Diretoria da Fete-SP;

Participação da Fete-SP no Fórum Estadual de Educação Participação da Fete-SP no Macrossetor do Serviço Público.

Lives

Duas reuniões de diretoria Fete-SP. Reuniões do Macrossetor do Serviço Público. Discussão sobre volta às aulas, com a deputada Bebel e o deputado Emídio de Souza. Plano de Carreira de Martinópolis – Bebel e Wilian;

Volta às Aulas – Bebel, entidades sindicais, estudantis, sociais, professores, funcionários, pais, mães e estudantes;

Participações nas lutas estaduais e nacionais.

Retomar o Estado Democrático de Direito: em defesa de uma educação pública e popular, com gestão pública, gratuita, democrática, laica, inclusiva e de qualidade social para todos/as

Em tempos de governo Bolsonaro, a educação pública foi eleita como inimiga preferencial de um projeto de país que se ancora no ódio e em ações de ataque ao direito social à educação como bem público universal, além de ofensas recorrentes aos direitos trabalhistas dos/as trabalhadores/as em educação. Nutrem de forma deliberada um anti-intelectualismo que gera na sociedade uma hostilidade recorrente à ciência e à educação. Promovem um projeto de país que, sem o menor escamoteio ou constrangimento, ataca a figura dos/as educadores/as e todas as políticas públicas de inclusão desenvolvidas pelo país desde a sua redemocratização, defendendo sem pudores uma universidade somente para as elites, uma escola gerida por setores privados e profissionais sem direitos.

Desde o golpe de 2016, o setor da educação forjou, a partir de amplos e majoritários segmentos da comunidade educacional brasileira, seu próprio espaço de resistência e luta. O Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE), criado em 2017, reúne mais de 40 entidades com atuação no campo educacional brasileiro e, já em 2018, de forma autogestionada, forjou a I Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE) e se prepara, para o ano de 2022, para realizar a sua 2ª edição. Tanto o FNPE quanto a CONAPE são instrumentos de luta da classe trabalhadora para afirmar que a “Educação Pública e Popular se constrói com democracia e participação social, na luta por nenhum direito a menos e em defesa do legado de Paulo Freire”, patrono da educação brasileira.

Diante disso, e assumindo a transversalidade e organicidade da luta unitária da classe trabalhadora no Brasil, o ramo educação da CUT assume como meta, da mesma forma que expresso no eixo VI Do documento-referência da CONAPE 2022, a tarefa de “CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE NAÇÃO SOBERANA E DE ESTADO DEMOCRÁTICO EM DEFESA DA DEMOCRACIA, DA VIDA, DOS DIREITOS SOCIAIS, DA EDUCAÇÃO E DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE)”.

É nessa direção que essa Resolução do Ramo Educação da CUT imprime uma pauta e um plano de lutas que contempla a defesa de (1) uma reforma tributária redistributiva e pelo imediato fim da Emenda Constitucional nº 95/2016; (2) defesa e resgate do PNE como eixo central da política educacional brasileira; (3) pela efetiva materialização do novo FUNDEB, com a instituição do Custo Aluno Qualidade (CAQ); (4) pelo resgate dos recursos dos royalties do petróleo e do Fundo Social do Pré-Sal para o financiamento da educação pública, de gestão pública; (5) pela destinação de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), com efetivo controle social, para garantir plataforma pública e internet de alta velocidade para todas as instituições de educação básica e superior públicas do País; (6) pela garantia da implantação do piso salarial profissional nacional e de planos de carreira para os/as profissionais da educação das redes pública e privada; (7) pela revogação da “Base Nacional Comum Curricular”, da “Reforma do Ensino Médio”, e das Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores [Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019]; (8) contra todas as formas de desqualificação da educação e de financeirização, privatização, terceirização e transferência de responsabilidades do Estado na educação à iniciativa privada; (9) pela efetivação de políticas educacionais voltadas aos estudantes

frente à situação de evasão e abandono crescente por conta do agravamento da covid-19 e aquelas decorrentes da ausência de recursos materiais adequados para o acompanhamento de aulas virtuais; (10) pelo fim das políticas de fomento à educação domiciliar (homeschooling) e à militarização de nossas escolas; (11) luta unitária e nacional contra as Propostas de Emenda à Constituição [PEC]: PEC 13/2021, que desobriga o gasto mínimo em educação; PEC 23/2021, que promove o calote dos precatórios do FUNDEF aos profissionais da educação; PEC 32/2020, que promove uma reforma administrativa no Estado brasileiro, atacando a prestação dos serviços públicos à população, inclusive o da educação; PEC 187/2019, que objetiva acabar com os fundos que são fundamentais para a educação, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Fundo Social do Pré-Sal; e PEC 188/2019, que pretende acabar com os recursos dos impostos vinculados à educação e à saúde.

Como nos instigou Paulo Freire, “nós podemos reinventar o mundo!”. E por isso lutaremos!

RAMO FINANCEIRO

Após a reforma Trabalhista, continuamos na luta pela manutenção dos direitos da categoria; pressionamos os banqueiros e, com nossa organização nacional através do Comando, conseguimos a permanência da ultratividade da CCT (Convenção Coletiva de Trabalho).

Depois do vencimento das convenções, mantivemos mesas bipartites por banco para negociações e acordos aditivos de trabalhos constantes, impedindo acordos individuais sobre cláusulas da CCT ou contratação de formas atípicas e precárias, como o contrato individual, intermitente, autônomo exclusivo etc.

O objetivo foi buscar e proteger os bancários (as) da precarização das condições de trabalho, assegurar direitos já conquistados e assegurar os sindicatos e o Comando nas negociações.

Com a não obrigatoriedade das homologações no sindicato, foi necessário nos organizarmos em outras frentes para alcançar os trabalhadores (as) desligados, prestando assistência e identificando desligamentos por banco e áreas. Bancários, ao lado do sindicato, mostraram que uma categoria forte e organizada pode barrar retrocessos e manter direitos, mesmo em uma conjuntura desfavorável.

Lutamos contra a reforma da Previdência, que acabou sendo implementada, porém, sem um de seus pontos mais nefastos: o modelo de capitalização, que foi barrado devido à mobilização dos trabalhadores (as).

Em 2019, também foi realizada a terceira versão do Censo da Diversidade Bancária, que visa traçar um perfil da categoria por gênero, raça e pessoas com deficiência, com o objetivo de embasar a luta por igualdade de oportunidades nos bancos.

A força da categoria conseguiu ainda neutralizar os efeitos nefastos da MP 905, de 2019, sobre os bancários. Assinamos um acordo aditivo entre Comando Nacional dos Bancários e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) que impede o trabalho bancário aos sábados; garante a jornada bancária de 6 horas, de segunda a sexta; mantém a gratificação de função de 55%; determina que a PLR (Participação nos Lucros e Resultados) continue sendo negociada pelos sindicatos; impede os bancos de contratarem trabalhadores ganhando menos que o piso; e mantém todas as cláusulas da CCT.

Ao longo de 2019, todo ramo foi às ruas em defesa das estatais e dos bancos públicos. Foi lançada a Frente Parlamentar e Popular em Defesa da Soberania Nacional. Dentro dessa luta conseguimos importantes vitórias, como a reeleição da bancária Rita Serrano para o Conselho de Administração da Caixa. Também conquistamos a continuidade da caixa de assistência dos funcionários do Banco do Brasil.

Já em 2020, o desafio da Campanha Nacional era de construir uma minuta de reivindicações mantendo as etapas de consulta à base por meio de ferramentas digitais, além de atender à reivindicação de regulamentar o home office, apontado como desejo da categoria por conta do novo coronavírus. Porém, a pandemia antecipou as negociações em 2020: desde 26 de fevereiro, quando o Brasil teve confirmado o primeiro caso, as entidades representativas, reunidas no Comando Nacional dos Bancários, estiveram em contato, realizando frequentes negociações com a Fenaban:

- a) Foram negociados e reivindicados maior rigidez no cumprimento dos protocolos, a não-demissão a partir de abril de 2020 (não cumprida pelos bancos no 2º sem/2020); home office, elaboração de um protocolo mínimo de segurança a ser adotado por todos os bancos no país, Campanha de Vacinação de H1N1, distribuição de máscaras N95/PFF2, entre outros pontos.
- b) A Campanha foi formada totalmente por videoconferência, foram 15 rodadas de negociação com a Fenaban, sem a necessidade de greve, que resultaram em:
- c) Acordo coletivo de 02 anos 2020/2021;
- d) Reajuste salarial de 1,5% mais abono, em 2020, e reajuste salarial pelo INPC/IBGE com aumento real (0,5%) em 2021;
- e) Manutenção dos direitos previstos na CCT, inclusive após a reforma Trabalhista;
- f) Metade da categoria em trabalho home office (+ ou - 260 mil) e regras para o trabalho em home office;
- g) Aumento da regra atual da Participação nos Lucros e Resultados com reajustes dos valores fixos e tetos;

A atuação do ramo foi essencial nos últimos anos. Em um ambiente de incerteza política e econômica e ataque aos direitos dos trabalhadores (as), a categoria teve aumento real acumulado entre 2004 e 2020 de 21,3% nos salários e 42,8% no piso com a garantia da manutenção de todos os direitos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), válida em todo o Brasil.

A disseminação de equipamentos tecnológicos que as instituições financeiras usam para prestar diversos serviços já vinha provocando onda de demissões de bancários, redução no número de agências eletrônicas e cada vez menos atendimento na boca do caixa. A pandemia não só acelerou esse processo bancário como induziu novas formas de organização e trabalho sindical. Em contrapartida, destacou não só o trabalho da categoria bancária como essencial, como a função dos bancos públicos para a sociedade.

Nos últimos anos, fortalecemos a luta pela promoção dos bancos públicos. Somente entre o início de 2016 e o terceiro trimestre de 2020, o Banco do Brasil (BB) cortou 17.758 empregos e fechou 1.058 agências. No mesmo período, o número de clientes aumentou em 9,4 milhões. Entre 2016 e 2019 o lucro líquido ajustado do BB apresentou crescimento de 122%.

Os bancos públicos precisam ser fortalecidos, pois desempenham um papel fundamental na economia brasileira e são um importante instrumento de política econômica e de promoção ao desenvolvimento econômico e social.

A organização e o aprimoramento tecnológico e de comunicação representaram aprendizados para o ramo. Priorizou-se a saúde e a vida não só da categoria, através de acordos com a Fenaban, mas também a dos funcionários e dirigentes sindicais da entidade. Inovamos nossas formas de atuação, melhoramos nossa comunicação e trabalhamos novas maneiras de mobilização social e sindical por meio das redes sociais.

Como a categoria tem passado por um processo de transformação constante e a cada dia não se concentra mais fisicamente em agências e concentrações, reforçamos o trabalho que já estava em andamento, de mapeamento, atualização de base e contatos, implantação e inovação de novas ferramentas de trabalho, visando um alcance de relacionamento e informação mais ágeis e amplos aos bancários e bancárias.

Investimos em planejamento estratégico de marketing e comunicação para potencializar a comunicação com a categoria e alcançar novos associados e novas associadas. Revisamos, inovamos e aperfeiçoamos fluxos de trabalho, processos e ações.

Também solicitamos ao governo paulista a inclusão dos bancários (as) em grupo prioritário no Plano Estadual de Imunização, já que a atividade bancária é considerada essencial e de extrema importância para a implementação de necessárias políticas públicas, como o auxílio-emergencial.

Durante a pandemia, muitos trabalhadores (as) perceberam que os sindicatos têm um papel

fundamental na organização da classe trabalhadora na luta por uma sociedade justa e pela ampliação dos direitos.

Sem sindicatos teríamos uma situação de poderes absolutos dos detentores do capital para ditar as regras de remuneração, jornada e condições de trabalho.

RAMO METALÚRGICO

Os sindicatos de base e os trabalhadores (as) metalúrgicos foram impactados severamente pela retirada de direitos a partir da reforma Trabalhista.

Verificamos um número crescente de contratações precárias homologadas pela desregulamentação, pela resistência patronal à negociação ampliada, pela restrição de acesso à justiça do trabalho, e por todo tipo de abuso patronal, sem direito a qualquer recurso, nesse momento, devido ao desmonte completo da fiscalização do trabalho.

A situação das trabalhadoras e dos trabalhadores da categoria não foi pior devido ao avanço da FEM/CUT-SP em negociações importantes do período - os dispositivos que protegem contra terceirização e novas formas precárias de trabalho nas CCT's (Convenção Coletiva de Trabalho), por exemplo, e a obtenção de negociação com setores patronais que há tempos negavam a contratação coletiva.

Durante o período, nossos sindicatos enfrentaram reduções brutais de receita que tiveram de ser equacionadas apelando aos princípios fundadores de nossa Central Única dos Trabalhadores e à solidariedade. Vimos no último período o crescimento de sindicalizações como resposta da categoria ao endurecimento patronal associado ao governo aliado das elites.

O período, muito marcado pela conjuntura adversa e piorado pela pandemia, tem sido elemento formador determinante para os quadros de dirigentes, preparando as entidades para o período próximo de recuperação da democracia golpeada e de retomada de direitos.

Contudo, também é nítido que o modelo de sindicato que praticávamos até então precisará ser transformado: há de se incorporar a categoria trabalhadores (as) sob qualquer forma de contratação e todos os tipos de precarizados (MEI's, PJ's, informais e demais formas) atingidos pelo movimento que chamamos de "uberização", sem garantias ou direitos sociais, como vem se debatendo internamente na CUT.

Nossos sindicatos têm apresentado respostas variadas ao momento. Na Plenária Estatutária da FEM/CUT-SP, a ser realizada nos próximos meses, tal debate de futuro será pauta principal do encontro.

RAMO DOS MUNICIPAIS

A reforma Trabalhista, de início, afetou no serviço público os servidores (as) contratados pelo regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), como os trabalhadores da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Centro Paula Souza, entre outros.

Havia uma falsa ilusão de que os servidores (as) concursados (as) não seriam afetados (as). No entanto, a reforma Trabalhista foi a porta de entrada para a proposta de reforma Administrativa (PEC 32/2020), a qual, se for aprovada, terá impacto devastador para todos os trabalhadores e as trabalhadoras do serviço público, independente do regime jurídico.

Ressaltamos que a reforma Trabalhista busca asfixiar financeiramente os sindicatos, retirando o imposto sindical, uma das principais fontes de sobrevivência de parte das instituições, além de tentar coibir o desconto das filiações e outros tipos de contribuições em folha.

E mesmo antes da discussão da PEC 32/2020, o governo federal buscou aplicar a LC (Lei Complementar) 173/2020, que congelava reajustes salariais, adicionais de tempo e vales-refeição e alimentação até dezembro de 2021.

Muitos sindicatos de nossa base conseguiram liminares na justiça garantindo esse direito, enquanto outros não.

E não contente com essa lei, aprovou-se a EC (Emenda Constitucional) 109/2021, estabelecendo os gatilhos em relação às receitas e, caso a União, estados e municípios chegassem nesses limites, o gatilho seria disparado e haveria congelamento de direitos. Assim, o governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) aprova em Brasília e prefeitos aplicam em suas cidades.

É uma luta dura, pois, ao mesmo tempo, há os ataques aos serviços públicos enquanto ocorre a tramitação da reforma Administrativa.

Afirmamos que, desde 2019, os desafios enfrentados foram muitos – entre eles, a dificuldade de mobilizar a categoria num cenário de disseminação de ódio, veiculado pelos meios de comunicação através do governo Bolsonaro.

Um outro dificultador foi a propagação do projeto da direita de que as reformas iriam “moralizar” o serviço público, fazendo com que, assim, muitos servidores (as) se adequassem à nova realidade, aguardando passivamente o trâmite das várias reformas que retiraram direitos trabalhistas. Além disso, houve baixa organização nos locais de trabalho devido à pandemia de covid-19.

Entretanto, ressaltamos que o cenário de pandemia e o governo Bolsonaro foram nossos maiores desafios e aprendizagens. A pandemia escancarou a necessidade do serviço público, daí a luta pela valorização dos servidores e do SUS (Sistema Único de Saúde).

Também criamos movimentos de resistência na educação, ressaltando a necessidade do isolamento social como ferramenta de combate à covid-19. Com isso, evidenciou-se a importância da relação professor/estudante para que ocorra a aprendizagem, evidenciando o valor dos profissionais da educação.

Aprendemos e ensinamos várias lições aos trabalhadores (as), que tiveram que refletir sobre a correlação de forças da classe social, entre outros valores adormecidos, como a unidade da classe trabalhadora.

Nosso maior legado foi a unificação dos ramos na luta em favor do isolamento social e do combate à pandemia.

RAMO QUÍMICO

Frente ao golpe jurídico e parlamentar neoliberal, a Federação Estadual do Ramo Químico da CUT (Fetquim) buscou se organizar para um período de resistência e luta, objetivando a manutenção dos avanços conquistados no período dos governos democráticos e populares de Lula (2003-2011) e de Dilma Rousseff (2011-2016), no âmbito dos direitos sociais e sindicais. Tal estratégia tem se mostrado exitosa uma vez que, no período de 2017 a 2021, apesar de uma política econômica desastrosa tanto do governo entreguista de Michel Temer (MDB) como do governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL), a Fetquim, em conjunto com seus sindicatos filiados, conseguiu manter no âmbito das negociações e lutas sindicais a totalidade da convenção coletiva, sem nenhuma retirada de direito e com a reposição total da inflação.

Além disso, garantiu aumento real para os setores químico e farmacêutico, os quais representa diretamente, bem como a mesma política foi conquistada nos setores de petróleo, vidro e papel no estado de São Paulo.

Sob as palavras de ordem: “Nenhum Direito a Menos”, garantimos no período de 2017 a 2021 todas as conquistas que haviam sido acordadas nos anos anteriores.

Mantivemos nestes anos todas as mais de 70 cláusulas sociais, sem rebaixamentos de direitos, tanto no setor químico como no setor farmacêutico.

Os movimentos realizados nas fábricas foram fundamentais para dar sustentação à atuação sindical. Trabalhamos também neste período o fortalecimento da unidade operária com os setores do nosso

ramo em outras centrais sindicais – Fetquim com a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêutica do Estado de São Paulo (Fequimfar).

No âmbito das políticas sociais e de formação sindical, demos continuidade à formação de quadros, à cooperação com os movimentos sociais, à permanente busca de autossustentação mediante as contribuições negociais, apesar do ataque do fim do imposto sindical, fortalecendo também as políticas de maior atuação junto às mulheres, à pauta racial e demais minorias presentes na categoria.

Participamos ativamente de todas as lutas chamadas pela CUT, bem como, acompanhamos de perto as políticas do Macrossetor da Indústria da CUT. No âmbito internacional estamos filiados à IndustriALL Global Union, sindicato global que representa os trabalhadores dos ramos metalúrgicos, químicos e têxteis: mais de 50 milhões de trabalhadores e trabalhadoras em todos os continentes.

Participamos também da fundação da IndustriALL Brasil, fortalecendo a unidade com os diversos ramos econômicos da indústria de transformação, além de atuarmos solidariamente com os sindicatos dos petroleiros e a FUP (Federação Única dos Petroleiros), em defesa da Petrobrás e da soberania nacional.

Atuamos em todas as ações de resistência política contra o golpe, contra a reforma Trabalhista, contra a prisão do companheiro Lula em 2018, quando tivemos a participação ativa no acampamento Lula Livre em Curitiba (PR), além da participação do ramo nas diversas caravanas onde nossos sindicatos filiados estiveram presentes.

Ao mesmo tempo, denunciámos o golpe eleitoral dado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que proibiu a participação de Lula nas eleições de 2018, pavimentando a ascensão do governo neofascista de Bolsonaro com uma avalanche de mentiras e fake news criminosas: resistimos apoiando a eleição de Fernando Haddad (PT) ligado ao campo democrático e popular.

Em 2019, participamos também ativamente das lutas contra a neoliberal reforma da Previdência. As forças neoliberais e autoritárias, no entanto, não conseguiram emplacar o modelo privatista dos bancos, conforme proposta do ministro da Economia, Paulo Guedes, ao querer seguir o modelo mais danoso de previdência da América Latina, que foi o modelo dos banqueiros no Chile e do sanguinário Augusto Pinochet (ex-presidente chileno), cobrando taxas abusivas que rebaixaram criminosamente as aposentadorias dos trabalhadores daquele país. Recuaram em parte na idade das mulheres e dos professores, e tiveram de implantar uma transição um pouco mais amena, apesar da implantação das aposentadorias por idade combinada com contribuição.

Com a covid-19, houve a continuidade operacional da maioria dos setores da indústria farmacêutica e química, considerados setores essenciais no combate à pandemia. Esta continuidade das atividades trouxe também problemas à categoria, com estimativas de que mais de 50 mil químicos no país foram contaminados, com cerca de 200 companheiros e companheiras mortos.

Frente à tentativa de ampliação das jornadas de turno de 12 horas por 36, desenvolvemos, em parceria com a Universidade de Brasília (UNB), Fetquim e CUT, uma pesquisa para conhecer as vantagens e desvantagens do pessoal de turno, entre 2019 e 2020.

Constatamos que a chamada 5ª turma (5 turnos de trabalho), com média de 33 horas e 36 minutos, é onde os trabalhadores apresentam maior satisfação, maiores vantagens e menos problemas de ordem física e psicológica, do que em relação às jornadas de 6x2,6x1, onde há uma jornada variando de 37 a 42 horas semanais, com problemas físicos, psíquicos e conflitos sociais e familiares maiores.

Organizamos junto à Confederação Nacional do Ramo Químico da CUT (CNQ-CUT) uma campanha de conscientização e luta pela manutenção da 5ª turma em diversos subsetores onde há esse tipo de jornada por força do Art. 7º da Constituição Federal das jornadas ininterruptas.

Nesse período, efetuamos denúncias constantes contra a reforma da Previdência, alertamos para a necessidade de termos mais instrumentos de acompanhamento para garantia dos direitos previdenciários de aposentadoria, auxílio-doença entre outros direitos, principalmente pela omissão da Previdência com a exclusão da perícia médica.

Também atuamos de forma constante na conscientização contra pandemia nas fábricas, criando um manual específico da Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), orientando os trabalhadores (as) a seguirem os protocolos seguros contra a covid-19 e, ao mesmo tempo, recusarem o trabalho nas fábricas quando houvesse risco de contaminação.

Realizamos um estudo de caso com contaminados entre químicos e petroleiros, em uma parceria entre UNB e Fetquim, onde constatamos a grave agonia de companheiros que contraíram o vírus, o relato de seu sofrimento e, principalmente, daqueles que foram entubados, muitos dos quais, após terem alta, apresentaram sequelas físicas.

Todos relataram o sofrimento mental, medo, depressão e angústia frente à doença. E, o mais importante, entre os dez pesquisados, seis deles demonstraram que a contaminação decorreu por contágio laboral devido aglomerações na entrada e saída, refeições, vestiários, banheiros e outros locais de aglomerações.

Realizamos encontros anuais no Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho, entre 2017 e 2021; seminários específicos sobre o conjunto de doenças profissionais no ramo químico, como LER (Lesões por Esforços Repetitivos) e DORT (Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho); seminário denunciando o ecocídio da Vale em Brumadinho (MG), entre outras atividades específicas de saúde.

Além disso, propusemos um amplo estudo de saúde mental e contaminação no setor químico do estado de São Paulo ao Ministério Público do Trabalho (MPT) de Campinas.

Por fim, entendemos que a Fetquim-SP vem buscando cumprir seu papel político na defesa dos interesses imediatos e históricos das categorias que compõem o ramo químico, assim como de toda a classe trabalhadora.

RAMO DOS RURAIS

A Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da CUT (FAF-CUT) sofreu um forte impacto devido à má gestão comandada pelo último presidente, que renunciou em março de 2016, diante do rombo e desgaste político. Desde então, o que existe é um trabalho de juntar esforços e pensar a reconstrução dos rurais da agricultura familiar, com muita dificuldade e sacrifícios.

É importante dizer que desde o período mencionado até este momento, o ramo dos rurais não tem nenhum militante liberado para poder fazer o trabalho sindical de reconstrução e tem se apoiado nos movimentos parceiros para poder participar de reuniões e colocar a pauta dos rurais nos espaços de debate.

No entanto, a questão agrária, embora seja uma pauta estruturante, é também diversa e complexa, a começar pela condição em que atuam os seus militantes, que, para fazerem a luta, precisam se ausentar da roça e, passam a fazer o trabalho voluntário – sem receber ajuda de custo. Com isso, a família já não pode mais contar com a sua mão de obra em tempo integral e a unidade familiar passa a conviver com a redução da renda.

Essa situação é desafiadora e coloca a organização sindical da agricultura familiar num lugar de vulnerabilidade, na medida em que seus atores necessitam encontrar um equilíbrio entre a garantia de renda familiar no trabalho agrícola e a militância no trabalho sindical, não é por acaso que os dirigentes rurais dificilmente ocuparam cargos em espaços mais amplos de representação e com poder de decisão.

Porém, os desafios são enormes diante da realidade em que temos no estado de São Paulo, onde existem mais de 122,5 mil agricultores familiares, que representam 65% das unidades produtivas, espalhadas em um amplo espaço de 645 municípios, e que ocupam uma área de apenas 13% das terras destinadas à agricultura.

Por outro lado, a maior parte das terras, 87%, é destinada principalmente a algumas poucas monoculturas. A produção de cana-de-açúcar (etanol e açúcar para exportação), carne (exportação), eucalipto, pinus, laranja (suco para exportação) e soja deixam clara a opção do agronegócio paulista

de não produzir alimento para a mesa dos paulistas, especialmente para aqueles de baixa renda.

Este setor, que privatiza as terras e faz dela um negócio é o responsável pela pulverização aérea e pelo uso em excesso de agrotóxicos, que comprometem a qualidade da água, da terra e prejudicam a saúde de todas e todos. Ironicamente, o agronegócio conta com apoio dos governos federal e estadual na forma de inúmeras isenções fiscais, que são resguardadas por um oportuno sigilo fiscal. O agro não é pop, o agronegócio mata!

Diante dessa realidade, é necessário reforçar que a agricultura familiar é muito diversa e essa realidade dificulta a compreensão dos outros atores para a sua causa. A maior parte das 18 mil famílias assentadas está distante dos centros consumidores, as famílias quilombolas estão na sua maioria inseridas em regiões isoladas, as populações indígenas e caiçaras estão em situação precária e os acampados estão entregues à sua própria sorte e capacidade de resistir. Via de regra, as terras para a agricultura familiar estão em regiões marginais, relegadas pelo agronegócio que detém as terras melhores e mais bem localizadas.

Ainda assim, são as agricultoras e os agricultores familiares paulistas os principais produtores de hortaliças, frutas, verduras, leite, mandioca e uma grande diversidade de produtos que abastecem as cidades. Proteger e fortalecer essa produção do campo é garantir a alimentação de quem vive na cidade.

Portanto, considerando a importância dessa base sindical para a Central, é essencial que a CUT olhe para essa situação como um futuro a ser construído, pois, trata-se de um processo de reestruturação, que necessita de apoio para fazer formação política e também retomar a base sindical, tanto da agricultura familiar, quanto dos sindicatos de empregados rurais, que se desfilaram em larga escala da CUT-SP nos últimos anos.

O processo de reestruturação passa por criar e fortalecer as entidades sindicais que representam as trabalhadoras e os trabalhadores da agricultura familiar, principalmente na luta por suas demandas específicas de políticas agrícolas e agrárias. Da mesma forma, devemos resgatar e fortalecer os sindicatos de assalariados rurais, cuja ação passa pela negociação coletiva, influenciada pela sazonalidade do trabalho e pela segmentação da força de trabalho entre assalariados permanentes e temporários.

Além disso, neste momento em que a fome e a insegurança alimentar e nutricional voltam aos lares brasileiros, a luta pela terra, o aumento da produção de alimentos e a necessidade de uma política de abastecimento e de geração de renda para a população do campo, das florestas e das águas se tornam cruciais.

Sabemos que, atualmente, o Brasil rural representa, segundo as estimativas de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 60% dos municípios brasileiros e 24% da população brasileira - 1 em cada 4 brasileiros e brasileiras trabalha no campo ou tem sua renda diretamente vinculada à atividade econômica rural.

Nesse sentido, o campo, além de ser um espaço de produção de alimentos, é, sobretudo, um território ocupado por muitas trabalhadoras e muitos trabalhadores que vivem e lutam por terra, trabalho decente, melhores condições de vida e por um país mais justo, com segurança alimentar e equilíbrio ambiental.

Por fim, sabemos que as trabalhadoras e os trabalhadores rurais são protagonistas da história da CUT, e é tarefa fundamental da nossa Central fortalecer o sindicalismo rural em consonância com um projeto de desenvolvimento rural sustentável e solidário, reforma agrária popular, transição agroecológica para a produção de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos e preservação da sociobiodiversidade - potencializando a nossa luta contra o latifúndio, o trabalho escravo, a violência e as mortes de militantes e sindicalistas do campo.

Plano de lutas:

- a) Criação de um plano sindical emergencial para o campo CUTista, com investimento em formação voltada para a categoria e a criação de sindicatos, reestruturação e retomada dos sindicatos da agricultura familiar e de assalariados rurais que se desfilaram por falta de acompanhamento político;

- b) Debater sobre a filiação de cooperativas e associações de agricultores e agricultoras familiares à CUT;
- c) Reestruturação orçamentária dos órgãos responsáveis pela Política de Abastecimento e Segurança Alimentar, pela Política de Desenvolvimento Rural e pela Política Agrária do Estado de São Paulo;
- d) Política Emergencial de Abastecimento e Segurança Alimentar e Nutricional;
- e) Fortalecimento da capacidade produtiva da agricultura familiar camponesa e dos povos e comunidades tradicionais;
- f) Atendimento e prevenção ao Contágio do novo coronavírus (Sars-CoV-2) nas comunidades rurais e nos povos tradicionais do campo, das florestas e das águas;
- g) Revogação da lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020, que extinguiu instituições públicas como parte de um projeto de destruição das políticas públicas de estado pelo governador João Doria (PSDB);
- h) Apreciação e aprovação imediata de medidas em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo relacionadas ao enfrentamento dos efeitos da pandemia, garantia da segurança alimentar e inclusão produtiva.

RAMO DA SAÚDE E DA SEGURIDADE SOCIAL

Neste balanço estadual destacamos que este ramo está fundamentado no Art. 194 da Constituição Federal de 1988, com o seguinte texto: “Art. 194 - A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.”.

A base vem da Organização Internacional do Trabalho (OIT), por meio da Convenção nº 102, de 1952, que define o termo “seguridade social” e estabelece padrões mínimos a serem cumpridos pelos países. No Brasil, foi ratificada em 2008.

Além disso, queremos destacar a característica da multiplicidade de vínculos na seguridade social e apontar a complexidade da organização e das ações: temos servidoras e servidores públicos e a inserção no Macrossetor do Serviço Público, mas também temos trabalhadoras (es) privadas (os) no exercício do trabalho por contratações diversas. Assim, temos categorias profissionais que atuam no ramo da seguridade social de forma vinculada e autônoma.

É importante destacar as questões de gênero, raça, diversidade e geração, pois temos uma categoria profissional com uma maior parcela de mulheres, um recorte de raça demarcado, nos posicionando na luta contra o racismo institucional, e pela a diversidade LGBTQIA+ que não tem sido considerada, bem como temos a questão geracional demarcada por parcela significativa de trabalhadoras e trabalhadores envelhecendo, em especial no serviço público, pela ausência e/ou diminuição de concursos públicos.

De tal modo, o momento atual é da (in) seguridade social - desocupação, desalento e desigualdade -, mas é também de resistência e luta.

Após o golpe de 2016, com a destituição da presidenta Dilma Rousseff (PT), vimos a implementação da Emenda Constitucional 95/2016, que arrocha políticas públicas sociais de saúde, assistência social, Previdência Social, congelando por 20 anos o orçamento da União para essas políticas e prevendo reajuste anualmente apenas pela inflação. Com isso, criou-se mais dificuldades, pois colocam as rubricas financeiras em disputa.

O ano de 2019 foi marcado tristemente pela eleição de um presidente ultraconservador e genocida, com um projeto de necropolítica, que é reproduzido nos estados e municípios, principalmente em São Paulo, em nuances gourmetizadas - se apropriando de uma embalagem estética para vender um

mesmo produto ruim -, que desmonta as políticas públicas e se mantém pela precarização do trabalho e pela retirada de direitos sociais e laborais das trabalhadoras e dos trabalhadores.

A atual conjuntura política tem colocado muitas incertezas à democracia e aos direitos sociais, especialmente aos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores. Precisamos defender o significado das políticas públicas e seu papel na reprodução da sociabilidade contemporânea. Hoje, a Previdência Social, o sistema de saúde pública e o sistema de assistência social pública estão na mira do governo para serem destruídos.

A pandemia de covid-19 trouxe desafios imensos, já que os trabalhadores (as) da seguridade social são linha de frente e considerados essenciais. Assim, nossa luta tem sido para preservar a vida de inúmeros trabalhadoras e trabalhadores.

Profissionais atuantes na linha de frente dos serviços essenciais se depararam hoje com novos processos de trabalho repletos de desafios, no sentido de atender às atuais necessidades de usuários das políticas sociais.

E nesse nefasto cenário ainda temos de enfrentar a PEC 32/2020, que nada mais é do que a institucionalização da precarização na administração pública e dos serviços públicos.

Precisamos enfrentar a privatização e a mercantilização dos serviços públicos sociais. Nisso se enquadram modelos de gestão, observando-se o papel do Estado, e os modelos privatizantes: terceirização, Organizações Sociais (Oss), fundações estatais, entre outros, heranças da (des) reforma Trabalhista. Precisamos criar estratégias para buscar concretizar a premissa da existência de serviços de proteção social básica para garantir os princípios de cidadania.

No ramo, debatemos medidas de enfrentamento à precarização e desproteção do trabalho. Incorporamos a campanha de massa pela não aprovação da antirreforma Administrativa (PEC 32/20). Temos a missão de dar visibilidade à população, mostrar que isto só aumentará os níveis de vulnerabilidade e miserabilidade social.

As negociações coletivas reguladas há muitas décadas pelas Convenções 98 e 154, da OIT, ratificadas pelo Brasil, estão sob ataque aos interesses da classe trabalhadora. O momento atual não se configura por conquistas, mas por ações de resistência e luta visando mudar a correlação de forças, por intensificação da luta pela reconstrução do projeto democrático popular para 2022, pela defesa da igualdade, dos direitos humanos e trabalhistas, contra a criminalização das lutas e pelo fortalecimento do sindicalismo classista representado pela CUT.

A política de desmonte do movimento sindical e do fim dos direitos dos trabalhadores (as), implementada pelo governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) e agravada pela pandemia, tem causado um impacto profundo nas relações entre os sindicatos e suas bases, e com o nosso ramo não é diferente.

A reforma da Previdência, por exemplo, atingiu em cheio as mulheres, que são a grande maioria da categoria da saúde. No ABC paulista, por exemplo, elas representam cerca de 80% das trabalhadoras. A elevação da idade mínima para aposentadoria, somada ao aumento do tempo de contribuição, acaba impedindo que parte significativa das mulheres se aposente.

A redução em 40% da aposentadoria especial, concedida aos trabalhadores (as) que exercem atividades expostas a agentes nocivos, como é o caso da maioria dos trabalhadores (as) da saúde, também afetou em cheio a categoria.

As homologações representam outro impacto sobre os trabalhadores (as) demitidos (as), que muitas vezes são lesados nos cálculos das verbas rescisórias. O ramo tem encontrado diferenças significativas nos cálculos de algumas empresas, que deixam de computar vários direitos, como cesta básica, adicional de insalubridade etc.

Com a pandemia, as negociações com os patrões, especialmente na Campanha Salarial, tornaram-se mais difíceis. Por outro lado, nas Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho - assinados com os sindicatos patronais e os sindicatos dos trabalhadores, como é o caso do Sindsaúde ABC, tem sido possível assegurar os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Na esfera jurídica, intensificamos o ajuizamento de ações, como a reivindicação de 40% de

insalubridade, fornecimento de EPIs (equipamentos de proteção individual) e afastamento de profissionais do grupo de risco. Obtivemos algumas vitórias importantes, como pagamento de multa por atraso no 13º salário.

As ações do ramo, como as assembleias da Campanha Salarial, passaram a ser realizadas, em sua grande maioria, de forma virtual. Mesmo assim, obtendo grande participação da categoria.

Com o lema “Força, profissionais da saúde! A distância física não nos separa! Juntos, vamos vencer esta guerra”, criamos em entidade sindical que compõe o ramo um jornal online, onde prestamos conta das ações e, assim, mantemos o contato com a categoria. Investimos na ampliação de convênios e parcerias que garantem descontos para os associados. Fizemos e estamos mantendo campanhas de arrecadação de alimentos para os mais necessitados, com o tema “Profissionais da saúde salvando vidas e combatendo a fome”.

O distanciamento social fez com que o atendimento remoto ganhasse força. Foram intensificados os contatos por meio de telefone, canais como e-mail, site e redes sociais (Facebook, WhatsApp etc.). Isso tem sido fundamental para o estreitamento e a continuidade do contato entre o sindicato e os trabalhadores. Os comunicados têm surtido efeito na categoria como, por exemplo, a lei que determina o afastamento de gestantes do trabalho presencial.

RAMO URBANITÁRIO

O ramo urbanitário abrange os segmentos elétrico e de saneamento no estado de São Paulo. Ele está organizado, por meio da Federação Interestadual dos Urbanitários do Sudeste (Fruse-CUT), orgânica à CUT, com 11 sindicatos, 28 mil trabalhadoras e 16 mil associados.

Desde a aprovação da reforma Trabalhista, por meio da lei nº13.467, de 2017, articulada com a decisão liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, do fim da ultratividade de acordos coletivos de 14 de outubro de 2016, os urbanitários também sofrem diversos ataques às conquistas e aos direitos garantidos.

As empresas têm se valido das alterações introduzidas na lei nº13.467/2017, principalmente nas questões de formas de contratação, flexibilização da jornada e banco de horas. Nas campanhas salariais, usam e abusam do risco de perda ou retirada de cláusulas dos acordos. Outra situação que caiu vertiginosamente foi o acesso a ações judiciais, já que a reforma trouxe elementos de risco para o ingresso das mesmas, bem como o fim do acompanhamento sindical das homologações.

No período de retrocessos, consideramos como conquistas a manutenção dos instrumentos de acordos coletivos com pequenas alterações e, principalmente, a manutenção das cláusulas de proteção ao emprego dos trabalhadoras.

Em algumas empresas, conseguimos conquistar no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) cláusulas obrigando a homologação de rescisões com acompanhamento do sindicato. Também garantimos que não se poderá implementar nenhuma situação nova prevista na lei nº13.467/2017, sem negociação com a entidade sindical. Com a adoção do teletrabalho e do trabalho em casa na pandemia, em algumas empresas negociamos termos específicos sobre a temática.

Sempre desenvolvemos ações planejadas, mas, com a pandemia por covid-19 e a necessidade do isolamento social, tivemos que nos capacitar sobre o tema, nos adaptar e também tivemos o desafio de influenciar nas decisões das empresas na adoção das medidas sanitárias, haja vista que nossas atividades – eletricidade e saneamento – foram consideradas serviços essenciais a serem mantidos durante este tempo.

Em muitas empresas, conseguimos estabelecer “Comitês Covid-19”, negociamos e monitoramos as mudanças que se fizeram necessárias como a adoção de máscaras, álcool em gel, tapetes sanitários, afastamento de trabalhadoras de grupo de risco, revezamento de equipes, implantação de atividade em teletrabalho e/ou trabalho em casa.

Apenas uma empresa de energia, a Energisa, utilizou a MP 936, de 2020, de redução de salário e jornada de trabalho. Poucas empresas se utilizaram do diferimento do recolhimento das

contribuições mensais ao FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) previstos na MP 927/2020 e, agora, a MP 1045/2021.

Tem sido um enorme desafio para os sindicatos que atuam no saneamento superar as dificuldades nas campanhas salariais para a reposição salarial, tendo em vista a restrição imposta pela lei complementar 173, de 2020, que trouxe a impossibilidade de conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração dos servidores (as) e empregados (as) públicos.

No período de pandemia, nossos sindicatos fecharam suas sedes e subsedes, os funcionários e dirigentes estão trabalhando em casa, alguns fazem rodízio de dirigentes para atendimento e substituímos reuniões presenciais por videoconferência, pela plataforma Zoom, algo que já adotávamos desde fevereiro de 2018.

Aperfeiçoamos a comunicação com a base por meio do incremento do envio de informações e boletins por aplicativos de mensagens (WhatsApp). Adotamos a realização de reuniões, assembleias informativas e deliberativas de forma virtual e, quando necessário, a votação através de plataforma no site da entidade - e em pouquíssimas empresas de forma presencial -, e também incrementamos a realização de lives temáticas.

Nesse período, fizemos atividades formativas à distância para dirigentes, funcionários dos sindicatos, principalmente os novos dirigentes e representantes sindicais, por meio de plataforma própria desenvolvida no sistema moodle (ambiente virtual livre de apoio à aprendizagem), entre eles o curso sobre covid-19 e o curso de iniciação sindical, alinhados às políticas formativas que vêm sendo indicadas pela Secretaria Nacional de Formação da CUT e difundidas por iniciativas, como o curso para operar a plataforma digital e a criação do núcleo de educadores (as) digitais.

RAMO DO VESTUÁRIO

Destacamos, inicialmente, a queda das receitas oriundas de contribuições assistenciais e o enfraquecimento dos sindicatos: muitos alugaram partes de suas sedes; outros mudaram para locais menores e reduziram o quadro de dirigentes licenciados, bem como de assessores e demais funcionários, restringindo a ação sindical.

Nas fábricas, sofremos com a imposição de bancos de horas e rescisões de contrato, que sempre dão margem para manobras, como a da devolução dos 40% do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). Sofremos muito com as medidas provisórias de suspensão e redução da jornada de trabalho e de salários: o índice de adesão à suspensão de contratos foi altíssimo no ramo, ocasionando perdas de direitos e muitas demissões.

Praticamente não houve avanços, pois foi um período defensivo pela manutenção das conquistas das Convenções Coletivas de Trabalho, das quais conseguimos manter praticamente todas as conquistas e garantimos a reposição das perdas salariais integralmente nos seguidos anos de defensiva.

A falta de estrutura, de condições financeiras e de pessoal pesou sobremaneira.

Tivemos experiências de participar em estruturas solidárias que garantiram, de certa maneira, sobrevida ao enfrentamento da conjuntura. A prática de debates temáticos online foi muito importante, também, garantindo acesso a todos.

A utilização de mídias sociais para alcançar a categoria foi fundamental; as assembleias virtuais foram muito importantes, bem como as linhas de transmissões de informações aos trabalhadores e trabalhadoras por meio do WhatsApp e do Facebook.

Plano de Lutas Estadual

Apresentamos aqui as estratégias de luta para o próximo período da gestão da CUT-SP de 2019 a 2023.

1. Dar continuidade às lutas contra todas as leis, medidas e reformas que visem à retirada de direitos e à precarização do trabalho e das relações de trabalho, sejam de iniciativa dos governos federal, estadual e municipais;
2. Apresentar e defender um projeto de industrialização e desenvolvimento sustentável no estado, visando gerar emprego decente e renda – criar uma plataforma dos trabalhadores (as) aos candidatos e candidatas ao governo do estado de São Paulo;
3. Lutar em defesa do poder de compra dos salários, pela recuperação do poder de compra do salário mínimo estadual e a valorização dos salários de aposentados e pensionistas;
4. Lutar em defesa da saúde e segurança do trabalhador e da trabalhadora, fortalecendo as Normas Regulamentadoras (Nrs), e pelo reconhecimento das CATS de trabalhadores e trabalhadoras que foram acometidos pela covid-19 e em defesa do meio ambiente;
5. Fortalecer a aliança com a Frente Brasil Popular, Povo sem Medo e a Coalizão Negra por
6. Direitos, procurando estabelecer unidade de ação;
7. Lutar pela universalização do direito à seguridade social;
8. Lutar contra o assédio moral, sexual, capacitismo, racismo, LGBTQIA+fobia e toda forma de preconceito nos locais de trabalho e na sociedade;
9. Lutar pela manutenção e o cumprimento da Lei 8.213/91, a chamada Lei de Cotas, que estabelece a reserva de vagas para pessoas com deficiência;
10. Lutar para reduzir o impacto dos impostos sobre a remuneração do trabalho e pela taxaço das grandes fortunas;
11. Lutar em defesa dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras em home office;
12. Lutar pela ratificação da convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que proíbe o instrumento da demissão imotivada;
13. Orientar os sindicatos para que promovam as adequações necessárias em seus cadastros a fim de atender as exigências da Lei de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018; m) Defender o SUS (Sistema Único de Saúde);
14. Participar das ações pelo “Fora Bolsonaro” e em defesa das eleições democráticas de 2022;
15. Lutar em prol da quebra de patentes com relação às vacinas de covid-19 e defender a produção de insumos pela indústria brasileira;
16. Lutar contra a privatização e o desmonte do sistema Petrobrás, Eletrobrás, Caixa Econômica
17. Federal e Banco do Brasil etc.;
18. Participar e incentivar de campanhas pela valorização da vida, pela arrecadação de alimentos e por moradia digna;

19. Lutar pelo fim da criminalização da atividade sindical (multas, interditos proibitórios, demissões de dirigentes e demais representantes de trabalhadores e trabalhadoras etc.);
20. Fortalecer a Frente Única Estadual contra a PEC 32/2020, participando dos encaminhamentos e das atividades aprovadas em suas plenárias;
21. Medida Provisória 1045/2021, considerada como minireforma trabalhista, voltada para jovens, informais e beneficiários do programa social. Colocada como reedição da MP 936/2020, vem recheada de “jabutis” advindos do projeto de Bolsonaro da Carteira Verde e Amarela. O governo federal reedita essa MP onde estabelece categorias diferenciadas sem direitos, criando o subemprego. Os trabalhadores e trabalhadoras são contratados (as) em alguns casos recebendo no máximo um abono de R\$ 550 por mês, contribuindo como autônomo para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A proposta, entre outros pontos, flexibiliza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) sobre fiscalização trabalhista, restringe acesso à justiça trabalhista e altera a jornada de trabalho. A CUT-SP, os ramos e os sindicatos filiados deverão fazer uma ampla campanha de informação aos trabalhadores e trabalhadoras sobre as mazelas que essa medida provisória impõe. Propõe-se que as categorias em suas campanhas salariais coloquem em suas convenções coletivas cláusulas de barreiras a esta Medida Provisória, façam ações organizativas e de luta nas bases dos sindicatos, além de uma ampla pressão aos parlamentares no Congresso Nacional com os deputados federais e no Senado Federal, no sentido de rejeitar essa proposta.
22. Fortalecer as atividades contra a PEC 32/2020, que retira os direitos do funcionalismo público;
23. Eleger candidatos para os parlamentos que tenham identidade com a classe trabalhadora;
24. A CUT-SP, através de seus sindicatos, deve se posicionar contra as bonificações salariais nas esferas municipal e estadual, sempre em busca de um reajuste salarial;
25. A CUT-SP deve fortalecer e discutir em sua base os protocolos e garantias de condições da volta presencial ao trabalho, principalmente no ramo da educação;
26. Dialogar com a juventude, que está em disputa com outras correntes ideológicas, principalmente nas periferias;
27. Organizar permanentemente os locais de trabalho para realização de greves gerais frente ao governo fascista;
28. Intensificar a luta, através de nossa rede de comunicação, contra a grande mídia e as fakes news, estas últimas, em grande parte, distribuídas pelo governo fascista.

Plano de Lutas da CUT Nacional aprovado na 16ª Plenária Estadual “João Felício” da CUT-SP

A 16ª Plenária Nacional da CUT assume os eixos da estratégia e seu desdobramento em diretrizes de ação como parte do seu Plano de Lutas para o próximo período, bem como o Plano de Transição para a organização sindical. Como ponto de partida para o debate da 16ª Plenária Nacional da CUT, apresentamos as lutas prioritárias definidas pela Direção Nacional da CUT em dezembro de 2020:

- a. Vacinas para todos já! Em defesa do SUS e suas políticas de saúde, do ensino e pesquisa brasileira. É preciso quebrar patentes e investir recursos para testagem e vacinação em massa!
- b. Nenhuma demissão! Por mais e melhores empregos, é preciso garantir e recuperar os direitos trabalhistas e apontar em direção a um projeto de desenvolvimento que favoreça a indústria, a produção nacional, a defesa do meio ambiente e a inclusão social.
- c. Defesa da indústria, com ações pela retomada do desenvolvimento industrial e tecnológico e pelo fortalecimento da organização setorial, visando a gerar e preservar empregos e participar da construção de um modelo de reindustrialização, garantindo a preservação do meio ambiente, sob a ótica das trabalhadoras e dos trabalhadores.
- d. Contra a fome e a miséria, auxílio emergencial de R\$600 até o fim da pandemia para todos que precisam e renovação dos programas de proteção do emprego e da renda, pela retomada das políticas de incentivo à agricultura familiar e à produção de alimentos, pela formação de estoques públicos e pela redução do preço dos alimentos.
- e. Em defesa das estatais e dos serviços públicos. Contra as privatizações, a reforma administrativa e o teto de gastos.
- f. Racistas e machistas não passarão! Pela sustentabilidade da vida da população negra e das mulheres. Contra a violência racial e de gênero, por autonomia das mulheres e reparação histórica ao povo negro.
- g. Nenhum direito a menos! Unificar as campanhas salariais, em defesa dos empregos e das conquistas da classe trabalhadora.
- h. Lula livre! A luta continua até que todos os processos contra o ex-presidente sejam arquivados. Por justiça e democracia para todos e para Lula!
- i. Em defesa do meio ambiente! Resistiremos, junto aos povos do campo, das florestas e das águas, à destruição das políticas ambientais e de promoção da produção sustentável. Defendemos uma transição ecológica justa e democrática com valorização e proteção dos trabalhadores do campo e da cidade.
- j. Defesa da Amazônia, da reforma agrária e da segurança alimentar. Defenderemos um projeto de desenvolvimento sustentável, destacando a Amazônia, onde bioeconomia, terra, água e energia como bens coletivos ganham relevância, assim como a luta contra a contaminação por agrotóxicos e sua indiscriminada liberação e pela soberania e segurança alimentar.

ESTRATÉGIA

Encaminhada para a 16ª Plenária Nacional da CUT

Propostas de Emendas do Coletivo Nacional de Mulheres ao Texto Base da 16ª Plenária Nacional da CUT

ASSÉDIO

A CUT reafirma seu compromisso em garantir que seus espaços e ambientes sejam livres de violência e assédio. Para isso, a Central aprovou em dezembro de 2020, protocolo de combate ao assédio moral e sexual em suas instâncias. O objetivo central é sensibilizar o conjunto das direções de suas instâncias sobre o tema e o que ele provoca, além de definir pela construção de mecanismos e instrumentos que coíbam tal prática, ao mesmo tempo em que aponta para a necessidade de criar espaços para o acolhimento as vítimas.

O combate à prática do assédio, seja no ambiente de trabalho, seja nos ambientes internos da CUT, é um desafio de todos e todas. Neste sentido, convidamos todas as instâncias da Central, estaduais e ramos e sindicatos filiados a desenvolverem esforços no próximo período, para a definição de políticas de combate ao assédio em seus ambientes – interno e externo e a construção de mecanismos com este fim.

Alguns passos podem nos ajudar nesse processo educativo. Passo um, sensibilização de todos e todas sobre o assédio e seus efeitos. Passo dois, definir ações com vista a inibir o assédio. Passo três, criar mecanismos e instrumentos internos de combate e de acolhimento. Quarto passo, inclusão nas pautas de negociações. Por fim, não existe democracia num contexto de violência e exclusão.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Que sindicato as mulheres querem? As mulheres da CUT são precursoras no debate e na construção de políticas para as trabalhadoras no ambiente sindical. Não por acaso, conseguimos ampliar, mesmo que ainda aquém do necessário, a nossa participação nos espaços públicos e na sociedade de uma forma geral, o que nos tornou referência. Com as mudanças no mundo do trabalho, desemprego, informalidade, subemprego, precarização, fatores que vulnerabilizam as mulheres, de forma especial as negras, as afasta ainda mais da participação e representação sindical.

Além disso, os sindicatos são pouco ou nada atrativos para este segmento social. A dupla jornada que nos toma o tempo para vivências, o machismo que persiste e dá o norte nos espaços, a falta de inclusão de pautas importantes que têm a ver com a vida das mulheres, somadas a falta de vontade política, termina por nos excluir e transformar o sindicato cada vez mais fechado, menos diverso, ou seja, menos representativo da classe trabalhadora.

Mas afinal, que sindicato queremos? Queremos um sindicato em que nos sintamos pertencentes. Para isso é necessário que o sindicato tenha a nossa cara, seja diverso, esteja aberto a construção coletiva e a escuta das nossas demandas, seja acolhedor. O sindicato precisa nos ver e nos enxergar como iguais.

PARIDADE DE GÊNERO

Desde que a paridade para a composição das direções da CUT se tornou obrigatória, a batalha para o

entendimento de que a paridade não é apenas uma medida numérica de 50%, mas sim o reconhecimento de que vivemos em uma sociedade desigual, excludente e violenta, na qual as mulheres são silenciadas, violentadas e segregadas das escolhas e tomadas de decisão em casa, no trabalho e na política.

Esse reconhecimento pelo campo progressista deve vir acompanhado do compromisso de desconstrução dessa realidade social que estrutura as relações de gênero no Brasil. Esse compromisso deve ser também da CUT, ramos e sindicatos. Nesse sentido não basta apenas preencher as “cotas” de gênero, é preciso criar mecanismos formativos, de incentivo e posição de confiança para que as mulheres que compõem as direções das estaduais e nacional da CUT sejam efetivamente protagonistas na entidade em suas tomadas de decisão.

A realidade da maioria dos sindicatos no Brasil, ainda passa longe, não apenas da paridade nas direções, como não existem programas consistentes de formação e incentivo específico para a participação das mulheres na base e na direção, assim como em outras pastas (juventude, diversidade, etc). Fortalecer a participação das mulheres é urgente e necessário para mudança da atual realidade da sociedade brasileira, mas, também é uma necessidade para as negociações coletivas, construção das pautas e calendários de lutas da CUT e de suas filiadas.

Sendo assim, é preciso que a Central Única das Trabalhadoras e Trabalhadores coloque em prática um programa específico de formação e incentivo a participação das mulheres nas entidades de base, de forma imediata, para que no próximo congresso a paridade não seja uma realidade tão distante da base da CUT. A CUT deve, ainda, organizar processo de formação continuada, voltada para as direções, sobre a importância da paridade nos espaços de decisão de composição dos sindicatos.

Entendemos que para mudar a realidade precisamos de mecanismos concretos que garantam a inserção das mulheres nos espaços de poder do movimento sindical. Só sairemos do uso de clichês, como a alegação de que as mulheres não querem ou não são capazes de ser dirigentes sindicais, se garantirmos a igualdade de condições entre mulheres e homens.

EMENDA Nº 8 - SUPRESSIVA/SUBSTITUTIVA: BIOECONOMIA

Localização: Parágrafo 111J - Página 28 – DO CADERNO DE TEXTO DA CUT NACIONAL

Texto original / Texto suprimido / Texto da Emenda

111. A 16ª Plenária Nacional da CUT assume os eixos da estratégia e seu desdobramento em diretrizes de ação como parte do seu Plano de Lutas para o próximo período, bem como o Plano de Transição para a organização sindical e aponta as seguintes lutas prioritárias para o próximo período.

a. (...)

j. Defesa da Amazônia, da reforma agrária e da segurança alimentar. Defenderemos um projeto de desenvolvimento sustentável, destacando a Amazônia, onde, terra, água e energia como bens coletivos ganham relevância, assim como a luta contra o uso de agrotóxicos e sua indiscriminada liberação e pela soberania e segurança alimentar.

Justificativa: Devido às complexidades envolvidas nos debates sobre a bioeconomia, principalmente ligados à implementação de instrumentos que mercantilizam a natureza, ressaltamos a necessidade de realizar debates que permitam elaborar uma proposta da CUT sobre alternativas econômicas para os povos das águas e das florestas.

EMENDA Nº 7 - ADITIVA: AÇÃO SINDICAL NO TERRITÓRIO

Localização: Parágrafo 81 - Página 23

Texto original / Texto da emenda

81. Apresentamos à apreciação da 16ª Plenária as seguintes propostas:

a. (...)

- e. A ação sindical no território tem por objetivo integrar as reivindicações e as lutas da classe trabalhadora no trabalho e na sociedade por melhor qualidade de vida. No território a organização e a luta por salários e direitos trabalhistas avança para outros campos como saúde pública, moradia, mobilidade, creches, educação, segurança, na forma de políticas públicas.
- f. Cabe à CUT a iniciativa com o apoio dos sindicatos. Dessa forma, em cada estado as CUT's estaduais irão mapear as potencialidades e articulação com os movimentos sociais e de acordo com a realidade de cada região, recuperar as experiências das frentes e estruturá-las nos territórios a partir de uma agenda mais totalizante, mobilizar as ações nos territórios em torno dos interesses da comunidade;
- g. Tendo o território como referência a CUT pode articular os sindicatos locais para fortalecer sua organização unificando estruturas como comunicação, jurídico e formação, em um único espaço. Trata-se de um processo em construção, portanto, em um primeiro momento unificar parte da estrutura e dos serviços oferecidos à categoria contribui para otimizar recursos e fortalecer a luta e daí vai-se incorporando de maneira gradual outras iniciativas, movimentos, entidades;

Justificativa: Buscamos a organização dos trabalhadores em luta por direitos no território, em diálogo com as organizações que atuam em torno desse mesmo objetivo. Não estamos restritos à uma pauta trabalhista e o sucesso da ação no território depende da capacidade da CUT acolher as lutas do território por políticas públicas. A iniciativa da ação territorial deve ser da CUT com o apoio dos sindicatos. E ela pode ser também mecanismo para estimular a unificação dos sindicatos que atuam num mesmo território.

EMENDA Nº 6 - ADITIVA: A ORGANIZAÇÃO DOS SINDICATOS

Localização: Parágrafo 66 - Página 20

Texto original / Texto da emenda

66. Levando em conta essas considerações, propomos à deliberação da 16a Plenária Nacional da CUT:

a. (...)

- g. Estimular os processos de unificação entre os sindicatos, considerando que as experiências mais bem sucedidas indicam que é possível pensar diferentes formas e não apenas por meio da fusão de entidades, é possível compartilhar estruturas comuns, a exemplo da área de comunicação, atividades formativas, secretarias, coletivos; a participação conjunta nas mesas de negociação, na preparação e elaboração de pautas, intervenção conjunta em temas da ação sindical e plano de lutas. Essas experiências podem evoluir para processos de unificação mais efetivos.
- h. Incorporar mecanismos coletivos e de forma permanente que contribuam para a maior democratização dos espaços sindicais; estabelecer metas para que os sindicatos viabilizem formas autônomas de sustentação financeira; de renovação de suas direções por meio da inclusão de cotas para mulheres, jovens e negros/as nas suas direções; metas de sindicalização; criar espaços para a integração dos/as trabalhadores/as por meio dos coletivos, secretarias, congressos regulares. É importante que essas iniciativas sejam incorporadas aos estatutos e façam parte de um modo cutista de organizar a classe. Além disso, é necessário avançar em outros aspectos como diretoria colegiada, duração de mandato, entre outros.
- i. Seguir apoiando e estimulando as mudanças estatutárias das entidades sindicais com o objetivo de ampliar a representação sindical para todos os trabalhadores/as do ramo de atividade, independente da forma de contratação.

Justificativa: A unificação entre os sindicatos deve ser um objetivo da CUT. A Central deve ter papel ativo nesse processo estimulando e apoiando entidades e ramos na experimentação das diversas formas possíveis de unificação de lutas e estruturas. A luta por democracia sindical está no DNA da CUT e permanece sendo um desafio para as entidades sindicais. A democracia mantém a vitalidade dos sindicatos e a sua sintonia com a própria base, ela faz crescer nossa organização e a força das nossas lutas, deve ser valorizada e aprimorada permanentemente conforme as sugestões que apresentamos na emenda. A insistência num modelo de liberdade e autonomia passa pela luta pelo direito de representar todos os trabalhadores/as do ramo. Os estatutos sindicais são mais uma arena dessa batalha.

EMENDA Nº 5 - ADITIVA: ATUALIZAR A POLÍTICA PARA ATUALIZAR A ORGANIZAÇÃO

Localização: Parágrafo 56, Página 18

Texto original / Texto da emenda

56. É momento de ousar a transição para uma nova forma de organizar e de representar o conjunto das/os trabalhadoras/es, partindo do que temos, preservando nossos princípios e valores (liberdade e autonomia sindical, democracia e independência em relação ao Estado e aos patrões) - um sindicalismo classista e de massa, cuja representatividade seja resultado de uma forma de organização decidida por trabalhadoras e trabalhadores, buscando fortalecer e ampliar os processos de negociação coletiva e a superação dos limites do corporativismo, com políticas baseadas na solidariedade e nas demandas universais da classe trabalhadora, tais como:

- a. Universalizar o acesso a direitos independentemente da condição de trabalho, precisamos ser capazes de formular alternativas de políticas de proteção social aos trabalhadores/as, essas políticas precisam ser de caráter mais universal, como direito de cidadania e independente de sua condição de formalização.
- b. Enfrentar o desemprego estrutural, por meio de políticas de Estado, ou seja, gerar trabalhos que sejam reconhecidos como relevantes socialmente para o coletivo da comunidade e não fiquem restritos aos circuitos mercantis de acumulação capitalista. Para tanto, é essencial retomar lutas históricas como a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários e, assim, ampliar a oportunidade para mais empregos frente ao excedente estrutural de força de trabalho que é crescente desde 2015, a retomada econômica por si só não incidirá de maneira significativa sobre esse déficit. O debate sobre a redução da jornada de trabalho, além de abrir a perspectiva de gerar mais postos de trabalho, permite recolocar o debate sobre o controle do tempo do trabalho e do não trabalho e a própria organização da vida em sociedade. É uma luta pela distribuição da riqueza gerada no processo de acumulação capitalista.
- c. Articular os direitos trabalhistas com o combate a todas as formas históricas de exclusão e discriminação pela condição de gênero e/ou de raça e orientação sexual. Essas formas de opressão estão ancoradas na estrutura da sociedade capitalista de modo que não podem ser negligenciadas ou rotuladas como lutas identitárias, uma vez que estão profundamente entrelaçadas com a luta social e pelos direitos.
- d. Assegurar que todas as pessoas em condições vulneráveis tenham acesso a uma renda básica mínima articulada com a proposta de criação de ocupações que atendam às necessidades coletivas que contribuam para o bem-estar da sociedade.
- e. Garantir a retomada da política de valorização do salário mínimo, assegurando a todas as pessoas o acesso a um salário mínimo independentemente de sua forma de inserção.
- f. Um projeto de desenvolvimento econômico que assegure empregos a todas as pessoas que desejam trabalhar ao mesmo tempo que se deve reconectar com um projeto de desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável e uma política industrial integrada às demandas da sociedade.

Justificativa: Qualquer projeto organizativo precisa ser assentado sobre um projeto político. Qual o projeto político de unidade da classe trabalhadora? O direito ao trabalho e o direito a ter direitos são bases fundamentais e universais para uma unidade de classe. Propomos com essa emenda uma agenda política mínima universal de luta por direitos para o conjunto da classe trabalhadora. Não basta combater retrocessos é preciso projetar o futuro. O pesadelo mobiliza, mas é o sonho que organiza.

EMENDA Nº 4 - SUBSTITUTIVA: O DESAFIO É ORGANIZATIVO, MAS TAMBÉM É POLÍTICO

Localização: Estratégia da CUT, Eixo 4, Parágrafo 49 - Página 17

Texto da emenda

49. A atualização e a reorganização do projeto organizativo cutista deve se pautar por dois movimentos simultâneos e articulados:

- a. implementação de mudanças organizativas que dependam exclusivamente da vontade soberana de trabalhadoras/es e a luta institucional visando à aprovação de propostas que favoreçam e fortaleçam a livre organização sindical e impeçam a aprovação de projetos de lei contrários aos interesses da classe trabalhadora;
- b. a consolidação de uma agenda política classista convergente com os interesses imediatos dos/as trabalhadores/as como pré-condição para qualquer projeto organizativo que pretenda representar o conjunto da classe trabalhadora.

Justificativa: Como diz o ditado “o mar não está pra peixe”. O Congresso Nacional é, desde 2015, uma usina de ataque aos direitos dos trabalhadores (terceirização irrestrita, reforma trabalhista, teto de gastos, fim do ministério do trabalho, reforma da previdência, carteira verde-amarela e mais recentemente a aprovação na Câmara de três projetos de contratação para jovens de 18 a 29 anos no setor público e privado que reduz direitos e custos para os empregadores, entre outras medidas). A luta institucional por mudanças qualitativas favoráveis aos trabalhadores no que diz respeito ao direito à liberdade de organização sindical permanece em nosso horizonte. Contudo, não podemos alimentar ilusões que esse congresso possa produzir sínteses favoráveis aos trabalhadores e tão pouco priorizar nossas energias ilimitadas para essas batalhas.

Por outro lado, toda a discussão da CUT sobre a necessidade de atualizar seu projeto organizativo diz respeito ao fato de a estrutura sindical atual representar um contingente cada vez menor de trabalhadores/as. Se almejamos a representação da diversidade classe trabalhadora precisamos, em primeiro lugar, antes de qualquer modelo de organização empunhar as bandeiras de luta capazes de unificar essa diversidade da classe. É preciso uma agenda política com essa característica e objetivo: qual a proposta da CUT para enfrentar o problema da falta de trabalho? É preciso recuperar bandeiras de luta como a redução da jornada sem redução do salário, a política de valorização do salário-mínimo e o enfrentamento ao desemprego e a carestia. Mas é preciso também lançar novas bandeiras de luta como a defesa da universalização do acesso aos direitos e de que nenhum trabalhador possa receber menos que o salário-mínimo, independente da forma de contratação, a luta por uma renda básica permanente e a compreensão definitiva de que lutar contra todas as formas de opressão é uma luta classista contra o capitalismo.

EMENDA Nº 3 - SUBSTITUTIVA: REVOGAR AS MEDIDAS ANTIPOPULARES

Localização: Estratégia da CUT, Eixo 2, Parágrafo 32 - Página 14

Texto da emenda

32. Os retrocessos impostos à legislação trabalhista e previdenciária e o programa econômico de austeridade e destruição dos serviços públicos são anteriores à crise sanitária, mas foram eles que criaram as condições para que, em meio à crise da covid-19, tivéssemos a aceleração do processo de

precarização do trabalho e exclusão social que atinge com mais intensidade as mulheres e a população negra. Portanto, é tarefa estratégica da CUT exigir e lutar pela imediata revogação de todas as medidas antipopulares do governo Temer e Bolsonaro e para que todas as formas de discriminação sejam eliminadas.

Justificativa: Frente a um cenário de ataque permanente à classe trabalhadora a CUT não pode resumir sua estratégia apenas à resistência a cada novo ataque e perda de direitos. Precisamos empunhar bandeiras e desenvolver lutas pela reversão dos retrocessos impostos à classe trabalhadora, desde o golpe de 2016. Essa é a melhor maneira de dialogarmos com a classe trabalhadora e a sociedade, denunciarmos a responsabilidade da classe dominante sobre o agravamento da situação de precariedade, desemprego e fome que assola o povo brasileiro. É pela reversão dos ataques a classe trabalhadora que reabriremos o caminho para as propostas e projetos que avancem na promoção e proteção efetiva do trabalho no Brasil e na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Essa tarefa não pode ser transferida para um futuro governo é nossa obrigação fazer a disputa pela revogação dessas medidas desde já.

EMENDA Nº 2 - ADITIVA: REVOGAR AS MEDIDAS DE AJUSTE FISCAL

Localização: Estratégia da CUT, Eixo 1, Parágrafo 30.a - Página 13

Texto da emenda

30. Conter a pandemia, parar as mortes e construir o caminho de saída dessa crise passa pelas seguintes lutas estratégicas:

- a. A defesa intransigente do Sistema Único de Saúde (SUS), universal e totalmente público, integral e de qualidade. Para isso, é essencial revogar as medidas de ajustes fiscal como o teto de gastos (EC 95) e dar fim aos, cortes no orçamento da saúde que, este ano, tem menos R\$ 25 bilhões em relação a 2020. O acesso à saúde é, muitas vezes, a diferença entre viver ou morrer. Defender o SUS é defender o direito humano à vida.

Justificativa: O “desfinanciamento” do SUS vem se agravando desde a entrada em vigor da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos (EC 95). Ano após ano a área da saúde vem perdendo recursos orçamentários vitais para as políticas de saúde. Nem a pandemia reverteu esse cenário. A luta pelo fim da política de austeridade tem de estar no centro da estratégia da CUT, pois sem ela os recursos das políticas sociais fundamentais para os trabalhadores seguirão sendo drenados em favor do rentismo e da burguesia.

EMENDA Nº 1 - ADITIVA: HOME OFFICE E PERDA DE DIREITOS

Localização: Estratégia da CUT, Eixo 1, Parágrafo 26 - Página 12

Texto da emenda

26. Da mesma forma, o aumento do trabalho em regime home office expõe a classe trabalhadora a maiores riscos psicossociais, com o surgimento de depressão, ansiedade, suicídio e/ou comportamento suicida, e isso exige políticas públicas com medidas de saúde e segurança para o não adoecimento da classe trabalhadora relacionado aos fatores psicossociais. Além disso, expõe a classe trabalhadora a jornadas mais longas sem controle, sem reconhecimento das horas extraordinárias, elimina intervalos de descanso, pausas e ameaça retirar direitos conquistados na convenção coletiva de trabalho.

Justificativa: A intensificação do trabalho remoto ou home office a partir da pandemia abre um novo caminho para ampliar a exploração dos trabalhadores. Além da ampliação dos riscos à saúde física e mental, esse modelo tem significado aumentos de jornada, eliminação de intervalos e horas extras e perda de direitos conquistados em convenção coletiva. Precisamos reforçar a ideia de que os instrumentos coletivos não podem ser utilizados como meios para legitimar a perda de direitos.

• Considerando que experiências recentes acabaram conduzindo oposições sindicais CUTistas para compor de forma minoritária, direções de sindicatos não filiados a CUT mas filiados a outras centrais, essas oposições por fazerem parte de direção de sindicato não possibilita a participação em plenárias estatutárias e congresso da CUT propomos que esses grupos CUTistas que participam mesmo que de forma minoritária de direções de sindicatos não filiados a CUT e ou filiados a outras centrais poderão participar de plenárias estatutárias, ou congresso com delegação na mesma proporção que fazem parte das direções do sindicato.

• Considerando que algumas categorias de trabalhadores se constituem em trabalhadores precarizados, e que mesmo que a categoria tenha um número expressivo de trabalhadores e a possibilidade de financiamento sindical é muito pequena por tanto o sindicato tem uma arrecadação extremamente pequena, acarretando cada vez mais a inadimplência desses sindicatos dentro da CUT. Considerando a importância desses sindicatos participarem da vida e debate cotidiano da central única dos trabalhadores, como, por exemplo: Sindicato de agricultura familiar, sindicato de empregadas domésticas, sindicatos de vendedores ambulantes, etc. A central única dos trabalhadores realizará um estudo a ser apresentado no próximo congresso com vistas a instituir uma equidade de tratamento entre as várias Entidades sindicais onde se leva em consideração entidade que tem minimamente a possibilidade de se autofinanciar e custear também o financiamento da CUT e entidades que tem uma capacidade reduzida de autofinanciamento e por tanto dificuldade de custeio da estrutura sindical superior.

Emendas CSD - Apresentação

Companheiras e companheiros,

Compartilhamos com vocês as propostas de Emendas da CSD - CUT Socialista e Democrática ao texto-base da 16ª Plenária Estatutária da CUT - João Felício e Kjeld Jacobsen que inicia hoje, 12 de agosto, a etapa das Plenárias estaduais.

Estas emendas são resultado da sistematização dos debates elaborados pela CSD na sua Coordenação Nacional, no GT de Elaboração e na Plenária Nacional realizada no dia 10 de julho. O principal objetivo da plenária e da nossa discussão é apontar os caminhos frente aos desafios impostos à organização da classe trabalhadora.

Destacamos que os textos apresentados na sua maioria têm o caráter de “Emenda aditiva”, buscando contribuir com o aprofundamento de questões já colocadas no documento original, do qual participamos da elaboração.

Indicamos em cada uma das emendas sua localização no texto-base, assim como um texto de justificativa para apoiar a sua argumentação.

Saudações Socialistas e Democráticas,

Coordenação Nacional da CSD na CUT Brasil.

Links de apoio

Caderno de Emendas da CSD - CUT Socialista e Democrática (este documento)

GoogleDocs:

<https://bit.ly/emendascsd16plencutPDF>: <https://bit.ly/3jYUZXI>

• Texto-base 16ª Plenária Estatutária da CUT - João Felício e Kjeld Jacobsen

<https://bit.ly/3AzDTpV>

Contribuição da CSD à 16ª Plenária Nacional da CUT

<https://bit.ly/3iHUmCe>

· Guia de Orientação para Plenária

<https://bit.ly/3D1E9Qj>

· Emendas das Mulheres da CUT (Apoiadas pela CSD)

<https://bit.ly/3ilNJj6>

Sumário

[Apresentação](#)

[Links de apoio](#)

[EMENDA Nº 1 - ADITIVA: HOME OFFICE E PERDA DE DIREITOS¹](#)

[EMENDA Nº 2 - ADITIVA: REVOGARAS MEDIDAS DE AJUSTE FISCAL²](#)

[EMENDA Nº 3 - SUBSTITUTIVA: REVOGARAS MEDIDAS ANTIPOPULARES³](#)

[EMENDA Nº 4 - SUBSTITUTIVA: O DESAFIO É ORGANIZATIVO, MAS TAMBÉM É POLÍTICO⁴](#)

[EMENDA Nº 5 - ADITIVA: ATUALIZAR A POLÍTICA PARA ATUALIZAR A ORGANIZAÇÃO⁵](#)

[EMENDA Nº 6 - ADITIVA: A ORGANIZAÇÃO DOS SINDICATOS⁶](#)

[EMENDA Nº 7 - ADITIVA: AÇÃO SINDICAL NO TERRITÓRIO⁷](#)

[EMENDA Nº 7 - ADITIVA: ECONOMIA FEMINISTA⁸](#)

[EMENDA Nº 8 - SUPRESSIVA/SUBSTITUTIVA: BIOECONOMIA⁹](#)

[EMENDA Nº 9 - ADITIVA: PLANO DE LUTAS¹⁰](#)

Votadas em Bloco

Emenda aditiva: entre pontos 67 e 68: O sindicato não é um fim em si mesmo, mas um instrumento a serviço da luta de classe contra o capital e seus representantes. Um sindicato independente dos patrões e governos, autônomo diante dos partidos políticos e credos religiosos, que associa todo trabalhador seja qual for seu sexo, etnia, nacionalidade, só poderá sobreviver com a adesão consciente e voluntária da base que pretenda representar.

1

<https://docs.google.com/document/d/1rXxpUxoqjIM8lhFgS3QrY2M2OvU3YQrM1wJsNIY9F5l/edit#heading=h.wad1fui910s>

2

<https://docs.google.com/document/d/1rXxpUxoqjIM8lhFgS3QrY2M2OvU3YQrM1wJsNIY9F5l/edit#heading=h.vubx63jvpm9y>

3

<https://docs.google.com/document/d/1rXxpUxoqjIM8lhFgS3QrY2M2OvU3YQrM1wJsNIY9F5l/edit#heading=h.xhsaox92lgt>

4

<https://docs.google.com/document/d/1rXxpUxoqjIM8lhFgS3QrY2M2OvU3YQrM1wJsNIY9F5l/edit#heading=h.8zwwkocx52pl4>

5

<https://docs.google.com/document/d/1rXxpUxoqjIM8lhFgS3QrY2M2OvU3YQrM1wJsNIY9F5l/edit#heading=h.rgnh6gwrrd5>

6

<https://docs.google.com/document/d/1rXxpUxoqjIM8lhFgS3QrY2M2OvU3YQrM1wJsNIY9F5l/edit#heading=h.44asdh8uoigk>

7

<https://docs.google.com/document/d/1rXxpUxoqjIM8lhFgS3QrY2M2OvU3YQrM1wJsNIY9F5l/edit#heading=h.6ojzddw6vuld>

8

<https://docs.google.com/document/d/1rXxpUxoqjIM8lhFgS3QrY2M2OvU3YQrM1wJsNIY9F5l/edit#heading=h.bhmej7ssyxwt>

9

<https://docs.google.com/document/d/1rXxpUxoqjIM8lhFgS3QrY2M2OvU3YQrM1wJsNIY9F5l/edit#heading=h.784xkweedwlg>

10

<https://docs.google.com/document/d/1rXxpUxoqjIM8lhFgS3QrY2M2OvU3YQrM1wJsNIY9F5l/edit#heading=h.cdyrcjrx6jj>

Emenda aditiva: ponto 76 B: - É preciso que o sindicato busque representar todos os trabalhadores de um ramo ou atividade laboral onde está presente, associando terceirizados, temporários e outros que convivem no mesmo local de trabalho ou setor, sempre com o objetivo de equiparar as condições de trabalho àquela do trabalhador formalizado (carteira), lutando por empregos com direitos assegurados para todos, pois não queremos eternizar o trabalho precário.

Emenda aditiva: ponto 78. Nos “territórios”, sub-sedes de sindicatos ou da CUT não se dissolvem em movimentos”, mas se articulam com associações de moradores, movimentos populares nas lutas comuns, pois o sindicato é uma das formas, não a única, de organização dos trabalhadores (há partidos, movimentos e outras entidades que devem ser respeitadas).

Emenda aditiva no ponto 84 cria letra D: A 16ª Plenária CUT, chamada a discutir a reorganização sindical, neste sentido a CUT deve decidir a sua própria estrutura e normas de ação sindical (auto-regulação), sem subordinar-se nem à PEC 196, sujeita a chuvas e trovoadas no Congresso atual, nem tampouco à regulação e fiscalização por organismos externos à CUT. Por isso somos contrários a que um fórum de centrais sindicais substitua o antigo papel do Ministério do Trabalho de disciplinar a ação sindical

Emenda aditiva criando ponto 85: A CUT filia entidades coletivas. Nada justifica a filiação individual. Os terceirizados e precarizados de um ramo de atividade – inclusive no setor público - podem e devem ser incorporados ao sindicato deste ramo ou setor. Tanto os trabalhadores informais como os “uberizados” podem organizar-se coletivamente e filiar-se à CUT. Devemos apoiar a livre organização sindical, respeitando as tradições existentes e avançando na fusão de sindicatos afins.

Emenda aditiva ao final do ponto 98: O sindicalismo brasileiro vive uma crise de organização e representação, acentuada pela “reforma trabalhista” de Temer e o fim do imposto sindical. A CUT, que nasceu contra a unicidade e imposto sindical, com o passar do tempo adaptou-se ao modelo oficial e hoje também é afetada por essa crise. Para superá-la é preciso “amassar o barro” para sindicalizar os trabalhadores representados pelos sindicatos - sem distinção de sexo, religião, nacionalidade ou posição político-ideológica - a classe trabalhadora. A estrutura sindical deve ser autofinanciada desde o sindicato de base (que cotiza com a central). Ao filiar-se à CUT, o sindicato contará com a solidariedade e o apoio político e material de outros sindicatos e da própria central.

Secretaria da Cultura

No seu 12º Congresso Nacional, a CUT criou a Secretaria Nacional de Cultura, com a compreensão da importância dessa política no contexto da hegemonia neoliberal que se sustenta nos antivalores da competitividade, do individualismo e da meritocracia, os quais atentam contra os princípios fundantes da nossa identidade de classe, tais como os da solidariedade e da sociabilidade a partir da ação coletiva, desde os locais de trabalho.

Para a CUT a cultura não é evento. É símbolo de reflexão, resistência, de integração de sua diversidade, inclusive geracional. É movimento que transforma e liberta, em contraposição à cultura de massa capitalista, que não possibilita à classe trabalhadora reflexão sobre o nosso mundo, nossa vida.

A consolidação desta concepção no interior da nossa Central Sindical é uma das condições indispensáveis para o enfrentamento dos ataques que o governo ultraliberal de Bolsonaro vem desferindo contra a cultura, em todas as suas dimensões, no cenário atual como forma de impor à sociedade a anticultura da violência e do medo, do ódio e de todas as formas de preconceito.

A guerra cultural que ataca a educação, a ciência, a tecnologia e a própria cultura para impor também o fundamentalismo religioso.

Fortalecer uma política de cultura alicerçada em uma forte aliança da CUT com os setores artísticos que resistem à destruição das políticas culturais nos campos da arte, do cinema, do teatro e da música, bem como com os setores populares que, cotidianamente nas periferias dos grandes centros urbanos e no meio rural, a partir das suas vivências, crenças e valores, também resistem às tentativas de marginalização da sua identidade enquanto sujeitos de direitos, coloca-se como um dos grandes desafios da nossa Central nos próximos períodos.

- Diante do desafio da atualização do projeto organizativo da CUT propomos que o setor cultural que corresponde a cinco milhões de trabalhadores e trabalhadoras (com uma imensa maioria precarizada, como ficou comprovado com a pandemia e 4% do PIB nacional) seja incorporado de acordo com as propostas de estratégias para a ampliação da base de representação da nossa Central.

- Que após a realização da 16ª Plenária Nacional iniciemos um processo de construção de ações entre as secretarias com suas respectivas representações estaduais e ramos que potencializem a organização dos trabalhadores nos sindicatos, comunidades, territórios, que contemplem negros e negras, indígenas e quilombolas, mulheres, juventude, população LGBTQIA+, PCDs, migrantes.

- Construir propostas para a realização de festivais culturais que contemplem o cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras da CUT e em seus diversos espaços de relações sociais.

Secretarias Comunicação/Formação

MUTIRÃO DA FORMAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – BRIGADAS DIGITAIS DA CUT

1 - A atual conjuntura política no Brasil, marcada sobretudo pela ofensiva da extrema-direita, através de uma intensa utilização das redes sociais no processo eleitoral e a disseminação em massa de notícias falsas, tem colocado como grande desafio para as forças populares, a necessidade de repensarmos a comunicação e os meios de produção e disseminação de informações voltadas para a classe trabalhadora. Tal cenário, agravado com a pandemia da covid-19, com mais de 500 mil brasileiras e brasileiros mortos devido a um presidente genocida, que menosprezou a gravidade da pandemia, desestimulou o distanciamento social e combateu a ciência no enfrentamento ao vírus, faz com que a disputa pelo simbólico nas redes sociais, se materialize como parte importante da disputa de ideias na sociedade porque afeta diretamente a vida do povo brasileiro.

2 - No caso das organizações populares, em especial o movimento sindical, a comunicação tem sido cada vez mais reforçada como um instrumento estratégico de resistência, de enfrentamento e de luta. Neste sentido, considerando a realidade da classe trabalhadora no Brasil e a necessidade básica de se comunicar, de enfrentar as formas tradicionais e dominadoras de comunicação capitalista que invisibilizam as lutas e a nossa existência, se faz necessário a construção de um projeto de comunicação popular que oriente as ações de comunicação da Central Única dos Trabalhadores – CUT, e capacite a sua militância para atuar como comunicadoras e comunicadores populares na batalha de ideias na sociedade.

3 - Levando em conta essas considerações, propomos à deliberação da 16ª Plenária Estadual da CUT-SP:

- a. Que o Projeto Mutirão da Formação em Comunicação – Brigadas Digitais da CUT seja incorporado como ação estratégica da CUT para o próximo período como forma de preparar o conjunto da militância sindical da CUT para atuar de forma articulada e militante nas redes sociais como comunicadoras e comunicadores digitais e organizar as Brigadas Digitais da CUT, a partir de cada território desse país (nas cidades, no campo, nas florestas, nos territórios quilombolas e indígenas, nos sindicatos e locais de trabalho), compreendendo a comunicação como ação estratégica da Central na disputa de ideias e nos rumos da sociedade, não apenas como ação de informar, mas também de formar, organizar, produzir conhecimento e conquistar corações e mentes das trabalhadoras e dos trabalhadores para nosso projeto de sociedade.
- b. Que a CUT-SP articule politicamente a implementação e desenvolvimento do Projeto Mutirão da Comunicação – Brigadas Digitais da CUT no Estado; envolva o Secretariado da CUT no desenvolvimento do Projeto; acompanhe e estimule ação em rede dos Sindicatos, Entidades e oposições sindicais; e articule, acompanhe e envolva as Brigadas Digitais da CUT nas ações no estado.

- c. Que as Secretarias Estaduais de Formação, de Comunicação, de Finanças, de Mobilização e Movimentos Sociais, Geral, Juventude e Presidência componham a Coordenação Estadual do Mutirão da Comunicação – Brigadas Digitais da CUT como forma de fazer a gestão estadual articulada com as diretrizes gerais do Projeto, com os princípios políticos e organizativos da CUT e com Política Nacional de Formação e de Comunicação; além de garantir a realização das turmas estaduais com ampla participação de sindicatos/entidades sindicais/oposição sindical, bem como o acompanhamento e orientação das Brigadas Digitais da CUT no estado.
- d. Que a CUT São Paulo organize o seu cadastro de participantes do Projeto Mutirão da Comunicação – Brigadas Digitais da CUT a partir do cadastro nacional como forma de mapear e acompanhar o desenvolvimento do Projeto no estado; além de envolver esses participantes nas pautas e ações específicas do Estado.

EMENDA Nº 7 - ADITIVA: ECONOMIA FEMINISTA

Localização: Após o parágrafo 87 - Página 24 – CADERNO DA CUT NACIONAL

Texto original / Texto da Emenda

87. (...) trata-se de operar uma verdadeira revolução cultural como parte de uma transformação política.

87a. Dentre todas as perspectivas que se apresentam para o futuro de nossas sociedades a economia feminista é uma das expressões de uma visão materialista sobre as desigualdades, portanto, trazer a centralidade da reprodução social nos ajuda a compreender as complexas teias que se formam entre o trabalho pago e o trabalho não pago realizado pelas mulheres seja no âmbito das tarefas domésticas, como a de cuidados, é na atuação dentro dos territórios que essas contradições se apresentam em todas as suas dimensões: milhões de mulheres, na maior parte mulheres negras, vivenciam a falta de creches, o acesso ao mundo do trabalho unicamente por meio de trabalhos precários, ausência de políticas públicas e de acesso a renda, moradia, saúde e violência doméstica

Justificativa: É importante reforçar a ideia de que as lutas feministas e antirracistas não são pautas identitárias descoladas da luta de classes, lutar pelo fim da discriminação e da segregação, pela igualdade salarial é travar o debate no campo da opressão, da dominação e da exploração, a dominação de gênero não é uma contradição secundária, devemos nos opor a ideia de hierarquização e de que há diferentes formas de dominação. As dominações de gênero e racial são constitutivas do capitalismo.

Químicos

As relações de trabalho e sindicais estão ligadas às relações sociais e políticas, à realidade material e à conjuntura nacional e internacional, atualmente num ambiente bastante conturbado e que atravessa momentos de grande incerteza. Como regra geral no Brasil, a existência legal de sindicatos foi submetida a um rígido controle pelo Estado, inclusive financeiro, o que viola a exigência histórica da classe trabalhadora de plena liberdade e autonomia para os seus organismos de representação e, sobretudo, é incompatível com a democracia, onde as pessoas tem liberdade de se reunir, organizar sindicatos, expressar seu pensamento, promover manifestações e participar ativamente na vida política.

A Constituição Federal de 1988 trouxe certa liberdade aos sindicatos, retirando regras como a necessidade de autorização do Ministério do Trabalho para funcionamento de um sindicato, porém, manteve travas à plena liberdade nos moldes praticados pelas democracias modernas como a **unicidade sindical** (sindicato único por categoria), o **imposto sindical obrigatório (hoje não mais)**, a **representação por categoria (divisão da classe trabalhadora)** e o **poder normativo da Justiça do Trabalho**. Sindicatos pulverizados, com baixa representatividade e pouca capacidade de negociação coletiva resultam até os dias de hoje desta configuração.

Isso não impediu, porém, que se difundissem no País práticas sindicais e trabalhistas qualitativamente diferenciadas, em especial nos setores mais dinâmicos da economia brasileira, **como o da indústria**. Nesses setores, a negociação coletiva permanente, a solução de conflitos pelas partes e o alto nível na interlocução junto aos trabalhadores, aos setores econômicos e às instituições públicas contribuíram para a elevação do padrão de direitos e da condição social e econômica dos trabalhadores representados.

Entretanto, desde o golpe aplicado em 2016, reformas colocaram em risco a **sobrevivência política e financeira dos sindicatos de trabalhadores**, na medida em que, de forma autoritária (já que consolidadas sem qualquer discussão com o movimento sindical), dificultam ou inviabilizam o acesso a recursos essenciais ao desempenho das funções sindicais, sobretudo as campanhas salariais e a assistência aos trabalhadores. Por outro lado, o Sistema “S”, principal instrumento de arrecadação dos sindicatos patronais, foi mantido intacto, a configurar um forte e covarde ataque às entidades sindicais de representação dos trabalhadores. Veja que apesar de a MP 873/2019, que pretendia inviabilizar o desconto de contribuições aos sindicatos por meio da folha de pagamento, não ter sido convertida em Lei, parlamentares ligados ao governo apresentaram junto à Câmara e Senado, projetos de lei que reproduzem a mesma prática antissindical: **impedir a sustentação financeira sindical**.

Embora haja uma leitura positiva dos resultados alcançados pela negociação coletiva no âmbito das categorias que compõe o ramo da indústria como processo permanente de resistência ao desmonte imposto pelos dois últimos governos, contrariando uma tendência de maior fragmentação de ações e descentralização de diálogos em razão de especificidades e de cenários diversos que permeiam as relações de trabalho, é necessário avançar para um modelo que priorize, de maneira gradativa, a **aglutinação de forças de maneira permanente**, a começar pela data-base, por exemplo, mas não unicamente. Não há dúvidas de que para se contrapor à ofensiva do capital, mais legitimada pelo governo, é preciso uma estratégia que leve em conta o fato de que o **setor econômico age de maneira articulada entre os diversos segmentos no ramo**.

Neste sentido, a resistência contra a o desmonte exige do movimento sindical cutista ligado à indústria um plano de ações conjuntas e uniformes que assegure maior poder de mobilização, concentração de recursos e, em especial, diminua, gradativamente, diferenças no padrão de direitos econômicos e sociais entre os trabalhadores na base de representação do ABC, no estado de São Paulo, no Brasil e na indústria como um todo.

Os passos seguintes

O movimento sindical no ramo da indústria sempre enfrentou situações em que precisou lançar mão de defesas, atitudes e propostas certeiras em relação às demandas e a agenda política. Não havia lei e nem fórmulas prontas, mas escolhas e caminhos que poderiam ser trilhados a fim de aumentar o seu poder de organização junto aos trabalhadores e de influência junto ao capital e ao governo. Os sindicatos democratizaram os seus estatutos, se organizaram a partir da base, realizaram negociações que viraram referência no País, elaboraram e lutaram por políticas públicas que foram efetivadas e, direta ou indiretamente beneficiaram toda a classe trabalhadora. **É hora de avançar!**

Apesar de todas as conquistas e da resistência ao autoritarismo e da onda precarizante que ronda o país, os trabalhadores neste ramo vêm sofrendo os efeitos da crise política no País, e com ela da ausência de uma política econômica e industrial que eleve a participação da indústria no PIB brasileiro e, assim, assegure os empregos no setor. A queda da indústria no Brasil não significa apenas um retrocesso econômico com graves consequências sociais, também é o estreitamento cada vez maior do espaço de construção de um modelo de desenvolvimento econômico que permita avanços sociais e a distribuição de renda de forma sustentável e soberana.

Em tempos de crise e de fome, a luta pelo emprego é prioritária. Mas o **fortalecimento da representatividade sindical**, mais do que nunca, precisa estar entre suas prioridades, para que confirme seu potencial organizativo, de resistência e de influência na agenda de lutas sociais, sobretudo pela retomada de um projeto político que devolva à classe trabalhadora seu protagonismo na construção de um país justo, plural e inclusivo. **Quanto mais representativo o sindicato, em**

todas as suas formas de organização, maior a sua capacidade de luta.

Isto implica em encarar, de maneira democrática e fraterna, **o debate sobre novas formas de organização sindical e do trabalho**, sem medo de testar o novo. Experiências positivas recentes devem ser valorizadas e ampliadas. **O Macrossetor da Indústria** é um destes bons exemplos. A unificação da agenda política dos cinco grandes setores da indústria - **no âmbito da CUT**, com a utilização de espaços comuns e diversificados, compartilhamento de estruturas físicas, materiais e de inteligência, tem propiciado o fortalecimento da pauta e a concretização de ações sindicais em torno de projetos comuns à defesa dos trabalhadores na indústria.

Os resultados desta experiência na CUT permite que os sindicatos construam ao longo dos próximos anos, de maneira gradativa, mas com ousadia e, sobretudo, democracia, **organizações sindicais, a partir da realidade, de bases estadual e nacional, representativas dos trabalhadores na indústria**, que tenham como ponto de partida, por exemplo, a unificação das datas-bases e uniformização das respectivas campanhas salariais (contratos coletivos nacionais ou estaduais), a utilização de recursos e estruturas comuns, definição de competências e corresponsabilidades. Eventuais receios não podem impedir que os trabalhadores protagonizem avanços que permitam o aumento do poder de mobilização e equiparação de direitos em contrapartida ao esfacelamento e fragmentação da luta promovidos pelo estado. **A saída sempre será coletiva!**

É possível firmar um consenso em torno de um **novo modelo de representação no ramo da indústria**, que traga ganhos a todos e, principalmente, impeça a neutralização dos trabalhadores e a completa destruição ou, no melhor cenário, o engessamento dos sindicatos, e que prime pela emancipação dos trabalhadores em relação ao estado, pela elevação e equiparação do padrão de direitos de todos os representados e pela expansão da representação e da representatividade de classe, assalariados ou não. Esta questão precisa ser enfrentada e coloca em destaque a importância de uma definição por parte desta plenária.

Partindo das reflexões, constatações e necessidades apresentadas, o ramo da indústria apresenta à 16ª Plenária Estadual da CUT-SP proposta que, de maneira sistêmica, visa: 1. Avançar rumo a um novo modelo de organização nos níveis superiores (estadual e nacional), que leve em consideração o ramo da indústria, e não mais a categoria; 2. Ampliar a sua base de representação; 3. Consolidar uma política de representatividade do ramo.

Para fins de unificação gradativa da organização e luta dos trabalhadores na indústria no estado de São Paulo e no Brasil, o que pressupõe a reconfiguração da organização sindical com a substituição do modelo legal de representação por categoria pelo de representação por ramo de atividade econômica, propomos a intensificação e amplificação deste debate a partir das bases até a direção dos sindicatos, federações e confederações relativo a construção de um conjunto de estratégias rumo a conformação um novo modelo de organização sindical, para que após vencida esta etapa, avancemos no debate sobre a criação de **UMA COMISSÃO PROVISÓRIA**, composta por dirigentes indicados pelos cinco segmentos industriais da CUT em âmbito nacional, para que a partir de amplo debate democrático e da construção de consensos progressivos, se elabore sem pressa um projeto visando a criação:

- a) da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e,
- b) de Federação dos Trabalhadores nas Indústrias no Estado de São Paulo, no âmbito da Central Única dos Trabalhadores.

São Bernardo do Campo, 27 de agosto de 2021.

Buscar a representação dos trabalhadores que não estão representados, assim, ampliar a representação e criar formas de como representá-los (**Estratégia**).

Construir o debate entre os ramos do serviço público sobre os novos vínculos criados pela lógica liberal na administração pública como forma de organização contra os ataques permanentes e para buscar a representação dos novos trabalhadores trazidos ao serviço público.

Lutar pelo reconhecimento dos Sindicatos como representante da classe trabalhadora, de forma que todas as mediações da pessoa trabalhadora sejam mediadas pelas entidades locais assim como as

coletivas são tratadas no âmbito da Central. Esta luta se justifica pelo papel de promotor da democracia exercido pelas entidades sindicais bem como sua capacidade e capilaridade
(Estratégia)

Moções aprovadas na 16ª Plenária Estatutária “João Felício”

CUT-SP: Vamos às ruas no 7 de setembro em São Paulo

Os delegados e as delegadas da 16ª Plenária da Central Única dos Trabalhadores Estadual São Paulo repudiam a tentativa autoritária do governador João Doria (PSDB) de proibir a realização da 27ª edição do Grito dos Excluídos e das Excluídas e o 5º ato Fora Bolsonaro no próximo dia 7 de setembro, em todo o estado de São Paulo. Não aceitaremos!

Doria tenta impor sua vontade com uma postura que em nada se diferencia da de Bolsonaro, como se o estado fosse uma de suas empresas privadas.

Ao fazer isso, atenta contra o direito de reunião e manifestação, garantido na Constituição.

Na capital, a manifestação foi transferida para o Vale do Anhangabaú, na região central. Em seu argumento, diz que vetou o ato por questões de segurança, uma vez que no mesmo dia grupos pró-Bolsonaro irão se manifestar – ainda que em outro local. Acontece que as manifestações do povo não podem ser consideradas antagônicas aos dos defensores do autoritarismo, dos delírios negacionistas que apostam nos retrocessos – como são os atos em defesa de Bolsonaro.

Vale lembrar que o Grito dos Excluídos e das Excluídas não nasceu agora, chegando a sua 27ª edição. Ou seja, tem uma história e um processo coletivo e participativo em sua construção, reunindo movimentos e organizações populares que lutam por direitos e justiça social. Neste ano, estará nas ruas com o lema: “Na luta por participação popular, saúde, comida, moradia, trabalho e renda, já!”, junto ao tema permanente que é “Vida em primeiro lugar”.

No momento em que o país vive uma grave crise política e econômica, de profundo desemprego e a volta da fome, não podemos deixar as ruas serem ocupadas somente pelos que conspiram contra a democracia e o país. No Brasil, com mais de 580 mil mortes pela covid-19, em que grande parte poderia ter sido evitada, temos de lutar, ao mesmo tempo, contra a pandemia e o pandemônio que é o governo de Jair Bolsonaro.

Não nos cansamos de reforçar que Doria e o presidente da República estão alinhados politicamente, pois ambos promovem uma gestão de redução do importante e necessário papel do Estado, de aniquilação dos direitos e conquistas sociais, de serventia aos bancos e ao agronegócio. Assim, nossa luta é contra o BolsoDoria e tudo que isso representa.

Em toda sua história, a CUT jamais se curvou a medidas autoritárias ou se furtou de ir às ruas em momentos de ameaças ao país – como ocorre agora. Ir às ruas neste momento é um dever cívico, pois é a nossa democracia que está em jogo é isso é inegociável.

Portanto, no dia 7 de setembro estaremos no Anhangabaú e nas ruas de todo o estado de São Paulo ao lado dos movimentos sociais e partidos do campo progressista e convocamos todos os ramos e sindicatos de nossas bases a se somarem neste dia de luta em defesa da vida e da democracia.

São Paulo, 28 de agosto de 2021.

PROPOSTA DE MOÇÃO PELA CIL

Solidariedade à classe trabalhadora do Haiti

A Plenária Estadual da CUT-SP e somar-se à campanha de solidariedade aos companheiros e companheiras de organizações sindicais haitianas, respondendo ao apelo do movimento dos trabalhadores do Haiti após o terremoto do dia 14 que foi seguido por um furacão.

A solidariedade internacional é parte do patrimônio constitutivo da Central Única dos Trabalhadores, o qual, durante os anos de denunciou a ocupação militar do Haiti pela ONU (2004-2017), comandada por generais brasileiros que hoje estão no governo Bolsonaro. A CUT a mais de uma década afirma que "O que o Haiti precisa é de médicos, enfermeiros, engenheiros e não de tropas de ocupação".

Reafirma nossa solidariedade às vítimas do terremoto e do furacão no Haiti. A situação atual no Haiti não é uma fatalidade, é fruto historicamente da superexploração e pilhagem das grandes potências, como a França e os EUA, do país que se constituiu na primeira nação negra independente do mundo em 1804.

Afirmamos nosso apoio às organizações sindicais haitianas com as quais a CUT possui relações fraternas.

Conclamamos o movimento sindical cutista a engajar-se nessa solidariedade para com as centrais sindicais e sindicatos haitianos atingidos pelo terremoto.

16ª Plenária Estadual da CUT-SP - João Felício

São Paulo, 28 de agosto de 2021.

Moção de solidariedade aos trabalhadores e trabalhadoras autônomos e ambulantes da Feira da Madrugada do Brás

A 16ª Plenária Estadual da CUT-SP - João Felício manifesta sua solidariedade aos trabalhadores ambulantes e à luta do Sindicato dos Permissionários, Ambulantes e Trabalhadores na Economia Informal (Sipatei).

Mais de cinco mil ambulantes do Brás foram novamente às ruas, em agosto de 2021, contra a violência dos agentes da segurança pública e pela legalização de suas atividades e pelo direito de trabalhar.

Trabalhadores caminharam rumo à Prefeitura de São Paulo para exigir uma audiência com o prefeito da cidade, Ricardo Nunes (MDB).

Os trabalhadores e trabalhadoras ambulantes foram profundamente impactados pela pandemia, com o aumento do desemprego e a alta do custo de vida (inflação nos gêneros de primeira necessidade das famílias).

Nas últimas semanas, fazendo o serviço dos grandes lojistas do Brás e da especulação imobiliária, a prefeitura paulistana lançou uma violenta repressão com Policiais Militares (PM), Guardas Civis Metropolitanos (GCM) e Agentes Laranjas (o "rapa") expulsando das ruas os ambulantes.

A medida criminaliza o trabalho que garante a sobrevivência de milhares de famílias que vivem como ambulantes autônomos na Feira da Madrugada na região do Brás, no centro de São Paulo.

Neste sentido, a CUT-SP e seus sindicatos mantêm sua solidariedade e repúdio à violência que vem sendo praticada contra esses trabalhadores e trabalhadoras.

Também defendemos a aprovação do Projeto de Lei (PL) 78, de 2014, que trata sobre o exercício do comércio ou prestação de serviços de ambulantes nas vias e logradouros públicos do município de São Paulo e cria o Conselho Municipal do Comércio ou Prestação de Serviços de Ambulantes nas vias e logradouros públicos do Município de São Paulo.

São Paulo, 28 de agosto de 2021.

ANEXOS

Contribuição ao Debate

CUT INDEPENDENTE E DE LUTA

A classe trabalhadora vive um momento de defensiva, pela combinação da crise do sistema capitalista mundial, acelerada pela pandemia. Assim, os trabalhadores e as trabalhadoras lutam para defender e manter seus direitos que, a pretexto da união de "todos" no combate ao vírus, vêm sendo arrancados no Brasil e no mundo pelo capital.

No Brasil, o sindicalismo também vive essa crise acentuada pela reforma Trabalhista de 2017, com os ataques acelerados e com as inovações tecnológicas incentivando a precarização do trabalho. Ao contrário da ideia de que a tecnologia está a serviço do bem-estar social e dos próprios trabalhadores (as), ela está, a bem da verdade, a serviço do capital, e provoca desemprego, precarização e atomização.

E, embora a CUT tenha nascido contra a estrutura sindical oficial, ao longo do tempo seus sindicatos se acomodaram e se adaptaram ao imposto sindical. Com o seu fim pela reforma Trabalhista, combinados com outras decisões do Judiciário que impedem a cobrança de taxas votadas em assembleias, vários sindicatos enfrentam dificuldades, e outros tantos estão na penúria. Assim, a combinação precarização, atomização e fim do financiamento sindical levam a uma nova realidade.

Em 2019, foi dito pela CUT Independente e de Luta que a central estava ameaçada. Se faz necessário retomar os princípios aos quais a CUT se lançou na sua criação, com a contribuição do trabalhador (a) sindicalizado, em defesa da convenção 186 da OIT – liberdade e autonomia sindical. E isso se dará por meio da retomada do sindicalismo de base, de "amassar o barro", com a sobrevivência do sindicato atrelada à contribuição do sindicalizado. Estando presente na luta pelas suas reivindicações, sem arranjos com os patrões.

Para o próximo período, é necessário reforçar os princípios de liberdade e autonomia sindical, com reforço nas atividades de base e sobrevivência dos sindicatos por meio de seus trabalhadores (as) organizados (as) sindicalizados (as). E, através de seus sindicatos e associações de natureza sindical, se filiarem à Central.

O 1º de Maio, Dia Internacional de Luta da Classe Trabalhadora, nos traz um vislumbre dessa ameaça também à Central. A presença de golpistas como Fernando Henrique Cardoso (FHC), Baleia Rossi, a ameaça de João Doria (PSDB), entre outros, não avança na real necessidade: o fim desse governo genocida. Não tem como superar a crise da pandemia e a retirada dos direitos acelerada por ela sem derrotar esse governo Bolsonaro (ex-PSL). Também nos mostra a disposição de muitos com carreatas e atos no estado de São Paulo inteiro.

Bolsonaro e Doria: duas faces da mesma moeda!

Ao mesmo tempo em que Bolsonaro age com o negacionismo, Doria, em São Paulo, traveste a roupa da ciência. Usa a propaganda da Coronavac com uma vacinação a conta-gotas e orientações de lockdowns em que os patrões e a classe média ficam em home-office; mas a classe trabalhadora não tem essa opção, amontoando-se em transportes, sem poder fazer distanciamento e sem garantias nem afastamento remunerado.

Não há como se solidarizar com o governo Doria. Governo privatista, que caminha no sentido da destruição dos serviços públicos, terceirizando para as organizações sociais (OS) a saúde, a educação, a cultura etc.

Além de fazer a reforma da Previdência aos servidores (as) do município de São Paulo, que fizeram resistência histórica na greve dos 100 mil, em 2018, e aos servidores do estado, em 2019 e 2020. O governador procedeu com a abertura de hospitais de campanha e o seu fechamento muito antes da pior fase da pandemia, com altos repasses a contratos e escândalos de corrupção pelas OSs e OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), demonstrando a realidade nessa política privatista dos serviços públicos.

Nenhum dia a mais para esse governo genocida! A saída é pelas ruas!

Com a justificativa de terror pela pandemia, a classe dominante coloca a necessidade de uma "união contra o vírus". Sejam os diretos: os que fazem isso tentam interromper a luta de classes num momento em que os milionários se tornam mais ricos com a pandemia e a classe trabalhadora está submetida à possibilidade de passar fome! A CUT deve permanecer independente, como organização sindical, em defesa das reivindicações dos trabalhadores (as), no combate contra o capitalismo, pela sociedade socialista.

A classe trabalhadora está submetida a altas taxas de desemprego, vendo os serviços públicos e seu direito à saúde ser progressivamente retirados, tendo que ir às ruas diariamente para trabalhar, sem garantias de moradia, água, luz, alimentação. Estamos em colapso na saúde, com aumento da fome e a insegurança alimentar.

Nacionalmente, reduzem mais os orçamentos para as políticas públicas com a PEC Emergencial e ameaçam a existência da saúde, da educação e da assistência social como direito, com a reforma Administrativa, a PEC 32/20, que impactará os servidores públicos em âmbito municipal, estadual e federal.

Os trabalhadores (as) não querem morrer nem de coronavírus nem de fome. Devemos seguir na defesa de nenhuma demissão, do auxílio emergencial de R\$ 600 enquanto durar a pandemia, tabelamento dos preços dos alimentos, reabertura dos hospitais fechados, concursos e contratações principalmente para a saúde pública, contra as privatizações e contra a reforma Administrativa. Na centralidade da sobrevivência pela vacina para todos (as) pelo SUS, pela testagem em massa, pela revogação da Lei de Segurança Nacional, por bolsas de estudos para nossa juventude e pela punição a Sérgio Moro e à quadrilha da Operação Lava-Jato.

É preciso ir à luta, com todas as medidas de segurança (álcool em gel, distanciamento social, máscaras). Com toda a responsabilidade desta central e de seus sindicatos, estar à frente das reivindicações da classe trabalhadora. Exemplos se multiplicam, resistência dos atos dos trabalhadores (as) da Ford, os três mil carteiros que foram a Brasília (DF) defendendo os Correios contra a privatização. O próprio 1º de Maio nos demonstra uma disposição de muitos a resistirem! A saída só se dará pelas ruas.

ANEXO

Propostas de Emendas da CUT-SP e sindicatos ao texto-base da 16ª Plenária Nacional da CUT

TEXTO: APRESENTAÇÃO

Chegamos a 2021 desafiados a realizar a 16ª Plenária Nacional em um contexto adverso e por um meio totalmente novo desde a nossa fundação. A pandemia de covid-19 afeta o mundo todo e tem sido mais letal para a população brasileira, em especial à classe trabalhadora, que, comprovadamente, é a mais afetada pela negligência criminosa de políticas públicas de um governo genocida comandado por negacionistas e por uma **elite inescrupulosa**.

Proposta: substituir elite inescrupulosa por classe dominante.

TEXTO: CUT 38 ANOS: UNIDA, FORTE E COMBATIVA

A luta por liberdade e autonomia sindicais é tão antiga quanto a organização sindical. Mais de quatro décadas se passaram desde que a classe operária do ABC entrou em cena com a operação Braços Cruzados, Máquinas Paradas, **em março** de 1978. Nessa longa jornada, uma legião de ativistas sindicais emergiu em meio às lutas pela reposição de perdas salariais, contra a estrutura sindical atrelada ao Estado, contra a ditadura e pela democracia.

Proposta: substituir: *em março* por 12 de maio de 1978 na fábrica da Scania.

Já nos princípios de sua fundação, a CUT explicitou sua posição de que as trabalhadoras e os trabalhadores deveriam se organizar com total independência do Estado e autonomia em relação aos partidos políticos; que deviam decidir livremente suas formas de organização, filiação e **sustentação material**. Nesse sentido, a CUT firmou o compromisso de lutar pelos pressupostos consagrados **nas convenções 87 e 151** da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Propostas: adicionar explicação às convenções, da seguinte forma: "...consagradas nas convenções 87, que busca a liberdade e autonomia sindical, e 151, que busca liberdade sindical para o setor público.

Substituir sustentação material por sustentação financeira.

A CUT nasceu buscando a construção de uma central sindical unitária e classista, que exerce a democracia em todos os seus organismos e instâncias. A unidade está expressa no centro de seu nome, de sua marca. Nessas quatro décadas, promoveu muitas transformações sindicais, entre

elas, a criação das Estaduais da CUT, as filiações internacionais e a construção dos ramos foram as mais relevantes, mas não as únicas. Atuou em diversos momentos por mudanças legislativas que abriram caminhos para o avanço de seu projeto organizativo, destacadamente, na constituinte de 1988, no Fórum Barelli de 1993/4 e no Fórum Nacional do Trabalho de 2004/5. Nessas batalhas, defendeu suas posições em espaços de negociação tripartite, que resultaram na proposição de propostas de emendas constitucionais (PECs) e em proposições de legislação complementar.

Propostas: Onde está: “Nessas quatro décadas”, substituir por “Nessas quase quatro décadas...”

Adicionar ao final do parágrafo: A CUT entrou para a história como a primeira central sindical a construir a paridade de gênero.

Desde o golpe político, militar, jurídico, midiático e parlamentar de 2016, a classe trabalhadora e o Brasil se posicionam contra retrocessos civilizatórios inimagináveis promovidos por forças políticas de direita, que tomaram de assalto o poder. Essa situação foi agravada pela pandemia de covid-19, que não foi enfrentada de forma adequada em face do negacionismo do atual governo e de sua base social.

Proposta: suprimir o trecho “que tomaram de assalto o poder”.

TEXTO: A ESTRATÉGIA DA CUT

1. O capitalismo global não se recuperou dos efeitos da crise econômica internacional iniciada em 2008 nos Estados Unidos. Foram mais de dez anos de crescimento econômico reduzido até a chegada de novo im pacto com a pandemia de covid-19. A hegemonia do capital financeiro e do rentismo dita, autoritariamente, transformações na esfera política e econômica. O modelo usa a tecnologia e a política para ampliar a alienação e a exploração do trabalho. A popularização do trabalho por plataformas, o golpe de 2016 e as reformas trabalhista (2017) e da previdência (2019) no Brasil são exemplos desse processo que, a despeito da propaganda de seus defensores, não trouxe crescimento econômico nem mais empregos, e sim o contrário disso.

Proposta: adicionar após o trecho “o golpe de 2016”: “, a Lei 13.429, de 2017, que permite a terceirização para as atividades-fim”

3. Iniciamos o processo da nossa 16ª Plenária quando a pandemia de covid-19 já ultrapassa os 3,3 milhões de vítimas fatais no mundo, sendo mais de 435 mil no Brasil. Além de doença e morte, a pandemia tem impactado fortemente a economia. A crise pandêmica, decorrente da paralisação ou redução das atividades produtivas, levou à queda no investimento e no comércio global, mostrando ao mundo, mais uma vez, a centralidade do trabalho. Os sindicatos mostraram-se ferramentas importantes na luta pela preservação de empregos e direitos, mas não puderam conter a explosão do desemprego no mundo. Com isso, especialmente nos países mais pobres e desiguais como o Brasil, voltamos a conviver com a fome e a miséria.

Propostas: adicionar em: ultrapassa mais de 3,3 milhões.

Adicionar em: direitos, mas não sem pensar antes na defesa da saúde e vida. 539.

TEXTO: A ESTRATÉGIA DA CUT NO CENÁRIO INTERNACIONAL

9. Em um mundo já marcado por uma grave crise econômica e social - que remonta a depressão de 2008, mas que aprofunda a crise estrutural do próprio sistema capitalista -, a pandemia causada pelo novo coronavírus acelera e torna ainda mais dramática uma realidade marcada por miséria, desigualdade, concentração de renda e de riqueza, trabalhos precários e informalidade, guerras e devastação ambiental.

Proposta: adicionar: “novo coronavírus e suas mais de 92 novas cepas identificadas até o momento”.

11. Como já é característico da acumulação capitalista, a crise atingiu países e pessoas de maneira marcadamente desigual - o sul global, mas também mulheres, negros, jovens e outras minorias de todo o mundo foram mais duramente impactadas. Também segundo a OIT, a América Latina e o Caribe perderam cerca de 26 milhões de empregos em 2020 como resultado de uma queda de 57,4% para 51,7% da taxa média de ocupação durante a pandemia. Os dados ainda indicam uma maior desigualdade laboral entre homens e mulheres e entre brancos e negros, além de taxas recordes de desemprego entre os mais jovens, maior informalidade e retrocessos no combate aos trabalhos infantil e forçado.

Proposta: adicionar em: mas também mulheres, *com destaque as mulheres negras, vítimas do racismo e do machismo de forma simultânea.*

12. Mesmo em um momento de grave retração econômica, a concentração de renda e riqueza não para de crescer. Exemplo disso é que as chamadas big techs, nome dado às cinco maiores empresas de tecnologia dos Estados Unidos - Alphabet (Google), Amazon, Apple, Facebook e Microsoft -, fecharam 2020 com um lucro líquido somado de US\$ 206 bilhões (R\$ 1,1 trilhão).

Proposta: adicionar a tradução em big techs, onde o texto faz a referência, primeiro em português e, posteriormente, em inglês – grandes empresas de tecnologia (big techs).

13. Se a crise climática e o descaso com o meio ambiente estão diretamente relacionados com a pandemia, décadas de cortes na saúde pública e nas redes de proteção social, além de ataques aos direitos da classe trabalhadora agravaram as perdas humanas e a devastação dos mercados de trabalho. Nesse cenário, um dos exemplos mais dramáticos dos impactos de uma ordem internacional extremamente desigual é de que apenas dez países concentram cerca de 60% das vacinas aplicadas contra a covid-19 no mundo, segundo dados da Global Change Data Lab. A África e as Américas do Sul e Central somam apenas 6% dessas vacinas, apesar de a população desses continentes representar 25% da população mundial.

Proposta: (adicionar a tradução em português em Global Change Data Lab)

TEXTO - EIXO 1: A DEFESA DA VIDA

24. São muitos os exemplos que expressam essa ofensiva: os projetos de mercantilização, privatização e austeridade nos serviços públicos, como o teto dos gastos, a reforma administrativa e

a venda de patrimônio público; os ataques à aposentadoria e o empobrecimento da população idosa, a partir da Reforma da Previdência, são alguns desses exemplos. Junto a isso, os altos índices de adoecimento e morte por causas e acidentes relacionados ao trabalho, o genocídio da juventude negra, a guerra às drogas, que é uma guerra aos pobres, o tráfico de pessoas e a exploração sexual, a violência contra a população LGBTI+ e os feminicídios compõem o caráter extremamente violento desse momento histórico.

Proposta: adicionar a sigla completa LGBTQIA+ (solicitar informações junto a nacional). E adicionar em: LGBTQIA+ o aumento significativo de suicídios entre jovens e idosos.

TEXTO: PARARAS MORTES E SUPERAR A PANDEMIA

30. c) Garantir condições dignas de vida é essencial para que a população possa atender as orientações sanitárias de autocuidado e contenção do vírus. Os direitos a alimentação, moradia, água e esgoto devem ser garantidos, e por isso é tão importante a proteção e a estabilidade dos empregos e o auxílio emergencial de R\$ 600,00 enquanto durar a pandemia. Os despejos, na cidade e no campo, devem ser proibidos, e a agricultura familiar deve ter o apoio necessário para produzir e reverter a alta no preço dos alimentos e as ameaças de desabastecimento. Além disso, a população mais pobre deve ser isenta das tarifas de água, energia e gás natural canalizado.

Proposta: adicionar: *de no mínimo R\$ 600,00 no campo e na cidade.*

30. d) É preciso negociar protocolos de saúde e segurança nos locais de trabalho com a participação de trabalhadoras e trabalhadores fortalecendo sua organização, a promoção e a proteção da saúde e a melhoria das condições de trabalho. O critério para a realização do trabalho presencial deve ser a garantia de segurança, e não o lucro do patrão.

Propostas: adicionar: “das condições de trabalho e através, inclusive, do controle social”. Adicionar também: “organização, buscando parcerias com CIPAS, Cerest e ou Cist,”.

TEXTO - EIXO 2: A ATUALIDADE DA DEFESA DE DIREITOS, DEMOCRACIA E SOBERANIA

35. As condições de o Brasil se desenvolver como uma nação soberana são minadas pela subserviência do governo brasileiro ao imperialismo norte-americano e pela sanha privatista de Bolsonaro e Paulo Guedes. O plano de privatizações busca acabar com a soberania nacional. A alta dos preços dos combustíveis e da energia, que hoje é uma inexplicável opção **governamental**, pode se tornar permanente se as refinarias e a Eletrobrás forem entregues à iniciativa privada. O Brasil se isolou internacionalmente, e a prova disso é que as bravatas de Bolsonaro nos colocaram no fim da fila mundial por vacinas. Possuímos vasto patrimônio ambiental, e a Amazônia, por sua dimensão e diversidade, é a maior marca disso. Esse patrimônio é dilapidado por criminosos estimulados e acobertados pela gestão ambiental de Bolsonaro, enquanto os povos das águas e da floresta sofrem com o abandono dos governantes.

Proposta: adicionar: “governamental, ficando evidente a dolarização do preço do petróleo...”

36. A destruição da soberania também avança sobre a Amazônia e demais biomas. O governo tem adotado uma linha de desregulação e ataque às políticas socioambientais, juntamente com a abertura para o setor privado nacional e internacional. O Programa Adote um Parque é um exemplo de como a garantia de proteção ao meio ambiente vem sendo atrelada a mecanismos que privatizam e terceirizam a responsabilidade do Estado sobre os territórios, assim como ignoram os seus povos.

Proposta: adicionar o PL que ataca as terras dos povos originários.

37. A luta anticapitalista não é possível sem a luta contra o racismo e o machismo, que estão nela impregnados, uma vez que as condições de organização da sociedade reproduzem a subalternidade de determinados grupos, que são identificados como inferiores, estruturando a sociedade e todas as instituições. As relações sociais de classe, raça e sexo estão correlacionadas. Quando olhamos o conjunto do trabalho necessário para a sustentabilidade da vida, compreendemos melhor como o capitalismo utiliza essas relações sociais e define papéis de superexploração conforme a cor da pele e o sexo, por exemplo. Por isso, quando a luta sindical não é antipatriarcal, antirracista e anticapitalista, ela não só oculta essas relações sociais como obtém vitórias à custa da ampliação da exploração desses segmentos.

Proposta: adicionar: “contra o *sis hetero patriarcado*, contra o racismo e o machismo,”.

38. Por isso, não é possível debater um projeto de nação e de desenvolvimento sem que o racismo e o machismo sejam abordados. Uma outra dimensão do racismo e machismo estrutural envolve a violência e o encarceramento em massa como formas de controle social, especialmente da população negra. O racismo e a questão racial não podem ser considerados apenas expressões ou manifestações identitárias; eles estão na essência da produção e reprodução das relações sociais desiguais da sociedade brasileira e são elementos constitutivos do projeto de nação das classes dominantes para o Brasil.

Proposta: adicionar: classes dominantes, e de *tradição escravocrata*, para o Brasil.

41. A juventude é parcela expressiva no mercado de trabalho brasileiro, ainda que nas ocupações mais precárias ou mesmo na condição de desemprego. Em sua estratégia para a juventude, a CUT deve organizar, em aliança com as demais organizações estudantis e juvenis, a luta pelo direito ao trabalho, à educação formal e à qualificação profissional. Isso tem impacto na construção das demandas sindicais tanto em relação às políticas públicas quanto na negociação coletiva. Trabalhamos por condições econômicas e sociais que possibilitem o aumento do número de anos de dedicação exclusiva da juventude à educação, reduzindo a pressão sobre o mercado de trabalho e, quando da sua entrada no mercado, que ela tenha o direito a conciliar trabalho e estudo.

Proposta: adicionar: “educação, de *caráter libertador e freiriana*, reduzindo a pressão...”.

TEXTO - EIXO 3: A NECESSÁRIA CONSTRUÇÃO DAS ALTERNATIVAS DA CLASSE TRABALHADORA

44. g. Fomento ao modelo de desenvolvimento rural sustentável e solidário, com reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar.

Proposta: adicionar: “da agricultura familiar *como política pública nacional estratégica de segurança alimentar*.”.

47. A construção de alternativas da classe trabalhadora e a disputa dessas propostas implicam, também, na construção de uma visão de mundo e de uma narrativa que as sustentem. É aí que a comunicação e a formação desempenham um papel fundamental, e faz parte da nossa estratégia lutar pela democratização do acesso à informação e da comunicação em geral.

Proposta: adicionar: “do acesso à informação e do combate à exclusão digital, e da comunicação em geral”. E adicionar um parágrafo destacando a importância de elegermos uma bancada legislativa que defenda os interesses da classe trabalhadora, reafirmando conforme deliberação no 13º Congresso da CUT – confirmar informações).

TEXTO - A REESTRUTURAÇÃO DOS RAMOS - A ESTRUTURA VERTICAL

63. e) A CUT dará força à luta pela democratização da estrutura sindical brasileira e levará propostas de composição, modo de funcionamento e modelos de estatutos democráticos para as entidades, segundo princípios aprovados no 13º CONCUR, que balizaram a construção da PEC 196/19.

Proposta: adicionar um parágrafo com: “elaborar as regras de incorporação e organização interna das várias entidades de trabalhadores que mesmo não tendo personalidade sindical, busquem a CUT como instrumento da sua luta”;

TEXTO - A organização dos trabalhadores no território

77. A 16ª Plenária Nacional deve contribuir para que os sindicatos se aproximem de comunidades e bairros periféricos, realizando ações articuladas e solidárias, para ali assegurar atendimento jurídico, espaço para o desenvolvimento da cultura, da educação sindical e popular e para a organização e unificação das lutas populares.

Proposta: adicionar: “incentivar, acompanhar e definir as experiências de compartilhamento de estrutura como caminho de unificação tanto para os ramos, como nos territórios” (verificar se entrará neste parágrafo ou no 79).

TEXTO - A FILIAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES DE CARÁTER CLASSISTA

82. O 13º CONCUR aprovou resoluções visando à ampliação da abrangência da representação das entidades sindicais, independentemente das formas como ocorrem as contratações e a prestação de serviços - são as associações ligadas ao trabalho, que atuam de forma própria, para que possam se identificar com as pautas sindicais. A proposta é incorporar modificações no Estatuto no próximo CONCUR. O Estatuto estabelecerá regras, direitos e obrigações válidas para todas as entidades filiadas, e todas deverão estar alinhadas com a defesa da democracia sindical.

Proposta: substituir: entidades sindicais por *entidades classistas*.

TEXTO - A ESTRUTURA HORIZONTAL, A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E A CONSTRUÇÃO DE UMA CENTRAL CLASSISTA

93. b. Promover ações articuladas entre os sindicatos filiados, possibilitando ações e espaços compartilhados, abertos a trabalhadoras e trabalhadores, a movimentos sociais e a toda a comunidade, para oferecer informações, tratar das questões de trabalho, direitos, lutas e oferecer serviços. Seria uma iniciativa concreta coordenada pela CUT Nacional em parceria com as Estaduais e os ramos para criar um espaço vivo de solidariedade, articulação e luta no território.

Proposta: substituir: espaços compartilhados por *estruturas solidárias*.

TEXTO - A POLÍTICA DE FINANÇAS

98. c) A participação coletiva em mobilizações, panfletagens, eleições sindicais e outras ações é fundamental. A construção de estruturas e ações coletivas racionaliza recursos financeiros e fortalece nossas mobilizações. Devemos incentivar a discussão do compartilhamento das estruturas e dos serviços e incentivar a militância solidária. Como já apontado, entidades sindicais que possuem instalações ociosas e enfrentam dificuldades de sustentação financeira precisam debater iniciativas de integração e otimização de estruturas. Além de obter recursos financeiros com os imóveis liberados, o consórcio de entidades, que pode ser designado por Centro de Referência Sindical ou **Casa dos Trabalhadores e Trabalhadoras**, deve contribuir para aperfeiçoar a solidariedade, absorver as novas demandas oriundas da crescente “**uberização**” da força de trabalho e fortalecer a construção de uma visão classista.

Proposta: Sugere-se acrescentar: “ou Casa dos Trabalhadores e Trabalhadoras ou Estrutura Solidária). E substituir “uberização” por “trabalhadores e trabalhadoras com prestação de serviços através de plataformas digitais”.

SUGESTÃO A SER APLICADA A TODO O CADERNO DA CUT NACIONAL: toda a vez que aparecer uma sigla ou palavra em inglês colocar a tradução e a explicação.

EMENDA DA JUVENTUDE

Os impactos da pandemia de covid-19 tem afetado o mundo todo, no entanto seus efeitos têm sido mais prejudiciais para os jovens e os menos escolarizados. No que se refere a educação e ao mundo do trabalho, os impactos e consequências sobre a realidade atual e futura da juventude impõe enormes desafios.

A longo prazo, a crise educacional e do mundo do trabalho ameaça prejudicar a qualidade e a quantidade de empregos, mas, também ampliar as desigualdades existentes.

Segundo Kee Kim, especialista em políticas macroeconômicas e de emprego da OIT e Susana Puerto, pesquisadora e especialista em emprego de jovens da OIT, há cinco fatores pelos quais a juventude será particularmente afetada pelas repercussões econômicas da pandemia de covid-19:

- 1- Uma recessão afeta mais as(os) trabalhadoras(es) jovens do que trabalhadoras(es) mais velhas(os) e com vivência profissional. A experiência mostra que as(os) trabalhadoras(es) mais jovens geralmente são as(os) primeiras(os) a ver suas horas de trabalho reduzidas ou serem demitidas(os)
- 2- Três em quatro jovens trabalham na economia informal (particularmente em países de baixa e média renda), por exemplo, na agricultura ou em pequenos cafés e restaurantes.

- 3- Muitas(os) jovens trabalhadoras(es) têm uma “forma atípica de emprego”, como empregos em meio período, temporários ou por meio de plataformas digitais. Esses empregos tendem a ser mal remunerados, ter horas irregulares, contar com pouca segurança no trabalho e pouca ou nenhuma proteção social (licença remunerada, contribuições para aposentadorias, licença médica etc).
- 4- Geralmente, as(os) jovens trabalham em setores e indústrias especialmente afetados pela pandemia de covid-19. Em particular, as mulheres jovens serão, provavelmente, afetadas porque representam mais da metade das pessoas com menos de 25 anos empregadas nesses setores.
- 5- Comparado com outros grupos etários, o grupo de jovens trabalhadoras(es) é o mais ameaçado pela automação. Um estudo recente da OIT indica que é mais provável que os tipos de trabalhos que as(os) jovens executam seja total ou parcialmente automatizados.

Neste sentido sendo a juventude brasileira em sua maioria trabalhadora, nossa central deve cada vez mais desafiar-se e criar condições para organizar esta juventude. Uma nova estratégia política e organizativa somente será vitoriosa se em suas pautas constarem a organização e a participação dos (as) jovens empregados/as formais, informais, desempregados e jovens estudantes que virão a ser futuros trabalhadores (as).

Se faz necessário que a CUT precisa de direções onde a interação entre os princípios e a experiência de construção da luta sindical e de nossas conquistas dialogue com o novo perfil da classe trabalhadora, especialmente da juventude trabalhadora. Para isso é necessário:

- 1- Fomentar a participação de jovens, dando condições de atuação nas estruturas organizativas nas confederações, federações e sindicatos;
- 2- Dar continuidade à política de juventude com a manutenção da Secretaria Nacional de Juventude e a criação de uma cota mínima para jovens de 10% nos espaços de debates e deliberação; Caderno de Resoluções 13º CONCUR 115
- 3- Fortalecimento das oposições sindicais CUTistas com avanço nas relações com a juventude e estratégias de mobilização com outros movimentos sociais;
- 4- Fomentar a articulação de outras secretarias, como Formação, Comunicação, Organização e Finanças, mas, principalmente, de representação Racial e de Gênero com a Secretaria de Juventude;
- 5- É urgente promover a organização da juventude trabalhadora a partir dos espaços onde compartilham condições precárias de trabalho e onde é forte sua presença, assim como é importante fortalecer as lutas que eles protagonizam nas escolas e universidades.

CAMPANHA PELA RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO 190 DA OIT NO BRASIL

A Convenção 190:

Reconheceu que a violência e o assédio no mundo do trabalho levam à violação ou abuso dos direitos humanos e são ameaça à igualdade de oportunidades e, por isso, incompatíveis com o trabalho decente.

A Convenção 190 define violência e assédio como comportamentos, práticas ou ameaças que visem e resultem em danos físicos, psicológicos, sexuais ou econômicos para os trabalhadores atingidos por essas graves práticas, registrando que os Estados-membros têm a responsabilidade de promover um ambiente geral de tolerância zero contra atitudes patronais prejudiciais aos trabalhadores.

Entrou em vigência internacional no dia 25/06/21, mas depende da ratificação do Congresso Nacional para produzir efeitos no Brasil

Até o momento, seis países ratificaram a Convenção sobre Violência e Assédio, são eles: Argentina, Equador, Fiji, Namíbia, Somália e Uruguai

Sabemos das dificuldades de ratificação, considerando o atual momento político e a composição do Congresso Nacional, entretanto, é importante que a CUT se una a UNI para que este debate ganhe força no movimento sindical e na sociedade, contribuindo para a exposição o projeto político de Bolsonaro, que retira direitos e apoia a violência contra a mulher.

Proposta de Campanha:

A proposta de campanha, passar por 3 eixos, pensados para que o movimento sindical se aproprie do debate; para que a sociedade conheça o tema; e para que parlamentares se comprometam com a ratificação.

Eixo 1: Atividades formativas, utilizando diversos formatos como rodas de conversa, debates e cursos, presenciais e virtuais, articuladas com os Sindicatos filiados a UNI, partidos políticos e movimentos sociais, que trabalharão os seguintes temas:

- 1- O que a Convenção 190 da OIT;
- 2- O que uma Convenção, como a ratifica e as experiências internacionais bem-sucedidas;
- 3- O que assédio sexual, moral e violência no ambiente de trabalho e como combater

Eixo 2: Campanha de redes com produção se site, cards, vídeos e folheto virtual que poderá ser impresso pelas entidades sindicais e movimentos sociais.

Destacando também as experiências internacionais bem-sucedidas.

Eixo 3: Articulação com parlamentares e candidatos da Eleição 2022, com:

- 1- Adesão a carta de compromisso assinada pelo parlamentar/candidato se comprometendo a atuar pela aprovação do Congresso e divulgação da adesão;
- 2- Reuniões e envio de materiais para apresentação da Convenção e sensibilização para a importância da sua aprovação.

EXPEDIENTE

Coordenação

Direção Executiva da CUT-SP

Elaboração de textos

Secretarias e subsedes da CUT-SP

Sistematização

Secretaria-Geral

Secretaria de Formação

Secretaria do Meio Ambiente

Revisão

Secretaria de Comunicação da CUT-SP

Secretaria da Mulher Trabalhadora da CUT-SP

Secretaria de Combate ao Racismo da CUT-SP

Secretaria de Formação da CUT-SP

Presidência da CUTS-SP

Edição final, projeto gráfico e diagramação

Secretaria de Comunicação da CUT-SP

São Paulo, agosto de 2021

CUT
SÃO PAULO

 sp.cut.org.br  [saopauloCUT](https://www.facebook.com/saopauloCUT)  [CUTsaopaulo](https://twitter.com/CUTsaopaulo)
 [CUTsaopaulo](https://www.instagram.com/CUTsaopaulo)  [CUTsaopaulo](https://www.youtube.com/CUTsaopaulo)  [saopaulocut](https://www.tiktok.com/saopaulocut)